

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

ALESSANDRA SOUZA SILVA

**DISCURSO, GOVERNO E POLÍTICA
AS MANIFESTAÇÕES ANTIGOVERNO DILMA ROUSSEFF**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2016**

ALESSANDRA SOUZA SILVA

**DISCURSO, GOVERNO E POLÍTICA
AS MANIFESTAÇÕES ANTIGOVERNO DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Sentido e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2016

Silva, Alessandra Souza.

S578d Discurso, governo e política as manifestações antigoverno Dilma Rousseff. / Alessandra Souza Silva; orientadora: Edvania Gomes da Silva. -- Vitória da Conquista, 2016.
115f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística. Vitória da Conquista, 2016.

Inclui referências.

1. Governo Dilma Rousseff. 2. Memória discursiva. 3. Política - Mídia. 4. (Des) Governo. I. Silva, Edvania Gomes da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós - Graduação em Linguística. III. T.

CDD: 354.81

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção- CRB - 5/54-P
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Discourse, government and politics: the manifestation anti-government Dilma Rousseff

Palavras-chave em inglês: Government Dilma Rousseff. Discursive Memory. Politics. Media. (Mis)Rule.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (Presidente-Orientadora); Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB); Prof. Sírrio Possenti (UNICAMP)

Data da defesa: 22 de fevereiro de 2016

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

ALESSANDRA SOUZA SILVA

DISCURSO, GOVERNO E POLÍTICA
AS MANIFESTAÇÕES ANTIGOVERNO DILMA ROUSSEFF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 22 de fevereiro de 2016.

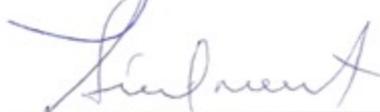
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB)
(Orientadora)



Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB)



Prof. Dr. Sirio Possenti (UNICAMP)

À minha mãe, por me possibilitar chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou a hora de agradecer! Isso significa que cheguei ao final dessa jornada, mas também significa que não percorri este caminho sozinha. Muitas pessoas caminharam comigo; muitas delas estiveram ao meu lado todo o tempo, e algumas me carregaram no colo nos momentos mais difíceis, para que eu pudesse chegar até aqui. A essas pessoas, dedico o meu mais sincero agradecimento:

À professora Edvania Gomes da Silva, pela competência, empenho e dedicação em me orientar. Agradeço, por sua paciência com minha falta de tempo, por sua compreensão com os tantos atrasos ao longo do percurso e, sobretudo, agradeço pelo seu cuidado e incentivo desde a Iniciação Científica. Sem sua presença em meu caminho, essa jornada talvez nem tivesse começado.

Às professoras Maria da Conceição Fonseca-Silva e Márcia Helena de Melo Pereira, pelas precisas e preciosas contribuições na minha banca de qualificação.

Aos professores Maria da Conceição Fonseca-Silva e Sírio Possenti, pela leitura e pelas considerações feitas durante a defesa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, bem como a todos os professores e funcionários que fazem parte do mesmo, pela competência e seriedade na condução do período de trabalho. À UESB, minha segunda casa por tantos anos, por me dar condições (financeiras, inclusive) de prosseguir no caminho acadêmico.

Aos meus colegas de turma, com os quais pude compartilhar minhas angústias, meus temores; com os quais pude me tranquilizar nos momentos em que o texto não fluía; com os quais pude falar “besteiras” para extravasar a ansiedade, madrugadas a dentro; agradeço-lhes, a cada um, pelo apoio e incentivo mútuo. Essa jornada terminou, mas nossos caminhos certamente ainda se cruzarão por muitas vezes.

À Carlinda, minha eterna professora de Português, por, ainda no Ensino Médio, ter me despertado para a beleza das palavras e me ter feito compreender que eu poderia ser tudo o que eu desejasse.

Aos novos amigos que fiz neste último ano e que me acolheram tão bem, dando-me segurança em um momento cheio de mudanças. Talita, Dani, Ana Paula, Margareth, Mateus, Camilla, Clara, Cris, Fabricio; cada um deles, a seu modo, acrescentou mais alegria aos meus dias.

Não posso esquecer de agradecer também aos amigos de longa data. À Geisa por sua doçura, carinho, cuidado; por suas palavras de incentivo e sabedoria; por seu apoio prático; e,

principalmente, por sua amizade. À Déa e à Huyara, pela convivência prazerosa, tornando os dias de trabalho ainda mais leves. À Jenny, pelo carinho e pelas risadas que tornaram minha vida mais divertida.

A Vitor, por compartilhar comigo sua alegria de viver, pelas boas risadas e “resenhas”; à Ceres, pela amizade tão doce; e a Ciro, por tantos momentos de discussões, teóricas ou não.

À Mille pela amizade sincera, pelo companheirismo, delicadeza e presteza de sempre; pelo ombro amigo nos momentos difíceis, pelas palavras de consolo nos momentos necessários e pelo incentivo ao longo do caminho.

A Léo (Eleandro), pelos anos de amizade e dedicação, por todo carinho e companheirismo; por estar sempre disposto a ajudar-me, sem nunca pedir nada em troca.

À Tali, pelas palavras e silêncios, pelas risadas, pela sinceridade de sempre, pelas “leituras astrológicas”, pelo carinho, pelo apoio e pela amizade, a qual sei que levarei para toda vida, independentemente da distância; agradeço-lhe, também, por ter me emprestado sua família.

A Rodrigo, pelo companheirismo, pelo carinho, pela paciência por me fazer acreditar que sou capaz e por ter permanecido ao meu lado, mesmo nos momentos mais complicados.

À minha família, meu porto seguro e, em especial, a meu pai, pelo orgulho em acompanhar minha trajetória, por todo carinho e cuidado que, do seu jeito meio torto, sempre dispensou a mim; à minha mãe, minha inspiração, por estar ao meu lado em todos os momentos, mesmo quando fisicamente distante.

Por fim, tomando de empréstimo as palavras de Chico de Xavier, “Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar”.

A todos, o meu sincero reconhecimento!

De que valeria a obstinação do saber
se ele assegurasse apenas a
aquisição dos conhecimentos e não,
de certa maneira, e tanto quanto
possível, o descaminho daquele que conhece?
(Michel Foucault, História da Sexualidade, vol. II)

RESUMO

Neste trabalho, com base no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso, nas discussões contemporâneas acerca da relação entre mídia e política e, ainda, na arqueologia empreendida por Michel Foucault acerca dos termos “governo” e “governamentalidade”, analisamos os discursos postos em circulação acerca de uma suposta incapacidade de gestão do Governo Dilma Rousseff em artigos publicados nas seções “Política” e “Governo”, da revista *Carta Capital*; nas seções “Brasil”, da revista *Veja* e do jornal *El País*; e nas seções “Mercado” e “Poder”, do jornal *Folha de S. Paulo*, todos em suas versões *online*, no período de novembro de 2014 a abril de 2015. Tal recorte temporal compreende o período em que se inicia o primeiro mês do Governo Dilma Rousseff, após a eleição presidencial – mês em que as críticas ao referido governo se tornaram mais frequentes na mídia de modo geral - e vai até as primeiras semanas de governo depois de duas grandes manifestações populares contra o governo já no segundo mandato. Defendemos a hipótese de que tais manifestações populares contra o governo encontram(vam) sustentação nos discursos em circulação na mídia que apresentam a imagem do governo Dilma Rousseff como um mau governo. E, ainda, que esta imagem só era possível por já existir uma memória discursiva acerca de uma imagem de bom governante, configurada a partir de diferentes discursos acerca das noções de governo e de governamentalidade. Verificamos, primeiro, que essa imagem sobre o bom governante na sociedade atual retoma modelos de governamentalidade discursivizados a partir do poder Pastoral, das artes de governar, do Liberalismo, dos discursos sobre o cuidado de si, e compõem o que hoje pode ser chamada de governamentalidade neoliberal; segundo, que a imagem do governo Dilma Rousseff, em circulação nos veículos de mídia aqui analisados, afasta-se dessa imagem de bom governante; e, terceiro, que afastar-se dessa imagem configura-se como um forma de desgoverno, o que pode levar a instauração de uma grande insatisfação popular e colocar em xeque a capacidade do governo Dilma Rousseff de conduzir adequadamente o seu Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Governo Dilma Rousseff. Memória discursiva. Política. Mídia. (Des)Governo.

ABSTRACT

In this work, based on theoretical and analytical device of Discourse Analysis, in contemporary discussions about the relationship between media and politics and also in archeology undertaken by Michel Foucault about the terms "government" and "governmentality", we analyzed the discourses put into circulation about an alleged managementability of the Government Dilma Rousseff in articles published in the "Politics" and "Government" sections, of the magazine *Carta Capital*; in the sections "Brazil", of *Veja* magazine and the newspaper *El País*; and in the sections "Market" and "Power", of the newspaper *Folha de S. Paulo*, all in their online versions, from November 2014 to April 2015. This time frame covers the period beginning in the first month of Dilma Rousseff, after the presidential election - month in which the criticism of that government became more frequent in the general media - and runs until the first weeks of government after two large manifestations against the government already in the second round. We defend the hypothesis that such manifestations against the government find/found support in discourses circulating in the media that present the image of the Government Dilma Rousseff as a bad government. And, also, that this image was only possible because there is already a discursive memory of an image of a good ruler, configured from different discourses about the notions of government and governmentality. We found, first, that this image of the good ruler in today's society takes models of the governmentality discursivized from the Pastoral power, of the arts of governing, of Liberalism, of discourses on care of themselves, and make up what today might be called neoliberal governmentality; second, that the image of the Government Dilma Rousseff, circulating in the media outlets analyzed here, moves away from that image of good ruler; and third, that the moving from that image is configured as a form of misrule, which can lead to the establishment of a large popular discontent and put into question the ability of the Government Dilma Rousseff to properly lead its State.

KEYWORDS

Government Dilma Rousseff. Discursive Memory. Politics. Media. (Mis)Rule.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	11
1.2 SOBRE O <i>CORPUS</i>	13
1.3 PROBLEMAS DE PESQUISA, HIPÓTESES, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	16
2 O GOVERNO DILMA ROUSSEFF E OS DISCURSOS SOBRE CORRUPÇÃO E DESGOVERNO	20
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DE DISCURSO E DE SEU OBJETO.....	20
2.2 MÍDIA, ESPETÁCULO E POLÍTICA	23
2.3 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	27
2.4 GOVERNO E GOVERNAMENTALIDADE	49
3 GOVERNOS NO ESPELHO: REFLEXOS DOS MODELOS DE GOVERNAMENTALIDADE NA IMAGEM DO BOM GOVERNANTE CONTEMPORÂNEO.....	53
3.1 DO PENSAMENTO HEBRAICO AO PASTORADO CRISTÃO.....	54
3.2 DO REGIME DAS ALMAS AO GOVERNO DOS HOMENS	64
3.3 DOS ESPELHOS DE PRÍNCIPE À RAZÃO DE ESTADO.....	67
3.4 FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA ATUAL IMAGEM DE UM BOM GOVERNANTE	75
4 O BOM E O MAU GOVERNO NA ATUALIDADE E AS CONSEQUÊNCIAS DE UM DESGOVERNO	85
4.1 PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE GOVERNAMENTALIDADE: LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO	86
4.2 GOVERNO E GOVERNAMENTALIDADE NA SOCIEDADE ATUAL.....	92
4.3 GOVERNO, ÉTICA E CONTROLE DE SI: AS CONSEQUÊNCIAS DE UM DESGOVERNO	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nesta introdução, realizamos uma exposição inicial dos dados da pesquisa, apresentando como procedemos em relação à constituição do *corpus* e às metodologias de coleta e de análise. Além disso, empreendemos algumas considerações teóricas que sustentam as análises realizadas nos próximos capítulos.

Antes de tudo, é válido ressaltar que a motivação para este trabalho partiu da inquietação suscitada a partir da crescente “onda antigoverno” que o Governo Dilma Rousseff vem enfrentando desde o resultado das eleições de 2014. Após o resultado das eleições presidenciais, em 26 de outubro de 2014, em que a presidente Dilma Rousseff foi reeleita Presidente da República do Brasil, as críticas ao seu governo ganharam cada vez mais espaço na sociedade, sendo intensificadas após a posse da Presidente, em 1 de janeiro de 2015. Tais críticas resultaram em duas grandes manifestações, em 15 de março e 12 de abril de 2015¹, as quais levaram milhares de pessoas às ruas em todo o Brasil². Esse fato despertou-nos o interesse em analisar a constituição dos discursos acerca do Governo Dilma Rousseff, sobretudo porque que as condições de possibilidade³ que permitiram que tais discursos emergissem neste segundo mandato da presidente não mudaram em relação ao primeiro mandato, mas a discursivização acerca da imagem da presidente sofreu grandes alterações, pois os discursos em circulação

¹ Após o início do nosso estudo, duas novas manifestações foram realizadas: a primeira, em 16 de agosto de 2015, e a segunda, em 13 de dezembro de 2015.

² A partir de informações da Polícia Militar nos diferentes estados, o site de notícias *G1* divulgou os seguintes números acerca da participação nas manifestações de 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015: foram às ruas 2,4 milhões, 701 mil e 879 mil, em 252, 224 e 205 cidades brasileiras, respectivamente.

³ Nos estudos foucaultianos, as “condições de possibilidade” referem-se a todo o sistema que permite o surgimento de certos espaços ou objetos discursivos. Dessa forma, é possível afirmar que tal conceito relaciona-se com as práticas discursivas que circulam socialmente, considerando os discursos na relação com o saber/poder. Assim, Foucault (1969) defende que as emergências discursivas devem ser consideradas a partir de suas condições históricas, associadas tanto ao seu surgimento quanto à sua legitimação, pois todo saber se define em um espaço epistêmico singular, o qual pode ser datado e analisado em sua historicidade. Por isso, não é possível pensar o discurso em uma dimensão isolada; é preciso considerar as relações que lhe servem de suporte, analisá-lo em suas relações com os acontecimentos de ordem política, econômica, social, etc. Nesse sentido, para a análise das diferentes práticas discursivas e de suas regras características, a fim de estabelecer as condições de realização dos enunciados, Foucault propõe uma arqueologia, asseverando que “as descrições arqueológicas, em seu desenrolar e nos campos que percorrem, articulam-se com outras disciplinas: procurando definir, fora de qualquer referência a uma subjetividade psicológica ou constituinte, as diferentes posições de sujeito que os enunciados podem implicar, a arqueologia atravessa uma questão que é colocada hoje, pela psicanálise; tentando fazer aparecer as regras de formação dos conceitos, os modos de sucessão, encadeamento e coexistência dos enunciados, ela se depara com o problema das estruturas epistemológicas; estudando a formação dos objetos, os campos nos quais emergem e se especificam, estudando também as condições de apropriação dos discursos, se depara com a análise das formações sociais” (FOUCAULT, 1969, p. 249-250).

acerca da presidente em seu primeiro mandato, conforme analisado por Barbosa (2014)⁴, em muito divergem dos discursos ora postos em circulação.

Barbosa (2014), a partir de suas análises, mostra, entre outras coisas, que no início do primeiro mandato da presidente havia uma expectativa otimista em relação ao referido governo, bem como uma relação de identificação deste com os brasileiros. Ademais, Barbosa assevera que havia um silenciamento no que se refere à relação entre Dilma e PT e que, embora Dilma Rousseff fosse apresentada em uma relação com Lula, seu governo foi marcado discursivamente por uma série de práticas que o distinguiam de seu antecessor e o distanciavam dos casos de corrupção. Ainda segundo o referido autor:

Na discursividade destas formulações, encontramos efeitos de sentidos nos quais: a) Dilma entende que é preciso manter boas relações com os americanos, ao mesmo tempo em que é preciso manter também boas relações, porém, com certo receio, com governos cujos líderes possuem práticas ditatoriais. Assim, aqui temos o funcionamento de um não-dito que o Governo Lula mantinha uma postura “antiamericanista” e mantinha relações estreitas com governos ditatoriais; b) Dilma dialoga com a oposição, e isso faz um contraponto neste jogo discursivo com “Lula não dialogava com a oposição; c) Dilma dá à imprensa a devida liberdade, em contraposição à não liberdade de imprensa (pelo menos como uma tentativa) no Governo Lula; e d) Dilma é mais intolerante em questões de corrupção em seu governo e o contraponto Lula tolerava corruptos no governo (BARBOSA, 2014, p. 64)

Assim, essa imagem acerca do Governo Dilma Rousseff em circulação no primeiro mandato não condiz com os discursos ora postos em circulação acerca da presidente, tampouco com a onda de manifestações e críticas ao referido governo. Partindo, portanto, da relação entre o que foi proposto por Barbosa (2014) e as manifestações antigoverno Dilma Rousseff, buscamos investigar qual a imagem do atual governo brasileiro em circulação em seu segundo mandato e quais os discursos que fundamentam essa imagem.

4 Em sua dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UESB e desenvolvida dentro do Grupo de Pesquisas em Análise de Discurso (GPADis), mesmo grupo ao qual está vinculada esta dissertação, Barbosa (2014) buscou responder “como é constituída a imagem de Dilma Rousseff, enquanto sujeito político, em sua relação com o Partido dos Trabalhadores e em sua relação com o ex-presidente Lula na discursividade em torno dos temas ‘radicais’ do PT e corrupção no Governo PT” (BARBOSA, 2014, p. 15).

1.2 SOBRE O *CORPUS*

Para a elaboração desta dissertação, analisamos artigos publicados nas seções “Política” e “Governo”, da revista *Carta Capital*⁵; nas seções “Brasil”, da revista *Veja*⁶ e da versão brasileira do jornal *El País*⁷; e nas seções “Mercado” e “Poder”, do jornal *Folha de S. Paulo*⁸, todos em suas versões online, no período de novembro de 2014 a abril de 2015 (período que inicia com o primeiro mês do Governo Dilma Rousseff após a eleição presidencial – mês em que as críticas ao referido governo tornaram-se mais frequentes na mídia de modo geral⁹ - e vai até as primeiras semanas após duas grandes manifestações populares contra o governo ocorridas já no segundo mandato da presidente). Escolhemos formar o *corpus* a partir de textos postos em circulação na mídia por considerar que estes permitem ter uma visão ampla dos diferentes discursos em circulação na sociedade contemporânea. Além disso, conforme destaca Piovezani Filho (2003, p. 61-62), há na mídia um movimento de oferecer uma suposta verdade latente, todavia, esse movimento não ocorre em sentido único, pois há, em contrapartida, uma necessidade humana de saber do real. Assim, “há um certo encontro entre a fome midiática de produzir 'verdades' e a vontade do espectador de comer 'verdades'” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 62). Outrossim, cabe ressaltar que essa “mediação midiática” não acontece de forma “isenta”, tendo em vista que todo discurso, inclusive o midiático, fala a partir de algum lugar, é permeado por uma ideologia.

Optamos pelo recorte apenas dos textos escritos por uma questão metodológica, dado os limites de tempo e de espaço que regem a escrita de um texto dissertativo que, neste caso, não seriam suficientes para realizar análises de outras materialidades além das escritas, tais como as imagéticas. Já a escolha de mídias *online* se deve, por um lado, à facilidade de acesso para a coleta do *corpus* número de textos, tendo em vista que o jornalismo *online* permite a transmissão de notícias em tempo real, possibilitando diversas reportagens atualizadas sobre um mesmo tema em um mesmo dia; e, por outro, à abrangência e à velocidade de circulação dos textos, os quais atingem um público maior e em menos tempo, tendo em vista que a internet é o meio de comunicação que mais cresce no Brasil e capta a maior parte da atenção dos leitores

⁵ Site: www.cartacapital.com.br

⁶ Site: veja.abril.com.br

⁷ Site: brasil.elpais.com

⁸ Site: www.folha.uol.com.br

⁹ Em um sistema de governo democrático, como no Brasil, é normal que todos os governantes recebam críticas, sejam estas daqueles que se opõem ao seu governo ou mesmo de seus aliados. Contudo, as críticas ao governo Dilma apresentaram um processo de intensificação após o acirrado resultado das eleições 2014 (em que a diferença de votos entre a presidente eleita, Dilma Rousseff, e candidato derrotado foi de apenas 1,64%), que levou uma ao descontentamento de uma grande parcela da população.

e consumidores. De acordo com pesquisa¹⁰ divulgada em 7 de março de 2014 pelo então ministro Thomas Traumann, da Secretaria de Comunicação Social, o internauta brasileiro passa uma média de 3 horas e 39 minutos no computador, mais tempo do que em frente à televisão. Essa mesma pesquisa mostrou que apenas 6% do público tem o hábito de ler jornais e revistas impressas.

A opção por textos materializados em diferentes veículos, socialmente atribuídos a lugares de identificação distintos, surgiu como uma necessidade de verificarmos a presença de regularidades discursivas mesmo em veículos que estariam em lugares discursivos divergentes. É preciso ressaltar, ainda, que, embora o acesso à internet esteja se ampliando cada vez mais, o hábito de leitura é maior entre as pessoas pertencentes às classes média e alta¹¹, o que se reflete na linguagem dos veículos de comunicação aqui analisados, que acabam por ter tais classes como seu público alvo primário. Ademais, todos são veículos de mídia que tratam de informação e atualidades, abrangendo temas diversos como política, economia e cultura, e, também por isso, apresentam uma escrita mais formal. Cabe destacar, também, que a escolha dos veículos supramencionados e não outros, como por exemplo *blogs* nacionalmente conhecidos que tratam do mesmo tema, deve-se ao fato de termos optado por analisar apenas veículos institucionalizados, com corpo editorial, equipe de redação, etc. A revista *Veja*, criada em 1966 e publicada pela *Editora Abril*, é a revista de maior circulação nacional, e é considerada por alguns setores da sociedade como uma revista politicamente de “direita”; por outro lado, à revista *Carta Capital*, fundada em 1994 e publicada pela Editora Confiança, é socialmente atribuído o título de “revista de esquerda”. Situação semelhante ocorre entre os dois jornais analisados: a *Folha de S. Paulo*, fundada em 1921, e que, desde a década de 1980, é o jornal mais vendido do país entre os diários nacionais de interesse geral, que é considerado como “jornal de direita”; já, ao *El País*, jornal espanhol fundado em 1976 e que ganhou uma versão brasileira em 2013, é reservado o título de jornal de “centro-esquerda”. É preciso mencionar, ainda, que as seções dos referidos veículos de mídia, citadas anteriormente, foram escolhidas em razão de nelas serem veiculadas diferentes matérias acerca dos acontecimentos¹²

¹⁰<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/132453/Ibope-internet-dispara-jornais-impressos-afundam.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

¹¹ Ver <http://www.fenapro.org.br/relatoriodepesquisa.pdf> e <http://www.portalguaiescolas.com.br/acontece-nas-escolas/espaco-educacional/ler-ou-nao-ler-eis-a-questao/>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

¹²O termo “acontecimento” aqui é tomado conforme Pêcheux (1983b), como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, uma vez que o acontecimento remete tanto ao que está acontecendo quanto a algo que já aconteceu, resgatando assim, uma memória. Além disso, segundo Pêcheux (1983, p. 50), o acontecimento apresenta-se de uma dupla forma: por um lado, “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se”, e por outro, como “o acontecimento que é absorvido pela memória, como se não tivesse ocorrido”.

envolvendo política, economia e governo, questões centrais para o desenvolvimento desta dissertação.

Assim, o *corpus* de análise deste trabalho foi composto por textos postos em circulação nos veículos midiáticos supracitados, veiculados de forma escrita e *online*, que se relacionam, em alguma medida, a uma suposta incapacidade de gestão do Governo Dilma Rousseff. Para tanto, realizamos uma análise de cunho qualitativo, priorizando a relevância e não a quantidade de dados. A metodologia utilizada nas análises está fundamentada no dispositivo teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso, o que pressupõe que, nessas análises, partimos do texto para chegar ao discurso, utilizando as marcas linguísticas e textuais como pistas para identificar o funcionamento dos diferentes discursos materializados nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho.

Para a construção do *corpus*, realizamos, inicialmente, um trajeto de leitura a partir do qual selecionamos e catalogamos as publicações relacionadas ao tema “incapacidade de gestão do Governo Dilma Rousseff”, veiculadas no período de novembro de 2014 a abril de 2015, totalizando, inicialmente, 124 reportagens identificadas e catalogadas. Em seguida, foi feita uma leitura dessas publicações e uma primeira análise que levou em conta toda materialidade relacionada ao tema proposto, para, a partir daí, extrairmos os excertos das materialidades significantes que serviram de base para responder as questões que propomos neste trabalho, excluindo, metodologicamente, as reportagens que não traziam respostas para nossas perguntas. A partir dessa leitura, selecionamos 42 reportagens para as análises mais detalhadas. A partir da análise dessas reportagens, verificamos uma regularidade discursiva acerca da incapacidade de gestão do governo Dilma Rousseff em torno de 3 temas centrais sobre os quais discorreremos no capítulo 2. Com base nessa constatação, separamos as reportagens de acordo com cada um desses temas e, dada a necessidade de um recorte ainda maior, a fim de viabilizar as análises, dessas 42 reportagens, extraímos 35 excertos, postos em circulação nos diferentes veículos midiáticos supracitados a fim de verificar a regularidade na circulação desses discursos, os quais foram analisados ao longo desta dissertação. Para análise, no segundo capítulo desta dissertação, separamos 18 excertos, os quais estão distribuídos, em três blocos, de acordo com tema comum que abordavam, sendo que em cada bloco, os excertos foram apresentados em ordem cronológica e seguidos de um quadro síntese, a fim de facilitar a visualização de como os discursos sobre os temas centrais de cada bloco estavam presentes em todos os veículos analisados. Para o terceiro capítulo, separamos 6 excertos que retomavam os temas comuns apresentados nos excertos analisados no capítulo anterior e permitiam a discussão acerca do discurso sobre a governamentalidade do poder Pastoral à razão de Estado;

no quarto capítulo, analisamos 11 excertos (distribuídos nos tópicos 4.3 e 4.4), todos relacionados aos temas comuns apresentados dos excertos analisados no capítulo 2 e que possibilitavam a discussão, respectivamente, da governamentalidade nos modelos liberal e neoliberal e das consequências de um desgoverno.

1.3 PROBLEMAS DE PESQUISA, HIPÓTESES, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Diante da inquietação suscitada pela crescente “onda antigoverno” que o Governo Dilma Rousseff vem enfrentando desde o início do seu segundo mandato, e considerando a grande circulação de discursos apontando diferentes problemas no referido Governo, elaboramos alguns problemas que nortearam o desenvolvimento desta dissertação:

- 1) Quais imagens estão em circulação e são espetacularizadas nos veículos de mídia, apresentados no item 1.2, acerca do Governo Dilma Rousseff e quais as consequências dessa espetacularização?

Sobre essa questão, partimos da hipótese de que a mídia, em razão da espetacularização de certos acontecimentos, a partir da repetição dos mesmos efeitos de sentido, mesmo que reconfigurados, possibilita que certos discursos, justamente por estarem em circulação em diferentes espaços sociais, funcionem na relação com o acontecimento. Tais acontecimentos vão, aos poucos, por meio de uma dialética da repetição e da regularização, sendo inscritos em uma memória discursiva, a qual Pêcheux (1983b, p. 52) define como sendo aquilo que “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”

Nessa perspectiva, Fonseca-Silva (2007, p. 25), assevera que, na sociedade contemporânea, a mídia funciona como um lugar de construção de memórias. Ainda de acordo com a autora, a mídia, enquanto lugar de memória discursiva, funciona também “como lugar/espço de interpretação. E no gesto de interpretação e, portanto, de construção/reconstrução de memória discursiva, ocorre estabilização/desestabilização de sentido(s) e sedimentação de valores da sociedade na qual operam”. Nesse sentido, ao colocar em circulação discursos que apontam para uma suposta incapacidade de gestão do Governo Dilma Rousseff, levando os mesmos a serem inscritos na memória discursiva, a mídia contribui para a (re)configuração de uma imagem negativa do referido governo. Todavia, a emergência desse

discurso do mau governo só é possível porque já existe na memória discursiva uma imagem do que seria um bom governante; imagem esta que não se encerra nela mesma, uma vez que foi configurada e reconfigurada em diferentes períodos da história, a partir das noções de governo e de governamentalidade. Assim, nossa primeira hipótese permite a elaboração de outra pergunta:

- 2) Como se deu a construção da imagem de bom governante que circula na sociedade atual?

A esse respeito, defendemos que o discurso sobre o bom governante na contemporaneidade está relacionado à capacidade de gestão e de condução da sociedade, retomando diferentes discursos sobre governamentalidade (o poder pastoral, os espelhos de príncipe, a Razão de Estado e o Liberalismo¹³), que já circularam antes, uma vez que, como já dito anteriormente, todo discurso é sempre atravessado por outro(s), anterior(es) a ele. O discurso do pastorado, por exemplo, construído com base na imagem de um líder que guia o rebanho, pode ser marcadamente percebido na construção da imagem do bom governante contemporâneo¹⁴.

Essa segunda hipótese, suscita a elaboração de outra pergunta:

- 3) Como essa imagem de bom governante se apresenta na sociedade atual e quais as consequências para o governo que dela se afasta?

Em linhas gerais, acreditamos que o pensamento atual sobre a governamentalidade aponta para a necessidade de um governo capaz de administrar o Estado e de gerenciar os seus governados, garantindo-lhes estabilidade econômica e conduzindo a população à conquista do máximo de bem estar econômico e social. Dessa forma, um governo cuja imagem em circulação é oposta a esta imagem de bom governante em circulação na sociedade, ou seja, um governo que não consegue conduzir adequadamente aqueles que estão à sua volta (seja na manutenção de uma conduta ética ou na construção de uma desejada estabilidade econômica), não pode governar. Defendemos, ainda, que é esse discurso sobre o bom e o mau governante que está em circulação na sociedade atual, mas que retoma diversos outros discursos, os quais servem como base para a “onda antigoverno”, que o governo Dilma Rousseff enfrenta.

Essas três hipóteses foram testadas a fim de serem refutadas ou comprovadas, a partir dos seguintes objetivos: (1) apresentação de referencial teórico-metodológico que embasou o

¹³ Discorreremos acerca de cada um desses modelos discursivos de governamentalidade no terceiro e no quarto capítulos desta dissertação.

¹⁴ No quarto capítulo discutiremos qual é essa imagem do bom governante contemporâneo.

desenvolvimento desta pesquisa, a saber o dispositivo teórico analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso, mais especificamente, os postulados teóricos de Michel Pêcheux os quais nortearam as considerações sobre a noção de discurso e de sentido, e, ainda, as discussões acerca do tema governamentalidade, empreendidas por Michel Foucault; estudo teórico acerca do funcionamento da mídia dentro do processo de circulação de discursos e análise do *corpus*, a luz do referido referencial; (2) discussão acerca dos conceitos de governo e de governamentalidade, observando como suas configurações e reelaborações refletem nas concepções atuais desses conceitos com base, sobretudo, nos estudos foucaultianos; e (3) investigação acerca da ideia de governamentalidade e da noção de bom governante na sociedade atual e da relação entre os discursos sobre o bom e o mau governante e os discursos que fundamentam a “onda antigoverno”, enfrentada por Dilma Rousseff.

A partir das perguntas, das hipóteses e dos objetivos, organizamos esta dissertação, a qual está distribuída em quatro capítulos, os quais sintetizamos nos parágrafos seguintes.

No primeiro capítulo, constituído pela presente introdução, apresentamos algumas considerações gerais acerca do tema proposto para esta dissertação, bem como o nosso *corpus*, nossas perguntas, hipóteses, objetivos e organização textual.

No segundo capítulo, apresentamos os dispositivos teórico analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso que deram suporte metodológico a este trabalho; empreendemos uma discussão teórica sobre mídia, espetáculo e política; e, além disso, a partir da análise do *corpus*, verificamos como se deu a espetacularização de acontecimentos políticos relacionados a uma suposta incapacidade de gestão do governo Dilma Rousseff, discutindo qual a imagem do Governo Dilma Rousseff que se constituiu a partir da circulação de tais discursos.

No terceiro capítulo, mostramos, por meio de discussões teóricas e análises, as configurações e reconfigurações que permeiam a constituição das noções de governo e governamentalidade que fundamentaram a imagem contemporânea em circulação na sociedade acerca do bom governo/governante, apresentando considerações acerca do poder Pastoral, das artes de governar e da razão de Estado.

No quarto capítulo, demonstramos, também por meio de discussões teóricas e análises, qual a imagem de bom governante que circula na sociedade, quais os discursos que fundamentam essa imagem e quais as consequências para um governante que não é capaz de agir segundo tais imagens; paralelamente, discutimos em que medida os discursos em circulação acerca do Governo Dilma Rousseff a distanciam dessa imagem e como esse distanciamento implicou na ascensão de uma onda de críticas e manifestações contrárias a seu governo.

Além desses três capítulos teórico-analíticos e desta introdução, esta dissertação traz as *Considerações Finais*, nas quais retomamos e sintetizamos os resultados do trabalho; e as *Referências*, em que apresentamos o referencial utilizado para fundamentar a dissertação.

2 O GOVERNO DILMA ROUSSEFF E OS DISCURSOS SOBRE CORRUPÇÃO E DESGOVERNO

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DE DISCURSO E DE SEU OBJETO

É da Escola Francesa de Análise de Discurso, doravante AD, que tomamos o referencial teórico-metodológico utilizado para analisar o *corpus* desta pesquisa, por isso, julgamos necessário apresentarmos algumas considerações sobre a referida disciplina. Inicialmente, é válido ressaltar que a AD é uma das múltiplas formas de se trabalhar a linguagem e não trata da língua ou da gramática, mas do discurso, visto como a *prática da linguagem* (ORLANDI, 2001). A referida disciplina surge, portanto, da necessidade de se analisar o discurso, entendido como efeito de sentido, uma vez que o sentido não está na língua - compreendida como sistema que só obedece a sua própria ordem (SAUSSURE, 1916)-, mas nas relações discursivas, pois ele (o sentido) é historicamente constituído e marcado pela ideologia, estando, portanto, numa relação, ao mesmo tempo externa e interna, entre língua e historicidade (PÊCHEUX & FUCHS, 1975). A delimitação do objeto e a elaboração das principais teses da AD foram feitas por Pêcheux, partindo, para tanto, de alguns axiomas saussurianos, relacionados a alguns postulados do marxismo, ambos “atravessados e articulados por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 164).

Para Pêcheux, se, por um lado, o discurso não pode ser confundido com o ato de fala do sujeito falante individual, já que a noção de fala tem um caráter empírico, por outro lado, difere também da noção de língua, objeto da linguística, que é a base sobre a qual os processos discursivos se constroem e designam o funcionamento da linguagem em relação a si mesma como uma realidade relativamente autônoma. Ademais, o funcionamento dessa base linguística se relaciona às representações postas em jogo nas relações sociais e se caracteriza pela expressão *processo discursivo* (processo de produção do discurso) (PÊCHEUX, 1971, p. 121). Em outras palavras:

[...] o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta assim, como a *base* comum

dos *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos. [...] Ao opor *base linguística e processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística. *É pois sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos*, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos (PÊCHEUX, 1983a, p. 91, grifos do autor).

Por essa razão, Pêcheux afirma que é impossível analisar um discurso como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, pois é necessário colocá-lo em relação com o conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção, ao qual corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso por meio da língua. O discurso, para ele, sempre se relaciona com discurso(s) que o antecede(m) e, por isso, deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido. Dessa forma, para romper com a concepção tradicional de linguagem, Pêcheux tentou elaborar “teoricamente, conceitualmente e empiricamente” uma concepção original sobre o discurso (HENRY, 1997, p. 26), relacionando os processos discursivos - que, do ponto de vista da teoria do discurso, estão na fonte da produção dos efeitos de sentido - com a língua – a qual “constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 72). Mas, como dito anteriormente, a noção de discurso se desenvolveu dentro do quadro teórico da Análise de Discurso (AD) e se reconfigurou junto com esta.

A AD passou por três fases em seu percurso de constituição, sendo que, a cada uma, a noção de discurso foi se (re)estruturando. O primeiro momento da AD foi marcado pela noção de maquinaria discursiva estrutural, segundo a qual, o processo de produção discursiva era “uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos” (PÊCHEUX, 1983a, p. 311). Assim, na primeira fase da AD, o discurso é visto como um bloco compacto, homogêneo e fechado, em que tudo se explica internamente. Em suma, “o ponto de partida de uma AD-1 é um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas [...] num espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX, 1983a, p. 312), no qual a relação entre os discursos era concebida como uma relação entre as próprias máquinas discursivas, em que cada uma delas era autônoma e fechada sobre si mesma.

Na segunda fase, há um deslocamento teórico a partir da incorporação dos conceitos de *formação discursiva*¹⁵ (doravante *FD*) e *interdiscurso*¹⁶, de modo que se passa a considerar as relações entre as máquinas discursivas estruturais; todavia, conserva-se o fechamento da maquinaria. Assim, considera-se a presença de um exterior específico de uma formação discursiva, histórico e social, que determina a produção do discurso e se passa a reconhecer a relação entre as máquinas discursivas. Contudo, essas *FDs* eram vistas como constituídas independentemente uma das outras, para só depois serem postas em relação. Desse modo, nessa fase, há o reconhecimento de que existem relações entre os discursos, mas esta relação é sempre desigual (dominante - dominado, por exemplo) e a noção de *interdiscurso* é introduzida apenas para explicar o exterior específico de uma *FD*. No entanto, o fechamento estrutural é mantido, pois o discurso ainda é visto como uma maquinaria estruturada, embora não mais isolada como na *AD I*, já que, agora, relaciona-se com outras.

A terceira fase da *ADé* marcada pelo primado do *interdiscurso* e, conseqüentemente, pela desconstrução das maquinarias discursivas, já que os discursos passam a relacionar-se no interior das *FDs*, as quais não são mais vistas isoladamente, independentemente umas das outras. Portanto, não é mais possível pensar em uma estrutura fechada, homogênea. A partir de então, introduz-se a noção de heterogeneidade, trazendo à tona um discurso fragmentado, que está sempre carregado de dizeres que vêm de outros, um discurso constitutivamente heterogêneo. Assim, há uma “desestabilização das garantias sócio-históricas que supõem assegurar *a priori* a pertinência teórica e de procedimentos de uma construção empírica do *corpus* refletindo essa garantia” (PÊCHEUX, 1983a, p. 315). Esse reconhecimento de uma heterogeneidade discursiva rompe com o *narcisismo da* estrutura, permitindo um novo deslocamento da noção discurso.

Em síntese, o conceito de discurso (aquele cunhado por Pêcheux), o qual constitui o objeto da *AD*, relacionando língua e ideologia, não pode mais ser compreendido apenas como uma estrutura, historicamente determinada, mas também como um acontecimento, isto é, como

¹⁵De acordo com Pêcheux, as palavras, expressões, proposições, etc. adquirem sentido em referência às formações ideológicas nas quais aqueles que as empregam se inscrevem. Nessa perspectiva, o referido autor chama de formação discursiva “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 1975, p. 160).

¹⁶Orlandi (2001), com base nos postulados de Pêcheux, define o *interdiscurso*, como um já dito, aquilo que fala antes e em outro lugar, uma vez que nenhum discurso se encerra nele mesmo, pois é sempre atravessado por outros discursos, que emergem como uma memória específica: a memória discursiva. Essa memória é o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31).

a relação entre uma atualidade e uma memória, pois, até mesmo uma estrutura linguística - aparentemente fechada sobre si mesma, com uma significação aparentemente rígida, concreta e absoluta – pode mudar sua significação a depender do lugar/campo onde ela figura, já que todo enunciado linguístico é, por isso mesmo, uma estrutura, mas é também histórico e, portanto, um acontecimento (PÊCHEUX, 1983a). Dessa forma, o discurso, para a AD, não é o resultado do simples uso da língua, tampouco é o resultado obtido a partir de análises por meio de regras ou princípios de textos ou de conversações; o discurso é entendido como “um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia”, que se materializa na língua (POSSENTI, 2009, p. 16).

É nesta perspectiva que analisamos os discursos materializados no *corpus* aqui proposto, postos em circulação pela mídia, considerando-os para além das estruturas fixas da língua por meio da qual se materializam; observando, sobretudo, o que lhe é exterior, os não ditos, a fim de identificar quais os efeitos de sentidos que emergem dos mesmos. Trabalhamos, portanto, com a língua enquanto materialidade específica do discurso, e como discurso como materialidade específica da ideologia, compreendendo, dessa forma, que os sentidos não estão nos signos, mas, que os efeitos de sentido se materializam a partir da relação desses signos (linguísticos e/ou imagéticos) com a historicidade. Dessa forma, analisamos a língua produzindo sentidos, sendo afetada pelo simbólico, pelo histórico e pelo social. Em síntese, analisamos o discurso, buscando compreendê-lo a partir da relação entre língua, história e sociedade, considerando, assim, os movimentos que os sentidos percorrem.

2.2 MÍDIA, ESPETÁCULO E POLÍTICA

O *corpus* desta pesquisa é composto por textos em circulação na mídia, por isso, consideramos necessária uma breve discussão acerca dessa instituição. Cabe ressaltar, inicialmente, que a mídia é uma instituição legitimada pela nossa organização social e ocupa importante papel na circulação dos discursos. De acordo com Possenti (2007), não é possível compreendermos mais nossa sociedade sem considerar para sua análise as revistas, jornais, *sites*, *blogs*, pois a mídia “é certamente a palavra que melhor designa a multiplicidade das formas de circulação de discursos” (POSSENTI, 2007, p. 12). Além disso, ao tratarmos de discurso político, é possível afirmarmos que a mídia possui certo protagonismo na veiculação dos mesmos, pois atua também como um agente político, contribuindo diretamente para que determinadas concepções de política e de político passem a circular com maior ou menor ênfase

a depender da forma como a mídia espetaculariza os fatos relacionados a essas diferentes concepções.

De acordo com Fonseca-Silva (2008, p. 1), “a mídia pode ser definida como um lugar de memória discursiva e como um lugar de fabricação espetacular e veiculação dos espetáculos políticos, entre outros”.¹⁷ Dessa forma, segundo a referida autora, uma grande parcela das atividades políticas, hoje, realizam-se, em sua dimensão pública, instituída pelas redes midiáticas (seja na televisão, seja no rádio, seja na internet, sejam nas revistas de informação, dentre outras tantas, etc.). Uma explicação possível para tal fato está na afirmação de Guy Debord, segundo a qual a política se desenrola sob o pano de fundo de sociedades espetacularizadas.

O conceito de “espetáculo” se constitui a partir do pensamento de Debord (1967), que, em 1967 cunhou a noção de “sociedade do espetáculo”. Para ele, a Sociedade do Espetáculo é caracterizada pela transformação de tudo aquilo que era vivido em mera representação, em teatralidade; o que era real e autêntico tornou-se ilusão. Todavia, segundo o referido autor, o espetáculo não deve ser compreendido como um conjunto de imagens, mas sim como relações sociais entre pessoas, mediadas por imagens, sendo, portanto, relações de aparência (DEBORD, 1967, p. 14). Além disso, Debord (1967) afirma que o espetáculo é resultado dos modos de produção existentes que atuam a favor do capitalismo e levam ao consumo. Assim, o espetáculo tem sua estrutura baseada na aparência, mostrando somente aquilo que irá despertar desejos de consumo no espectador. Dessa forma, é impossível separar as relações sociais da relação de produção de mercadorias, de modo que, na sociedade do espetáculo, há uma interdependência entre o processo de acúmulo de capital e o processo de acúmulo de imagens.

Vale ressaltar, ainda, que, de acordo com o que defende o referido autor, as necessidades dessa sociedade do espetáculo não podem encontrar satisfação senão pela mediação dos meios de comunicação em massa, levando a sociedade a uma era em que mais vale o (a) parecer. Essas mudanças não foram relacionadas apenas à economia e à cultura, pois também ocorreram no plano político.

Nessa perspectiva, de acordo com Courtine (2006), a partir da década de 1970, o discurso político passou por grandes alterações, fazendo com que as falas públicas longas e monológicas dessem lugar a um outro tipo de enunciação: falas públicas mais breves, fluídas, descontínuas, acompanhadas por imagens, com características de um espetáculo, de um *show* midiático. Assim, é possível falar em um espetáculo político no qual a mídia desempenha um

¹⁷ Ver Fonseca-Silva (2009).

importante papel, pois, a ela cabe a função de mostrar as personagens do discurso político e os bastidores em que esses discursos são produzidos. Em outras palavras, em nossa atual sociedade, a política precisa mostrar-se, e a mídia é a responsável por tal tarefa, desempenhando-a como num teatro ou numa novela, como um verdadeiro espetáculo.

É preciso destacarmos, também, que os textos em circulação na mídia não oferecem a realidade, mas sim, uma construção da realidade, possibilitando queo seu leitor produza formas simbólicas de representação da sua relação com a “realidade concreta”. Todavia, a produção dessas formas simbólicas não ocorre de forma tranquila, pois, ao mesmo tempo em que os sentidos são históricos, os sujeitos são sociais, por isso, os discursos, constantemente, envolvem-se em intensos movimentos de embates, que lhe são constitutivos. Nesses movimentos, Foucault percebe o que chama de microfísica do poder. Para ele, o poder não existe de forma centralizada, não há um lugar ou uma pessoa de onde emane o poder, não há uma morada do poder, assim como não há um poder estático, pois o poder está diluído; o que há, na verdade, são relações de poder, relações móveis que se encontram sob diferentes formas, sob diferentes níveis, e que podem ser alteradas. Na sociedade há milhares de relações de poder, pulverizadas em todo campo social, como as “relações de poder existentes entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família (FOUCAULT, 1977b, p. 226).

Esses micropoderes promovem uma luta contínua pelo estabelecimento de verdades que estão em constante reconfiguração, pois, por serem históricas, são relativas e mutáveis. Assim, o que é posto em circulação são as vontades de verdadede a sociedade, em um dado momento histórico, estabelecendo representações discursivas que constroem as identidades: o que é ser normal, o que é ser louco, o que é ser inteligente etc. Na sociedade contemporânea, muitas dessas representações, dessas construções discursivas, são colocadas em circulação a partir da mídia. Assim, ao mesmo tempo em que as vozes que falam na mídia são, na verdade, ecos de vozes que vêm de outros lugares da sociedade, os discursos que ela coloca em circulação permitem a veiculação de um jogo em que se compõem identidades ancoradas em regulamentação de saberes estabelecidas nesses jogos de micropoderes acerca do uso que as pessoas devem fazer de si mesma (do corpo, do seu trabalho, da sua vida, da sua alma).

Há, assim, na sociedade contemporânea uma busca por uma normalização e um controle de si (e também do outro),cujas representações são postas em circulação, em grande parte, pela mídia. Nesta perspectiva é que a sociedade contemporânea é compreendida como uma sociedade de controle, cujos mecanismos de vigilância se modernizaram com a ascensão dos veículos de

comunicação. Vive-se em uma era que todos se vigiam mutuamente e a mídia aparece como um grande espelho que reflete o que deve e o que não deve ser feito e aceito pela sociedade.

Tal busca por uma vigilância social não é algo recente. De acordo com Foucault (1977a), a segunda metade do século XIX foi marcada pela busca da transparência e da visibilidade. A partir daí, com a instauração dessa nova ordem política e moral, não havia mais lugar para espaços obscuros, pois era necessária uma total visibilidade das coisas, das pessoas e da verdade, uma vez que no século das luzes, o poder principal servia a opinião, não podendo, portanto, tolerar regiões de sombra. E, ainda de acordo com Foucault, “Esse reino da ‘opinião’ que se invoca, frequentemente, nessa época, é um modo de funcionamento em que o poder poderá exercer-se pelo único fato de que as coisas serão temidas e que as pessoas serão vistas por uma espécie de olhar imediato, coletivo e anônimo”. (FOUCAULT, 1977a, p. 108). Esse medo da obscuridade já reinava desde a segunda metade do século XVIII, e os “reformadores” destes séculos deram um poder considerável à opinião pública, pois:

[...]acreditavam que, só podendo a opinião pública ser boa, visto que era a consciência imediata do corpo social inteiro, as pessoas se tornariam virtuosas, devido ao fato de que eram olhadas. [...] Eles desconheciam as condições reais da opinião pública, da mídia, uma materialidade que é capturada nos mecanismos da economia e do poder sob as formas de imprensa, da edição [...]. Acreditaram que a opinião pública seria justa por natureza, que iria espalhar-se por si, e que seria uma espécie de vigilância democrática (FOUCAULT, 1977a, p. 122).

Assim, para Foucault (1977a), quando Bentham, no século XIX, projetou o *panóptico*¹⁸ ele descreveu, na utopia de um sistema geral, mecanismos particulares que realmente existem na sociedade. Além disso, é possível afirmar que, a partir do século XX, há uma reconfiguração do *panóptico*, o qual já não é mais uma torre no meio das prisões, mas sim um olhar vigilante sobre todos, que faz com que todos se vigiem mutuamente, funcionando como mecanismos de poder presentes nas próprias práticas sociais, entre as quais defendemos que esteja a mídia.

¹⁸O *panóptico* era um sistema de prisão do século XIX que tinha o seguinte princípio: “na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta perfurada por grandes janelas que se abrem para a face interior do anel. A edificação periférica esta dividida em células, cada uma atravessando toda a espessura da construção. [...] Basta então colocar um vigilante na torre central, e em cada célula onde se tranca um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar” (FOUCAULT, 1977a, p. 108). A partir da Revolução Francesa, esse modelo de vigilância é transplantado para a sociedade, que passa a ser o próprio *panóptico*: as pessoas estão imersas em um campo de visibilidade, vivendo constantemente sob o olhar do outro. Todavia, o objetivo não é mais punir, como no *panóptico* enquanto modelo de prisão projetado por Bentham, o objetivo agora é vigiar, a fim de evitar condutas indesejadas. Temos, então, uma visibilidade exacerbada dos corpos e condutas a partir da formação de uma sociedade *panóptica* que se vigia mutuamente.

Dentro dos bastidores do espetáculo político, esse “olhar vigilante” da mídia ganha um relevante papel, uma vez que, como afirma Piovezani Filho (2003), a mídia, ao inserir-se como parte do espetáculo político, passou a buscar uma posição de agente político, com papel determinado dentro desse espetáculo: a ela não basta mostrar os políticos, é preciso, acima de tudo, mostrar ao público o que ocorre nos bastidores do espetáculo político, tomando para si “o dever” de tornar a política “visível” para a sociedade, vigiando os atos de todos e, assim, também exercendo uma forma de controle, uma vez que, estando em constante observação por olhos invisíveis, sofre-se, diariamente, um exercício de controle de si e também dos outros.

Todavia, como todo discurso, o midiático também é perpassado por uma ideologia, a mídia também fala de algum discursivo e, por isso, essa vigilância e espetacularização dos bastidores políticos não ocorre de forma isenta. Assim, esse “tornar a política visível” se dá a partir de uma tomada de posição específica sobre o que deve e o que não deve (e, ainda, como se deve) ser “mostrado” ao público. Dessa forma, a mídia atua diretamente na seleção e divulgação dos fatos e atos ocorridos no universo da política, espetacularizando ou silenciando¹⁹ acontecimentos de acordo com o efeito que se deseja produzir no (e)leitor, a partir do lugar em que ela está subjetivada e dos discursos que já circulam nesse lugar de subjetivação.

Nesta perspectiva, analisamos, agora, o *corpus* descrito na introdução deste trabalho, composto por textos postos em circulação na/pela mídia, a fim de identificarmos quais os acontecimentos discursivizados e espetacularizados no referido *corpus*, quais as estratégias utilizadas para tanto e quais as imagens estão sendo (re)colocadas em circulação a partir de tal espetacularização.

2.3 ANÁLISE DO *CORPUS*

Neste capítulo, além de uma discussão teórica acerca da AD, do discurso e da mídia, apresentamos a análise de 18 excertos que compõem o *corpus* da pesquisa, destacando algumas escolhas lexicais e observando como os diferentes modos de nomear o referente produzem efeitos de sentido distintos, pois a nomeação é uma das questões centrais quando pensamos na relação entre linguagem e realidade. A escolha de um nome sempre aponta para uma posição,

¹⁹Para que haja a produção do efeito desejado, é necessário que, enquanto espetaculariza-se alguns discursos, outros não apareçam, sejam silenciados. Essa política do silêncio consiste no fato de que ao dizermos algo, inevitavelmente, apagamos outros efeitos de sentido possíveis, porém indesejáveis, em uma situação discursiva, por isso, é possível afirmar, conforme Orlandi, que o silenciamento é “o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer” (ORLANDI, 2007, p.73-74).

para um lugar de produção, tendo em vista que os nomes significam em relação à memória. Ademais, as relações entre os nomes e os objetos também são de extrema relevância para que possamos compreender a construção dos efeitos de sentido, pois o sentido de uma palavra e/ou de um enunciado está sempre relacionado a outras palavras e enunciados que funcionam em rede, ou, como afirmava Pêcheux (1975), que se encontram em relação de paráfrase.

Os excertos foram separados em três blocos, cada um composto por seis excertos, de acordo com temas gerais que norteiam suas argumentações, todos relacionados, direta ou indiretamente, à presidente Dilma Rousseff, a saber: (i) o governo do PT e o escândalo de corrupção na Petrobrás; (ii) problemas na economia brasileira; (iii) inabilidade política: crise no congresso e isolamento.

(i) O Governo do PT e o escândalo de Corrupção na Petrobrás

O primeiro bloco de excertos relaciona-se com o um suposto envolvimento do Partido dos Trabalhadores, doravante PT, no caso de corrupção da Petrobrás.

1. O líderdo Partido dos Trabalhadores no Senado, Humberto Costa (PT-PE), teria recebido 1 milhão de reais do esquema de propina e corrupção na Petrobras. Segundo informações do jornal O Estado de S. Paulo, o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa explicou que o petista utilizou o dinheiro para a sua campanha em 2010(*Carta Capital*, seção Política, 23/11/2014, grifo nosso).

Aqui, cabe ressaltar a relação direta que é feita entre o Partido dos Trabalhos e a participação no caso de corrupção da Petrobras. Essa relação é estabelecida quando o sujeito que, segundo o excerto, recebe a propina é apresentado como “líder do Partido dos Trabalhadores”, uma vez que o nome “líder”²⁰ e a expressão nominal “o líder” relacionam-se a certa memória segundo a qual o líder é uma espécie de “guia”, e, portanto, de “responsável” pelas atitudes dos liderados. A expressão “o líder”, na contemporaneidade, é muito utilizada, por exemplo, no campo do empreendedorismo, em que o líder é apresentado como aquele que orienta, comanda, etc. Além disso, outra esfera em que a figura do líder é bastante arregimentada é a esfera religiosa. Nesse caso, desde os grandes líderes, retratados pela Bíblia, até as lideranças de movimentos e grupos religiosos, o líder é sempre um exemplo a ser seguido.

²⁰O nome “líder”, nesse excerto, refere-se àquele que lidera o Partido dos Trabalhadores em um lugar específico: no Senado. Outros “líderes” também existem em outros espaços, como a presidência do referido partido, a presidência da república (cargo máximo que um homem público pode exercer e, portanto, de maior respeito dentro de um partido), ou mesmo, referir-se a alguém sem nenhum cargo específico, mas apenas como lugar de reconhecimento e respeito atribuído a ele por outros, em razão de sua trajetória política. Em todos os casos, não é possível apagar a memória a qual remete tal expressão.

Nesse sentido, quando a expressão “O líder do Partido dos Trabalhadores no Senado” é usada para referir o senador Humberto Costa, o qual é apresentado na reportagem como alguém que “teria recebido 1 milhão de reais do esquema de propina e corrupção na Petrobras”, cria-se um efeito de sentido segundo o qual o próprio partido (PT) estaria envolvido no referido esquema de corrupção. Afinal, se o líder está envolvido, os liderados, que o veem como guia, referência, etc., também estão. Ou seja, o efeito é de que se o líder faz algo inadequado, todos os seus liderados o seguem no erro.

Vejamos, agora, o excerto seguinte, em que a questão da nomeação também aparece como central para interpretação dos efeitos de sentido.

2. João Vaccari Neto, tesoureiro nacional do PT, está em todas as apostas do “Petrolão” desde que o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, (detido em março do ano passado), chegou a um acordo de colaboração com o juiz Sergio Moro e revelou que o ex-bancário era o suposto intermediário entre a rede corrupta instalada na petroleira e o Partido dos Trabalhadores (PT) (*El País*, seção Brasil, 05/02/2015, grifos nossos).

Nesse excerto, o aposto “tesoureiro nacional do PT” faz referência ao nome próprio João Vaccari Neto, sujeito da oração, acusado de envolvimento no caso de corrupção da Petrobrás. Verificamos que, ao selecionar esse aposto e não outro, o enunciador *El País* retoma certa memória que não só liga o sujeito da oração ao Partido dos Trabalhadores, como também apresenta o cargo exercido pelo referido sujeito, mostrando, por um efeito da memória sobre a atualidade, que se trata de um cargo que lida exatamente com as finanças do partido. Dessa forma, ao identificar João Vaccari Neto como “tesoureiro nacional do PT”, o enunciador filia, assim como no exemplo anterior, o partido ao esquema de corrupção da Petrobrás, aqui chamado de “Petrolão”. Nesse caso, assim como no exemplo anterior, os nomes de figuras importantes do PT são apresentados como ligados ao esquema de corrupção. Dessa forma, por uma estratégia lógico-argumentativa, o referido partido é apresentado como vinculado ao escândalo de corrupção na Petrobrás. Além disso, ao final do excerto, João Vaccari Neto é nomeado como “suposto intermediário entre a rede corrupta instalada na petroleira e o Partido dos Trabalhadores”, reforçando a vinculação entre o PT e a corrupção.

Na continuidade do excerto, vemos a mesma estratégia textual (a nomeação) materializando discursos acerca da suposta relação entre PT e a corrupção na Petrobrás. Trata-se do uso da expressão nominal “a rede corrupta instalada na petroleira”, na qual chamamos a atenção para o uso do substantivo feminino “rede”. Tal substantivo, no excerto sob análise, refere-se a uma relação entre indivíduos ou grupos que partilham objetivos em comum; nesse

caso, o enunciador *El País*, ao utilizar o adjetivo “corrupta” para qualificar o substantivo “rede”, indica que o objetivo desses indivíduos ou grupos é a corrupção, produzindo efeito de sentido segundo o qual há um esquema organizado, articulado e produtivo de corrupção que se realiza dentro da Petrobrás. Por fim, vale ressaltar que ao apresentar o discurso segundo o qual há uma “rede corrupta”, que envolve um grande número de pessoas ou grupos, entre eles o PT, retoma diferentes discursos já postos em circulação sobre inúmeros outros casos de corrupção de grande repercussão midiática envolvendo o referido partido, como o Mensalão²¹, o qual teve grande destaque na mídia. Ao ativar a memória sobre a corrupção em rede, amplia-se o efeito discursivo negativo de tal acontecimento, pois se reforça a ideia de que o Partido dos Trabalhadores é um partido corrupto.

Abaixo, temos um excerto no qual a imagem do Governo Dilma Rousseff é filiada a imagem do Partido dos Trabalhadores, exemplo relevante para as análises aqui realizadas :

3. Propina era paga mensalmente a políticos da Lava Jato, acusa Janot

Dinheiro vinha de três diretorias da Petrobras e abasteciam, principalmente, três partidos, o PMDB, o PT e o PP. De 2004 a 2011, na Diretoria de Abastecimento os políticos beneficiados foram os do Partido Progressista (PP), atualmente aliado do Governo de Dilma Rousseff no Congresso. A partir de 2011 foi outra a sigla que recebeu supostamente o dinheiro: o PMDB, também aliado do Governo. De fato, tanto o presidente do Congresso, Eduardo Cunha, como o do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB, estão na lista, suspeitos de corrupção e de lavagem de dinheiro. Mas os cupins infiltrados na Petrobras não acabam aqui: a Procuradoria Geral da República acrescenta que em outras duas diretorias, a de Serviços e a Internacional, existiam esquemas parecidos de corrupção. A de Serviços beneficiava o Partido dos Trabalhadores (PT), a legenda de Dilma Rousseff (*El País*, seção Brasil, 07/03/2015, grifos nossos).

No excerto acima, o enunciador *El País* estabelece uma relação de correferência²² entre “propina” e “dinheiro”, tendo em vista que elas designam o mesmo referente no discurso. Essa relação atualiza, por meio de uma memória, um efeito de sentido segundo o qual houve recebimento de dinheiro de maneira ilícita para obtenção de alguma vantagem pessoal, o

²¹Mensalão é o nome dado ao caso de corrupção política envolvendo compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, entre os anos de 2005 e 2006, no qual houve grande desvio de dinheiro público. O referido caso de corrupção foi protagonizado por alguns integrantes do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membros do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos, os quais foram sujeitos à ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal. Para mais detalhes sobre o caso “Mensalão”, conferir MACHADO, Marcelo Moreira. Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo do Mensalão como acontecimento discursivo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013.

²²Milner (2003, p. 88), define correferência como “uma relação simétrica entre dois elementos”. Dessa forma, é possível afirmar que existirá correferência entre duas expressões sempre que elas designarem o mesmo referente em um discurso.

que se configura como uma forma de corrupção. Em seguida, os três partidos mencionados como receptores da “propina” são nomeados por meio de apostos definicionais²³ da seguinte forma: PP– “atualmente aliado do Governo de Dilma Rousseff no Congresso”; PMDB – “também aliado do Governo”; e PT – “a legenda de Dilma Rousseff”. Nos dois primeiros apostos, repete-se o adjetivo “aliado”, indicando uma aliança, um compromisso entre os partidos envolvidos no recebimento ilícito de dinheiro e o governo Dilma Rousseff. Já no último aposto, a expressão nominal definida “a legenda de Dilma Rousseff no Congresso” é usada para nomear o PT, filiando-o, diretamente, a imagem de Dilma Rousseff à do referido partido. Ao estabelecer tais ligações, por meio dos apostos já citados, cria-se um efeito de sentido segundo o qual há uma relação direta entre o governo Dilma Rousseff e o recebimento ilícito de dinheiro, o que une, em certa medida, o nome da presidente ao caso de corrupção na Petrobrás.

Por fim, os referidos partidos são nomeados novamente, por meio da expressão referencial definida “os cupins infiltrados na Petrobras”. O nome “cupim” realiza a estratégia textual de encapsulamento²⁴ dos nomes “PP, PMDB e PT”, por meio de uma rotulação, uma vez que oferece uma avaliação dos fatos e eventos descritos. De acordo com Francis (2003, p. 195), “o rótulo indica ao leitor exatamente como esta extensão do discurso deve ser interpretada”. O nome “cupim” diz respeito a um inseto, de difícil controle, que se instala em diferentes objetos feitos de madeira (portas, móveis etc.) e os corrói, causando grandes prejuízos. Ao nomear tais partidos como “cupins”, o enunciador *El País*, por meio da atualização de uma memória, cria o efeito de sentido segundo o qual os referidos partidos são como insetos, pragas difíceis de combater, e que destroem a estrutura dos lugares nos quais estão “infiltrados”. A partir de tal rotulação, cria-se, ainda, o efeito de sentido de que a estrutura da Petrobrás estaria comprometida, uma vez que suas bases estariam sendo corroídas por tais partidos.

Vejamos, a seguir, como a filiação Dilma/PT se repete como estratégia de aproximação entre a imagem do governo Dilma Rousseff à corrupção.

4. Dilma lança pacto contra a corrupção que o PT institucionalizou
 Presidente resgata medidas há anos engavetadas, e discursa como se seu partidão fosse um dos maiores beneficiários do esquema do petróleo (*Veja*, seção Brasil, 18/03/2015, grifos nossos).

²³ Segundo a gramática normativa, aposto definicional diz respeito a um termo nominal que se junta a um substantivo ou pronome, ou, ainda, equivale a um deles, para precisar, determinar o seu significado, particulando, assim, uma referência até então genérica.

²⁴ De acordo com Conte (2003, p. 177), encapsulamento é uma estratégia textual a partir da qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de fragmento do texto que o antecede. Ainda segundo o referido autor, os encapsulamentos funcionam como recursos de interpretação intratextual, que rotulam a porção textual que resumem.

O excerto quatro estabelece, mais uma vez, uma relação de filiação entre PT e governo Dilma Rousseff, pois nomeia o primeiro (PT) como “seu partido” [isto é, partido da presidente]. Já o título da reportagem, **“Dilma lança pacto contra a corrupção que o PT institucionalizou”**, traz em si um pré-construído²⁵ segundo o qual há uma corrupção institucionalizada pelo próprio PT e que essa corrupção é anterior ao “pacto contra corrupção”, lançado pela presidente.

Cabe analisar, também no excerto quatro, o uso de algumas nomeações. Destacamos a utilização do nome “esquema” para definir o caso de corrupção da Petrobrás, aqui chamado de “petrólão”, o que produz o efeito de sentido de que há uma estrutura organizada e articulada de corrupção instalada na Petrobrás. Por fim, a nomeação do caso de corrupção na Petrobrás como “petrólão” também funciona como um efeito da memória que incide sobre a atualidade, pois, a partir de uma rede semântica, atualiza o efeito de sentido do termo utilizado, remetendo a outros casos de corrupção, como o “mensalão”, e atualizando, por meio da memória discursiva, discursos segundo os quais o partido dos trabalhadores está envolvido, de forma recorrente, em escândalos de corrupção.

Analisemos, agora, o excerto a seguir.

5. Vaccari usou gráfica para lavar propina do PT, diz juiz

Condenada por realizar propaganda irregular de Dilma Rousseff em 2010, a Editora Gráfica Atitude recebeu R\$ 1,5 milhão de um dos suspeitos de integrar o esquema de desvios na Petrobras, de acordo com o Ministério Público Federal. Pagamentos feitos entre 2010 e 2013 foram considerados pelo juiz Sergio Moro prova documental decisiva para a decretação da prisão preventiva do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, na manhã desta quarta (15) (*Folha de S. Paulo*, seção Poder, 15/04/2015, grifos nossos).

Destacamos, em primeiro lugar, o uso do substantivo “propina”. Tal substantivo indica um pagamento ilícito em troca da obtenção de benefícios e reforça, por um efeito da memória sobre a atualidade, o discurso segundo o qual o PT está vinculado à corrupção. Isso porque, o referido substantivo tem por determinante a expressão nominal “do PT”, a qual define “propina”, filiando, assim, o referido partido à corrupção que, como dissemos, liga-se ao nome “propina”. Ao filiar “propina” à expressão nominal “PT”, o enunciador *Folha de S. Paulo*

²⁵O conceito de “pré-construído”, cunhado por Pêcheux (1975), diz respeito a uma marca em um enunciado de um discurso anterior a ele, em outras palavras, é um já-dito que sustenta cada palavra e/ou enunciado, permitindo que seja realizada a remissão de um dizer a toda uma filiação de outros dizeres. Corresponde, assim “ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 1975, p. 164).

produz uma generalização do efeito de sentido oriundo dessa relação, de forma que não apenas um membro ou grupo do PT é relacionado ao recebimento de propina, mas todos aqueles que fazem parte de tal partido.

Ainda em relação ao excerto cinco, verificamos que o primeiro período (o título da reportagem) faz menção ao nome “juiz” como autoridade judicial e, portanto, voz autorizada para fazer acusações, o que garante credibilidade ao discurso veiculado. O período seguinte, por meio do aposto definicional “condenada por realizar propaganda irregular de Dilma Rousseff em 2010”, relaciona a gráfica acusada de pertencer ao escândalo de corrupção envolvendo o PT à imagem de Dilma Rousseff, o que, indiretamente, também filia o sujeito discursivo Dilma Rousseff ao PT. Ao especificar que houve uma condenação por uma ação diretamente relacionada à presidente, o enunciador não só cria o efeito de sentido de que tal condenação já era de conhecimento público e, portanto, de conhecimento do próprio PT, isto é, que o PT sabia que a empresa cometia atos legalmente contestáveis, como também mostra que a presidente pode estar diretamente envolvida no caso de corrupção ligado a referida empresa, uma vez que a referida presidente teve relações anteriores com a empresa. Além disso, Dilma Rousseff é apresentada como alguém que tem conhecimento de um ato ilícito cometido pelos representantes legais da Editora Gráfica Atitude, e que foi, inclusive, beneficiária deste.

Por fim, no último período, por meio de uma nomeação, é retomado o sujeito apresentado no primeiro período (João Vaccari Neto), a partir da expressão nominal “tesoureiro do PT”. Ao apresentar tal definição, o enunciador *Folha de S. Paulo* não só relaciona o PT com o caso de corrupção na Petrobrás, como também cria o efeito de sentido segundo o qual as finanças do PT podem estar associadas com o referido escândalo, tendo em vista que o tesoureiro é a pessoa responsável pela movimentação financeira de qualquer empresa ou entidade.

Verifiquemos, agora, o último excerto deste bloco:

6. O juiz Sergio Moro acatou pedido do Ministério Público Federal e autorizou a prisão preventiva de João Vaccari Neto, secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores e tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff em 2010(*Carta Capital*, seção Política, 15/04/2015, grifos nossos).

Nesse excerto, destacamos, mais uma vez, a forma como o nome próprio “João Vaccari Neto” é retomado. A nomeação do mesmo ocorre por meio do aposto definicional “secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores e tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff em 2010”. Ao nomear João Vaccari Neto como “secretário de Finanças do Partido dos

Trabalhadores”, o enunciador *Carta Capital* destaca a mesma relação apresentada no excerto anterior (excerto 5), no qual se põe em dúvida a licitude da origem das finanças de todo o PT, uma vez que o secretário de finanças do partido encontra-se envolvido em um caso de corrupção. Nessa perspectiva, ao apresentar esse mesmo sujeito como “tesoureiro” da campanha de Dilma Rousseff”, o enunciador do excerto sob análise questiona também a licitude da origem do dinheiro que financiou a campanha da então candidata à presidência da República nas eleições de 2010. Assim, a partir dessas relações, cria-se o efeito de sentido segundo o qual a presidente Dilma Rousseff pode não apenas estar envolvida no caso de corrupção da Petrobrás, como ter utilizado dinheiro da estatal para financiar a sua campanha. Ademais, estabelece-se a mesma relação de filiação indireta entre os sujeitos discursivos Dilma/PT.

Verificamos, no conjunto de excertos apresentados nesse primeiro bloco, que os enunciadores *Veja*, *El País*, *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo* estabelecem, de forma recorrente, uma relação entre todos os membros do PT e o caso de corrupção da Petrobrás, de forma generalizada, criando-se o efeito de sentido de que todos os membros do PT são corruptos, ora citando diretamente o “PT”, como ocorre nos excertos 3 e 4, ora fazendo referência a este por meio de uma figura importante dentro do mesmo, como ocorre nos excertos 1, 2, 5 e 6, o que, em ambos os casos, produz um efeito de generalização. Por outro lado, nos excertos 3 e 4 é estabelecida uma filiação entre Dilma Rousseff, o PT e a corrupção, e nos excertos 5 e 6, esta mesma relação ocorre, de forma indireta, mediada pelo sujeito discursivo João Vaccari Neto.

Vejamos, no quadro síntese, como a relação Dilma/PT/Corrupção se deu nos excertos apresentados, com base na análise de cada veículo de comunicação:

Carta Capital

Excerto 1, de 23/11/2014	A partir do nome “líder”, filia-se todo o PT ao caso de corrupção na Petrobrás.
Excerto 6, de 15/04/2015	A partir das nomeações do sujeito discursivo João Vaccari Neto, filia-se Dilma Rousseff e PT, e ambos à prática de à corrupção.

El País

Excerto 2, de 05/02/2015	A partir da nomeação do sujeito discursivo João Vaccari Neto, filia-se todo o PT ao caso de corrupção na Petrobrás.
--------------------------	---

Excerto 3, de 07/03/2015	Dilma é filiada diretamente ao PT, e ambos à prática de corrupção.
--------------------------	--

Veja

Excerto 4, de 18/03/2015	Dilma é filiada diretamente ao PT, e indiretamente à prática de corrupção.
--------------------------	--

Folha de S. Paulo

Excerto 5, de 15/04/2015	A partir das nomeações do sujeito discursivo João Vaccari Neto e Editora Gráfica Atitude, filia-se Dilma Rousseff e PT, e ambos à prática de corrupção.
--------------------------	---

Observamos que a filiação entre Dilma/PT/Corrupção ocorre em todos os veículos de comunicação analisados neste trabalho, de forma direta ou indireta. Tal filiação não podia ser vista tanto no período eleitoral do primeiro mandato da presidente²⁶, quanto durante a efetivação deste²⁷, conforme mostra Barbosa (2014), que, em sua pesquisa, identificou um distanciamento entre os lugares discursivos Dilma e PT e também um distanciamento entre Dilma e os casos de corrupção. De acordo com o referido autor:

Os resultados das análises apontaram que, nos efeitos de sentidos produzidos por estes enunciados, há um lugar discursivo no qual a presidente Dilma não compactua com a corrupção em seu governo e, por isto, está em uma posição de conflito com aliados políticos ligados ao ex-presidente Lula e com o próprio Lula. Identificamos ainda que casos de corrupção descobertos durante

²⁶ Para Barbosa (2014), “nesse primeiro momento [Dilma enquanto pré-candidata], é estabelecida uma discursividade acerca da relação de cumplicidade entre os sujeitos políticos Dilma e Lula. No jogo político estabelecido, esses dois sujeitos aparecem ocupando a posição do não radical, contrastando com a posição discursiva em que estão os ‘radicais’ do PT. Porém, não há uma discursivização sobre uma relação de conflito aberto entre estes dois lugares de subjetivação. Ainda na discursividade sobre Dilma enquanto pré-candidata/candidata à presidência, identificamos um segundo momento no qual Dilma e ‘radicais’ do PT ocupam lugares discursivos distintos. Por outro lado, já se identifica o funcionamento de um princípio de separação entre os sujeitos políticos Dilma e Lula” (BARBOSA, 2014, p. 82).

²⁷ Em relação ao momento em que Dilma Rousseff já figura como presidente do Brasil, Barbosa (2014) mostra que “nos efeitos de sentido encontrados na discursividade sobre Dilma Rousseff na condição social de presidente do Brasil, [...] identificamos novamente Dilma ocupando uma posição discursiva que marca oposição aos chamados ‘radicais do PT’ ou às ideias tidas como radicais. Entretanto, a relação entre Dilma e Lula, agora é de desvencilhamento, considerando que Dilma busca diminuir a influência de Lula sobre seu governo. Na relação entre estes dois sujeitos políticos é reafirmada uma memória na qual Dilma tem uma ‘dívida eleitoral’ com Lula e, além disso, verificamos que Dilma e Lula também ocupam posicionamentos discursivos distintos em relação ao modo de governar e em relação ao modo de lidar com o PT e com aliados do governo. Ainda no jogo discursivo, Dilma é discursivizada numa posição de conflito com o Partido dos Trabalhadores, ao passo que Lula quase que se confunde com o próprio partido” (BARBOSA, 2014, p. 82).

o Governo Dilma são atribuídos à chamada “herança de Lula” ou estão relacionados diretamente ao Governo Lula (BARBOSA, 2014, p. 80).

Assim, de acordo com Barbosa (2014), os discursos sobre Dilma Rousseff, enquanto sujeito político, por ele analisados, indicaram a existência de “tensões entre Dilma e ‘radicais’ do PT; entre Dilma e o PT; e entre Dilma e corrupção no governo PT” (BARBOSA, 2014, p. 83) e indicaram, ainda, que Dilma Rousseff é discursivizada em seu primeiro mandato “como um sujeito político ‘bom’, confiável, estando assim em relação de contraste com o discurso no qual político é ‘desonesto’, ‘compactua com a corrupção’, ‘rouba’, e não é exemplo para a administração pública” (BARBOSA, 2014, p. 62).

Todavia, nossas análises apontam uma mudança nessa relação entre Dilma, PT e corrupção, indicando que, no início de seu segundo mandato, os enunciadores aqui analisados passaram a estabelecer uma relação direta entre Dilma e o PT, para relacioná-la aos casos de corrupção. Tal mudança é um indício de que os discursos estão sempre em movimento, configurando-se e reconfigurando-se a partir de atualidades e de memórias. Tal movimento é possível porque a linguagem funciona como mediadora entre o homem e a realidade natural e social. Segundo Orlandi (2001, p. 15-16), tal “mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” e, por isso, está sempre sujeito a equívocos e mudanças.

Passemos, agora, a análise do segundo bloco de excertos.

(ii) Problemas na economia brasileira

Os textos que compõem o segundo bloco estão relacionados a supostos problemas na economia do Brasil, como podemos constatar no excerto sete, abaixo:

7.O pacote fiscal do governo pressiona uma economia frágil em meio a incertezas globais

A situação está difícil, o mundo atravessa uma crise de duração indeterminada e o Brasil vive claramente um risco seríssimo de recessão, hipótese admitida em relatórios elaborados pelos maiores bancos do País. O complicador do quadro é o ajuste fiscal baixado pelo governo em dezembro, complementado na segunda-feira 19 com o aumento de impostos sobre combustíveis, crédito ao consumidor e importações e mudanças no Imposto Sobre Produtos Industrializados para o setor de cosméticos. [...] Não se sabe como o segundo governo Dilma Rousseff imagina atingir o objetivo pretendido com restrição do crédito de longo prazo para as empresas concedido pelo BNDES, anunciado em rodada anterior, e contração simultânea do crédito ao consumidor. O aumento do investimento público seria a resposta correta, mas

nisso não se fala. Todas as fichas são colocadas na esperada retomada do ânimo empresarial, a partir de iniciativas aparentemente contraditórias com esse objetivo (*Carta Capital*, seção Poder, 01/02/2015, grifos nossos).

Na primeira oração (o título da reportagem), a definição de “economia”, por meio do adjetivo “frágil”, aponta para o discurso de que a economia brasileira está fraca e instável. Além disso, ainda no título, o adjunto adnominal “do governo”, que especifica a expressão “ajuste fiscal”, reforça quem é o responsável por tal ajuste. O termo “ajuste”, mais adiante, é definido, por meio de uma recategorização²⁸, como “complicador” para a estabilidade econômica do país: “O complicador do quadro é o ajuste fiscal baixado pelo governo em dezembro”. Assim, a culpa pela complicada situação econômica do país é atribuída diretamente ao governo. Ademais, o enunciado “não se sabe como o segundo governo Dilma Rousseff imagina atingir o objetivo pretendido”, reforçado pela expressão negativa “não se sabe”, aponta para uma desconfiança em relação à capacidade de gestão do referido governo em seu segundo mandato, contrastando com a visão otimista que, de acordo com Barbosa (2014), era discursivizada no início de seu primeiro mandato²⁹. Mais adiante, a partir do enunciado “O aumento do investimento público seria a resposta correta, mas nisso não se fala”, o enunciador *Carta Capital* sustenta o argumento de que uma resposta diferente da correta foi dada. Dessa forma, o referido enunciador mostra que, de acordo com o discurso materializado na/pela reportagem, a resposta dada pelo governo foi errada. Nesse sentido, o enunciador *Carta Capital* coloca em xeque, mais uma vez, a capacidade de gestão do governo Dilma Rousseff. Vejamos, agora, o próximo excerto:

8. O inferno econômico que o País enfrenta é opção feita pela mandatária já em seu primeiro mandato.

Ao tomar posse, em 2011, Dilma e o PT tiveram como meta principal derrubar o crescimento econômico (*Carta Capital*, seção Poder, 04/03/2015).

O primeiro período do excerto, “O inferno econômico que o País enfrenta é opção feita pela mandatária já em seu primeiro mandato”, traz o pré-construído de que o Brasil está enfrentando “um inferno econômico”. Tal expressão, por uma ação da memória sobre a atualidade, indica que a economia está passando por uma situação desagradável, de sofrimento, por um momento muito ruim. Isso porque a palavra “inferno” remete a um lugar (físico ou espiritual) ruim, no qual há sofrimento, dor, tristeza. Em seguida, essa situação de “inferno econômico” é definida

²⁸A categorização/recategorização abrange o processo de conceituar o referente durante o discurso, selecionando a expressão referencial de acordo com a formação discursiva de onde emerge cada discurso.

²⁹Segundo Barbosa (2014, p. 52), em suas análises, “pode ser identificada uma discursividade que indica otimismo em relação ao Governo Dilma Rousseff”, iniciado em 2011.

como uma “opção”, isto é, algo escolhido de forma voluntária, deliberada, pela presidente Dilma Rousseff, ainda em seu primeiro mandato. Isso é reforçado no período seguinte, no qual a frase “derrubar o crescimento econômico” do Brasil é apresentada em relação de predicção com “meta” de Dilma Rousseff e do PT. Assim, cria-se, a partir desses enunciados, um efeito de sentido segundo o qual a presidente Dilma Rousseff e seu partido são responsáveis pela crise econômica do Brasil e que isso foi uma escolha da própria presidente, pois, se houve a possibilidade de escolha, há uma indicação de que a presidente poderia tomar uma decisão que culminasse em outra situação econômica, mas não o quis fazer. Vale destacar, também, que a forma como a presidente é nomeada, “mandatária”, reforça esse efeito de sentido de responsabilização do sujeito político Dilma Rousseff, tendo em vista que tal nome evoca uma memória acerca do líder, que é aquele que manda, aquele que decide e que guia todos os outros.

No último período do excerto, há um sujeito composto, formado pelos substantivos próprios Dilma e PT, unidos pela conjunção aditiva “e”, o que indica uma união de ambos, presidente e partido, para traçar a “meta” de “derrubar” o crescimento econômico do Brasil. O substantivo “meta” indica um objetivo a ser atingido com base em um planejamento, o que reforça o discurso de que a situação econômica do país foi uma escolha, uma tomada de posição da presidente, a qual fez exatamente o contrário do que se espera de um líder. Além disso, como dito, a conjunção aditiva “e” indica uma filiação entre Dilma e PT, como ocorreu nos excertos do bloco anterior.

Abaixo, mais um excerto em que se apresenta “uma crise econômica”.

9. Quando o Brasil se perdeu?

Em apenas seis anos, o gigante sul-americano passou de uma era próspera e dourada com crescimento econômico acima da média mundial à cruel realidade da crise no Governo. Entre 2003 e 2010, dentro do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil viveu uma era dourada e cresceu em uma média de 4%, com um pico de 7,5%, em 2010, no epicentro da crise financeira mundial.[...] Hoje em dia, [...] o gigante latino-americano flerta com a recessão econômica, a sua inflação chega a 7,7%, o desemprego sobe, ainda que se mantenha próximo dos 5%, o dólar cada dia está mais caro (a última cotação o colocou em 3,2 reais) e o país vive em uma crise política e um imenso escândalo de corrupção[...] (*El País*, seção Brasil, 15/03/2015, grifos nossos).

A primeira oração do excerto (o título), “Quando o Brasil se perdeu”, indica, a partir de um pré-construído, que o Brasil está perdido. Essa afirmação diz respeito a uma crise na economia, o que é apresentado e defendido no período seguinte. As escolhas lexicais desse período são bastante indiciárias: o gigante sul-americano – para Brasil; era próspera e dourada

– para situação econômica de 2009; cruel realidade da crise no Governo - para problemas na economia em 2015. Todas essas escolhas intensificam a carga semântica dos substantivos aos quais se referem (Brasil, situação econômica de 2009 e realidade econômica de 2015). Assim, o Brasil que está em crise é o gigante sul-americano, que, por ser gigante, deveria ser forte; a situação de 2009 não era apenas estável, mas era dourada e próspera, reforçando o efeito de sentido de grande desenvolvimento, de abundância; por fim, a realidade de 2015 não é só difícil, é cruel para a população. Outrossim, ao estabelecer o contraponto entre “prosperidade econômica” e “crise no governo”, o enunciador *El País* mostra que, além da crise econômica, há uma crise no próprio governo, uma vez que esse é o grande responsável pelos problemas enfrentados na economia.

Ainda acerca do suposto fracasso da economia brasileira, vejamos o seguinte excerto:

10. A retração da economia brasileira já se reflete em uma tendência de queda de criação nos postos de trabalho do país e ameaça colocar em risco um dos trunfos do Governo Dilma: o baixo índice de desemprego. O último mês de fevereiro foi o pior no ritmo da geração de empregos formais no país em 16 anos, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta quarta-feira pelo Ministério do Trabalho (*El País*, seção Brasil, 18/03/2015, grifos nossos).

Aqui, há dois pré-construídos que merecem análise. Em primeiro lugar, na expressão nominal “A retração da economia brasileira”, a retração é apresentada como uma realidade incontestável. O termo “retração” funciona aqui como uma espécie de qualificador negativo da economia, isto é, como uma forma de caracterizar negativamente a economia brasileira. Em seguida, por meio de uma expressão referencial indefinida, a qual funciona como uma catáfora³⁰, o baixo índice de desemprego é apresentado como “um dos trunfos do governo Dilma”, o que é também um pré-construído, já que se apresenta como uma verdade construída antes e em outro lugar, e, por isso mesmo, inquestionável. O jogo entre esses dois pré-construídos (o de que a economia brasileira está em retração e o de que havia um baixo índice de desemprego no Brasil até pouco tempo atrás) é reforçado pelo dado comparativo segundo o qual “o último mês de fevereiro foi o pior no ritmo da geração de empregos formais no país em 16 anos”. Nesse caso, o advérbio “pior” materializa a comparação que fundamenta a reportagem: a de que o atual governo de Dilma Rousseff, no que diz respeito à geração de empregos, apresentada como um reflexo da economia, é o pior dos últimos tempos. Trata-se,

³⁰ De acordo com a gramática normativa, catáfora diz respeito a retomada, por meio de um sintagma nominal definido ou demonstrativo, de um referente que será posteriormente introduzido no texto.

portanto, de mais um argumento que aponta para um mau governo, isto é, para uma suposta incapacidade gestora do atual governo. No excerto abaixo, de forma menos direta, são apresentados argumentos que apontam para essa suposta incapacidade de gestão do governo. Vejamos:

11. Inflação, rombo nas contas públicas, juros altos, arrocho, paralisia econômica: O Brasil paga caro pela imprevidência e o imediatismo de seus governantes(*Veja*, seção Brasil, 04/04/2015, grifos nossos).

O primeiro período do excerto enumera os problemas que, segundo o enunciador *Veja*, afetam o Brasil; tal enumeração funciona textualmente como um aposto que define o que o referido enunciador chama de “pagar caro”. Verificamos, ainda, que na expressão nominal definida “seus governantes”, o pronome possessivo “seus” indica que os governantes referidos no texto são os governantes do Brasil. A partir dos nomes “inflação” e “juros altos”, apresentados no primeiro período, é possível verificar que a “imprevidência e o imediatismo”, aos quais o enunciador se refere, dizem respeito especificamente aos governantes da nação brasileira, e não aos líderes de estados ou de municípios, uma vez que estes não têm responsabilidade direta sobre as medidas de controle inflacionário e de juros. Além disso, a partir da ativação dos nomes “imprevidência” e “imediatismo”, o enunciador *Veja* retoma um pré-construído segundo o qual o atual governo brasileiro age sem gerenciamento e sem planejamento, o que não é uma atitude positiva para um governante. Dessa forma, é possível estabelecer, a partir das nomeações apresentadas no texto, que o governo do Brasil, e nesse caso, a presidente da República, maior responsável pela administração governamental, é responsável pelos problemas enfrentados pelo Brasil e não é capaz de gerir o país com eficiência.

No próximo excerto, vemos como a “crise” é apresentada por meio de dados numéricos.

12. A crise na indústria tem se ampliado [...]. A indústria caiu 9,1% frente a fevereiro de 2014 – maior queda desde julho de 2009, em meio à crise global. Na comparação com janeiro, recuou 0,9%. Em 12 meses, acumula queda de 4,5% (Folha de S. Paulo, seção Mercado, 02/04/2015, grifos nossos)

Já no primeiro período, o enunciador *Folha de S. Paulo* destaca os problemas enfrentados na economia a partir do enunciado “A crise na indústria tem se ampliado”. Tem-se, nesse enunciado, um pré-construído segundo o qual existe uma crise na indústria. Os dados apresentados são utilizados para reforçar a hipótese da crise. Nesse sentido, a comparação com

os anos anteriores, a partir do enunciado “maior queda desde julho de 2009, em meio à crise global”, o qual mostra que em 2009, último ano do governo Lula, o resultado foi ruim por causa da crise global, suavizando a culpado governo da época, cria o efeito de sentido de que há problemas na gestão atual, já que o referido governo não enfrenta nenhuma crise fora do país e mesmo assim permite que a indústria brasileira enfrente uma crise.

Vejamos, a partir de um quadro síntese dos excertos apresentados, como se deu a relação entre o governo Dilma Rousseff e a suposta existência de uma crise econômica:

Carta Capital

Excerto 7, de 01/02/2015	A economia brasileira é apresentada como frágil e a responsabilidade por tal situação é atribuída diretamente ao governo Dilma.
Excerto 8, de 04/03/2015	Mais uma vez apresenta-se um discurso segundo o qual o país enfrenta problemas econômicos. Por meio do uso do nome “meta”, tais problemas são apresentados não apenas como responsabilidade do governo brasileiro, mas como uma escolha deliberada do mesmo.

El País

Excerto 9, de 15/03/2015	Indica a existência de uma crise econômica de responsabilidade do governo Dilma Rousseff, acrescentando que o próprio governo também está em crise.
Excerto 10, de 18/03/2015	Assevera que a economia brasileira sofreu uma retração, apontando, indiretamente, para uma suposta incapacidade de gestão do atual governo do Brasil.

Veja

Excerto 1, de 04/04/2015	A partir dos nomes “imprevidência” e “imediatismo”, aponta que existe uma incapacidade de gestão do governo Dilma e que tal incapacidade teria levado o Brasil à sérios problemas econômicos.
--------------------------	---

Folha de S. Paulo

Excerto 12, de 02/04/2015	Preconiza a existência de uma crise na indústria, a qual teria se agravado durante o governo Dilma.
---------------------------	---

É possível dizer, então, que os textos que compõem esse segundo bloco, em todos os veículos de comunicação ora analisados, convergem para a criação de um efeito de sentido segundo o qual o Brasil está enfrentando uma crise em sua economia, que é de responsabilidade da presidente Dilma Rousseff e ocorre por conta de sua supostamente incapacidade de gestão.

(iii) Inabilidade política - crise com os aliados e isolamento:

No terceiro bloco, são apresentados trechos de reportagens que materializam discursos segundo os quais o Governo Dilma está isolado e não sabe dialogar com seus aliados, o que resultaria em perdas no Congresso, por parte do referido governo, e em dificuldades na concretização das ações que esse governo propõe. Vejamos:

13. Presidente busca acertar os ponteiros com seu mentor – e reverter o isolamento que ficou evidente diante de suas recentes decisões. (*Carta Capital*, seção Governo, 12/02/2015, grifos nossos).

Aqui, destacamos, primeiramente, a forma pela qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é rotulado, de forma prospectiva, como “mentor”. Tal nome, por meio da ação da memória sobre a atualidade, remete à imagem de um guia, de um conselheiro, que, devido a sua sabedoria e/ou experiência, é designado para ajudar outra(s) pessoa(s). Ao trazer a expressão “Presidente busca acertar os ponteiros com seu mentor”, o enunciador *Carta Capital* apresenta, por meio de um pré-construído, a tese de que há um desajuste na relação entre Dilma e Lula; o que reforça o discurso de isolamento da presidente, pois mostra que o sujeito político Dilma Rousseff enfrenta problemas de relacionamento até mesmo com o seu “mentor”, do qual deveria estar próxima. A expressão seguinte, “e reverter o isolamento que ficou evidente diante de suas recentes decisões”, mostra que essa crise de relacionamento é consequência das decisões que a presidente tomou; o que indica que tais decisões desagradaram o ex-presidente.

No próximo excerto, constatamos a materialização de discursos segundo os quais a presidente Dilma Rousseff enfrenta dificuldades no início do seu segundo mandato.

14. O labirinto político de Dilma Rousseff

Falta de perfil negociador para lidar com o Congresso e restrições dentro do próprio PT complicam situação da presidente no momento em que ela enfrenta até pressão por impeachment.

O início do segundo mandato não tem sido fácil para a presidente Dilma Rousseff. Mesmo com a base aliada sendo maioria no Congresso, ela não consegue aprovar ou vê devolvidas suas propostas. Dentro do próprio PT há restrições à afilhada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e isso em meio ao escândalo da Petrobras, da crise econômica e da pressão pró-impeachment[...] (*Carta Capital*, seção Política, 17/03/15).

A primeira frase do excerto apresenta uma nomeação bastante singular: “O labirinto político de Dilma Rousseff”. Em primeiro lugar, o nome “labirinto” indica um lugar do qual é difícil sair, com inúmeros caminhos que induzem ao erro e deixam as pessoas perdidas. Ao ser determinado pelo termo “político”, labirinto passa a funcionar como metáfora para uma situação política complexa e de difícil solução. Esse “labirinto político” é definido em todos os períodos seguintes. Merece destaque, também, a expressão “Falta de perfil negociador para lidar com o Congresso”, que indica que existe um perfil negociador ideal, o qual a presidente Dilma Rousseff não possui. Tal “perfil negociador” é apresentado, no excerto, como sendo necessário para que se possa lidar com o congresso, portanto, uma vez que não tem esse perfil, a presidente é descaracterizada como governante, pois lhe falta algo que seria, ainda segundo o excerto, essencial. No terceiro período, o operador argumentativo “mesmo” introduz um argumento que deveria ser o mais forte, mas é enfraquecido pela segunda oração. Trata-se, nesse caso, de uma relação concessiva. Ou seja, como “a base aliada (é) maioria no Congresso”, o esperado é que as propostas da presidente fossem aprovadas, contudo, tais propostas, ainda segundo o excerto, não são aprovadas, ou então, a presidente “as vê devolvidas”. Esse período reforça o discurso de inabilidade político-administrativa por parte da presidente. Afinal, mostra que ela não consegue aprovar seus projetos, mesmo tendo a maioria do Congresso como aliada.

O quarto período traz mais um argumento que agrava a falta de habilidade da presidente, pois ela é apresentada como alguém que não consegue arregimentar apoio nem mesmo dentro de seu próprio partido político. De acordo com o referido enunciado, “dentro do próprio PT há restrições à afilhada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Nesse caso, o substantivo “restrições” indica que não há uma aceitação total da presidente dentro do partido, o que faz supor que, se ela não é aceita nem mesmo pelo seu partido, pode haver uma dificuldade de aceitação ainda maior entre outras esferas sociais. Por último, a nomeação “afilhada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva” não só estabelece uma relação de proximidade entre Lula e Dilma, mas também mostra que esta relação foi insuficiente para garantir a aceitação total de Dilma.

O suposto isolamento de Dilma Rousseff também aparece materializado no próximo excerto:

15. Trocas em ministérios evidenciam Dilma isolada e perdida

Quadro da máquina petista, Edinho Silva vai cuidar das verbas de publicidade do governo. Renato Janine Ribeiro será o novo titular da Educação. Ao nomear dois novos auxiliares nesta sexta-feira, Edinho Silva (Comunicação Social da Presidência) e Renato Janine Ribeiro (Educação), Dilma Rousseff deu mais uma demonstração de que segue isolada e incapaz de formar um time que reúna duas características: competência técnica e afinidade pessoal com ela própria (*Veja*, seção Brasil, 27/03/2015, grifos nossos).

Aqui, os adjetivos “isolada” e “perdida” são, mais uma vez, utilizados para qualificar a presidente Dilma Rousseff. Além disso, no último período (“Dilma Rousseff deu mais uma demonstração de que segue isolada e incapaz de formar um time que reúna duas características: competência técnica e afinidade pessoal com ela própria”), a expressão “mais uma demonstração” indica que outras demonstrações foram dadas. Isso mostra que, para o enunciador do discurso materializado no excerto, o isolamento e a incapacidade de formar um time com as características citadas é algo recorrente. Por fim, a escolha lexical da expressão nominal “máquina petista” para designar o PT, confere a esse partido uma imagem negativa, pois remete a um discurso produtivista, relacionado à produção em série, etc. Dessa forma, ao nomear um membro do referido partido como “quadro da máquina petista”, o enunciador *Veja* faz emergir uma memória ligada a mecanismos de controle de produção, presentes no capitalismo industrial, tais como o taylorismo e o fordismo³¹. Tal memória afronta a própria constituição do PT, que se apresenta como um partido de esquerda, de base marxista e que luta pelos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, além de criticar a suposta inabilidade administrativa da Presidente Dilma Rousseff, o enunciador materializado no excerto faz uma crítica irônica ao Partido dos Trabalhadores, pois mostra que o referido partido se define como um partido de esquerda, mas funciona como uma máquina de formar quadros de políticos, formatados a partir de um *modus operandi*, tal qual ocorria nos modelos taylorista e fordista.

O tom irônico no final do excerto anterior, também pode ser verificado no próximo exemplo, retirado não mais de *Veja*, mas de *Carta Capital*. Vejamos, então, o excerto:

16. [...]Contração do PIB, desemprego, queda da renda, cortes orçamentários, juros nas alturas e o conhecido rosário ultraliberal são apresentados como a maravilha curativa para os males nacionais. Dilma conseguiu um feito de difícil construção: diante de um ataque da direita, consegue ser repudiada pela

³¹ Trata-se de dois mecanismos de acumulação e de distribuição do capital, surgidos entre o final do século XIX e o início do século XX, que buscam, *grosso modo*, “aperfeiçoar a divisão social do trabalho e o controle dos trabalhadores, restringindo o poder dos operários de ofício nos processos produtivos e nos tempos de fabricação, racionalizando o trabalho e estabelecendo uma rígida separação entre concepção e execução” (ALVES, 2005, p. 45).

esquerda. Nenhuma voz de peso – nem mesmo seu antecessor ou membros de seu partido – consegue vir a público defender o kit ultra ortodoxo que apresenta (*Carta Capital*, seção Política, 31/03/2015, grifos nossos).

Esse excerto inicia com um aposto que define o que é apresentado como “a maravilha curativa para os males nacionais”. O pré-construído que sustenta esse enunciado é o de que a nação está sofrendo de “males” que precisam de cura, males estes que estão relacionados, principalmente, à economia. A expressão “a maravilha curativa para os males nacionais” é uma ironia, pois aponta a relação paradoxal entre os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil e as medidas negativas adotadas pelo governo. Assim, nessa expressão, identificamos o princípio da ironia, conforme apontado por Maingueneau (2004). Segundo o referido autor, “no caso da ironia, o enunciador produz enunciado que ele invalida ao mesmo tempo em que fala” (MAINGUENEAU, 2004, p. 178)³². Dessa forma, ao referir-se “a maravilha curativa”, o enunciador já está invalidando este enunciado. No período seguinte, há o pré-construído de que Dilma está sofrendo um “ataque da direita” e a afirmação de que a própria esquerda, da qual ela também faz parte, a rejeita. Verificamos, ainda, que o enunciado “Dilma conseguiu um feito de difícil construção” é, assim como o anterior, um enunciado irônico. Nesse caso, a ironia ocorre porque o enunciador *Carta Capital* associa a expressão “conseguiu um feito de difícil construção”, o que, *a priori*, é visto como algo positivo, pois demanda esforço e empenho, a duas expressões negativas: “sofrer um ataque da direita” e “ser repudiada pela esquerda”. Nesse caso, um enunciador E1 apresenta esses dois “golpes” sofridos por Dilma como “um feito de difícil construção” por ser algo que exige bastante esforço, sendo, portanto, avaliado de forma positiva. Mas, há outro enunciador, E2, que não se assimila a esse ponto de vista, mas que mostra, a partir de uma avaliação negativa, que o feito de Dilma Rousseff é de “difícil construção” por ser bastante improvável que um governante consiga ser rechaçado tanto pelos seus opositores quanto por seus próprios aliados. Dessa forma, a ironia se constitui quando o locutor do texto apresenta o ponto de vista de E1, mas, na verdade, concorda com o ponto de vista de E2. Nesse sentido, o excerto sob análise materializa, por meio da ironia, um discurso segundo o qual a presidente Dilma não tem capacidade para aglutinar aliados e faz com que, até mesmo “a esquerda”, seus supostos aliados, repudiem sua forma de governar. De acordo Brait (1996, p. 58),

[...] a ironia pode ser enfrentada como um discurso que através de mecanismos dialógicos oferece-se basicamente como argumentação indireta e

³² Esse conceito de ironia, mobilizado por Maingueneau (2004), é o mesmo que fora, anteriormente, apresentado por Oswald Ducrot, no texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, de 1984.

indiretamente estruturada, como paradoxo argumentativo, como afrontamento de ideias e de normas institucionais, como a instauração da polêmica ou mesmo como estratégia defensiva.

Dessa forma, verificamos que o enunciador *Carta Capital* recorre à ironia como estratégia argumentativa para apresentar ao seu coenunciadoristas para a interpretação textual do excerto em questão. Nesse caso, trata-se de uma ironia desqualificadora, a qual coloca em xeque a credibilidade da presidente. Assim, por meio das expressões referencias, dos pré-construídos e das ironias, vemos materializado, mais uma vez, o efeito de sentido de um isolamento político. Tal isolamento ocorre, ainda segundo o excerto, devido à adoção, pela presidente, de medidas impopulares, aqui nomeadas de “kit ultra ortodoxo”. Salientamos, ainda, que o isolamento político sofrido por Dilma Rousseff dentro do próprio Partido dos Trabalhadores é reforçado no último período do excerto sob análise, no qual lemos que: “nenhuma voz de peso – nem mesmo seu antecessor ou membros de seu partido – consegue vir a público defender o kit ultraortodoxo que apresenta”. Nesse sentido, a partir da construção da imagem de uma presidente que está isolada e que não tem aprovação nem mesmo dentro do seu próprio partido, o enunciador do excerto questiona a capacidade de gestão da referida governante.

No próximo excerto, vemos, mais uma vez, materializadoo discurso segundo o qual Dilma Rousseff está distante de seus aliados. Vejamos:

17. Com um recorde de rejeição e dificuldades de controlar sua base aliada, a presidente Dilma Rousseff está convidando líderes governistas do Congresso para uma reunião nesta terça-feira (7), quando pretende discutir o ajuste fiscal e medidas para retomada do crescimento do país. O encontro deve ocorrer no Palácio do Planalto e representa um aceno da petista a deputados e senadores que cobram maior participação e diálogo com o governo na tomada de decisões (*Folha de S. Paulo*, seção Poder, 06/04/2015, grifos nossos).

No primeiro período do excerto, destacamos o uso do substantivo “recorde”. Tal substantivo indica a superação de tudo o que já foi feito anteriormente no mesmo gênero. Sendo assim, a partir do uso de tal expressão, materializa-seo efeito de sentido segundo o qual Dilma Rousseff enfrenta, na atualidade, a maior rejeição que já teve durante a execução de seus dois mandatos. A partir da expressão “dificuldades de controlar sua base aliada”,há opré-construído de que hádivergências entre Dilma Rousseff e a sua “base aliada”, uma vez que a presidente está tento dificuldades para controlar a referida base. Esse discurso segundo o qual há divergências entre Dilma e sua base aliada é reforçado pelo enunciado “representa um aceno da petista a deputados e senadores que cobram maior participação e diálogo com o governo na

tomada de decisões”, pois aqui há o pré-construído de que os senadores e deputados da base aliada do governo estão insatisfeitos com o espaço que têm na participação do governo. Assim, esse excerto aponta para a existência de uma crise entre Dilma e sua base aliada e, ainda, para uma tentativa de reaproximação da Presidente com a referida base, efeito que se materializa a partir do uso do nome “aceno”. Por último, é válido ressaltar a forma pela qual a presidente Dilma Rousseff é nomeada no último período, por meio da expressão nominal definida “a petista”, o que reforça a filiação partidária da referida presidente. Assim, o excerto ora analisado aponta tanto para o efeito de sentido segundo o qual a presidente Dilma Rousseff enfrenta problemas de articulação política com a sua própria base aliada, como reforça a ligação direta entre a presidente e o PT.

O último excerto desse bloco também aponta, indiretamente, para uma dificuldade de articulação entre Dilma e os aliados do seu governo e, ainda, para uma incapacidade gestora da Presidente. Vejamos:

18. Contra crise, Dilma entrega a articulação política a vice, do PMDB

A presidenta Dilma Rousseff foi buscar dentro do próprio Palácio do Planalto uma solução para seus problemas de articulação política com o Congresso Nacional. Após falhar a tentativa de transferir o ministro Eliseu Padilha (PMDB), da Secretaria da Aviação Civil, para a Secretaria de Relações Institucionais, Dilma optou por entregar a interlocução com a base de seu Governo a outro peemedebista: o vice presidente da República, Michel Temer, que ocupa agora o lugar que foi do criticado Pepe Vargas (PT). A missão de Temer é basicamente pacificar o Congresso Nacional, onde seus companheiros de partido, os presidentes Renan Calheiros (PMDB), do Senado, e Eduardo Cunha (PMDB), da Câmara, têm conduzido pautas à revelia da presidenta (*El País*, seção Brasil, 07/04/2015, grifos nossos).

No enunciado “A presidenta Dilma Rousseff foi buscar dentro do próprio Palácio do Planalto uma solução para seus problemas de articulação política com o Congresso Nacional”, há uma memória, ativada por meio de um pré-construído, de que existem problemas de articulação política da presidente com o Congresso Nacional e de que a presidente não foi capaz de resolver tais problemas. Tal pré-construído é reforçado no próprio título da matéria, que retoma o discurso de existência de uma crise e afirma que “a articulação política” foi entregue a outra pessoa (o vice-presidente, Michel Temer, que é do PMDB). Além disso, ao utilizar o termo “missão”, designando-o, em seguida, como “pacificar”, o enunciador *El País* indica a existência de conflitos que deverão ser sanados por esse novo articulador político, já que a própria presidente não foi capaz de dirimi-los. O termo “conflitos” é definido, no último período, por meio da expressão “seus companheiros de partido, os presidentes Renan Calheiros

(PMDB), do Senado, e Eduardo Cunha (PMDB), da Câmara, têm conduzido pautas à revelia da presidenta”. Assim, esse último excerto mostra a falta de articulação entre a presidente e seus aliados e, ainda, a falta de controle sobre a sua base, uma vez que, segundo o enunciador *El País*, pautas são discutidas sem a anuência da presidente. Assim, esse excerto mostra não só a dificuldade da presidente Dilma em lidar com a sua própria base, mas também a sua dificuldade em conduzir as decisões de seu governo.

Vejamos, no quadro síntese, como se deu a relação entre o governo Dilma Rousseff e o suposto isolamento político nos excertos de cada veículo de comunicação:

Carta Capital

Excerto 12/02/2015	13, de	Apresenta a ideia de que há um desajuste na relação entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ora nomeado como “mentor” da atual presidente. Tal desajuste teria se dado em razão de decisões tomadas por Dilma.
Excerto 17/03/2015	14, de	Assevera que Dilma enfrenta uma situação política complexa, a qual se dá por contada uma suposta falta de perfil negociador da presidente e pelas restrições que a mesma enfrentaria dentro do seu próprio partido, o PT.
Excerto 31/03/2015	16, de	Afirma que a presidente Dilma não é capaz de aglutinar aliados, de forma a ser repudiada até mesmo pela esquerda, reforçando, assim, a tese de inabilidade de gestão da presidente.

El País

Excerto 27/04/2015	18, de	Assevera que a presidente do Brasil, além de ter problemas para controlar sua base aliada, tem dificuldade em conduzir as decisões de seu governo.
-----------------------	--------	--

Veja

Excerto 27/03/2015	15, de	Rotula-se a presidente Dilma Rousseff por meio dos adjetivos “isolada” e “perdida”, apontando e criticando nesta uma suposta inabilidade administrativa.
-----------------------	--------	--

Folha de S. Paulo

Excerto 17, de 06/04/2015	Indica que a presidente Dilma Rousseff, além de enfrentar o maior índice de rejeição de seu governo, enfrenta também problemas de articulação política com sua base aliada.
------------------------------	---

A partir das análises realizadas e da síntese ora apresentada, foi possível verificar que o conjunto de excertos mostra a existência de discursos segundo os quais a presidente Dilma Rousseff está sofrendo um isolamento político que é reflexo de um descontentamento de sua base, inclusive do próprio ex-presidente Lula, com a sua forma de governar e com as medidas adotadas por ela; tal situação de isolamento é recorrente nos seis excertos analisados nesse bloco. Outrossim, são apresentados problemas de condução do governo, oriundos dessa dificuldade de articulação com a base, que resulta em dificuldades em aprovar medidas na Câmara e no Senado, cujos presidentes são do PMDB, partido da base aliada do governo, ao qual pertence o vice-presidente da República, Michel Temer.

Os 18 excertos apresentados nesses três blocos materializam efeitos de sentido (discursos) segundo os quais o governo está enfraquecido politicamente, não é capaz de controlar a economia do país, está em crise com os seus próprios aliados e envolveu-se em casos de corrupção. Esses discursos apontam para um desgoverno, uma vez que o papel da presidência, segundo efeitos discursivos também construídos historicamente, deve ser fomentar o desenvolvimento do país e zelar pelo dinheiro público. A repetição dos mesmos efeitos de sentido, mesmo que reconfigurados, possibilita que tais discursos sejam inscritos na memória discursiva, tendo em vista que, como observa Davallon (2007, p. 25), "para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância".

2.4 GOVERNO E GOVERNAMENTALIDADE

Todos esses dizeres apresentados no tópico anterior, que apontam para o (des)Governo de Dilma Rousseff, estão presentes também nos discursos que circulam entre os que tecem críticas à presidência. Dessa forma, é possível afirmarmos que, em alguma medida, a espetacularização de diferentes discursos acerca da incapacidade de governamentalidade da presidente e a circulação dos mesmos fundamentam os discursos de insatisfação com o atual governo brasileiro e até mesmo os discursos que pedem *impeachment* de Dilma Rousseff,

levando-o a ser considerado um mau governo. Todavia, a emergência dessa imagem de mau governo só é possível porque já existe, na memória discursiva, uma imagem do que seria um “bom governante”; imagem esta que não se encerra nela mesma, uma vez que foi configurada e reconfigurada em diferentes períodos da história, a partir das noções de governo e de governamentalidade.

Com base nos postulados de Michel de Foucault, “governo” em seu sentido amplo, deve ser entendido na relação com o que era no século XVI, designando a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos (governo das crianças, dos doentes, das famílias, das almas, das comunidades etc.) e não se limitando apenas às estruturas políticas e à gestão do Estado. Nesta dissertação, trabalhamos com as questões relativas às práticas do governo político, as quais dizem respeito à atuação do Estado, isto é, Governo no sentido da ação política segundo a qual se gerencia o Estado e que está relacionado às práticas de procedimentos administrativos.

A ocorrência de tal conceito de Governo, segundo Foucault (1979b), emergiu na modernidade, devido ao fato de que “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (FOUCAULT, 1979b, p. 247). Dessa forma, a constituição da noção moderna de governo se deu a partir da ocorrência da governamentalização do Estado e carrega em si elementos racionalizados de condução e direção dos indivíduos, o que Foucault denomina de governamentalidade. Essa governamentalidade, ainda segundo Foucault:

Nasceu [em primeiro lugar] a partir de um modelo arcaico, o da pastoral cristã; em segundo lugar, apoiando-se num modelo, ou antes, numa técnica diplomático-militar; e, enfim, em terceiro lugar [...] só pode adquirir as dimensões que tem graças [...] [ao] que chamamos, no antigo sentido do termo, o sentido dos séculos XVII e XVIII, de “polícia”. A pastoral, a nova técnica diplomático-militar e, enfim, a polícia - creio que foram esses os três grandes pontos de apoio a partir dos quais pode se produzir esse fenômeno fundamental na história do Ocidente, a governamentalização do Estado (FOUCAULT, 1978a, p. 143, grifos nossos).³³

³³ De acordo com Foucault (1978a), nos séculos XV e XVI, a palavra polícia era usada de três formas: primeiro, para designar um conjunto ou associação de indivíduos dirigidos por uma autoridade pública, um poder político; segundo, para designar os atos que vão reger as comunidades sob as autoridades públicas; e, terceiro, para denominar o simples resultado positivo e valorizado de um bom governo. Esses três significados são encontrados até o século XVI, todavia, a partir do século XVII, tal palavra começa a adquirir um significado totalmente diferente, passando a ser definido como “o conjunto de meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado [...], [a polícia é] o cálculo e a técnica que possibilita estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo, estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças” (FOUCAULT, 1978a, p. 421). A técnica da “ação da polícia” tem grande importância nos séculos XVII e XVIII, possibilitando a aplicação de uma intervenção racionalizada do Estado e, tal qual o pastor - que buscava recolher o maior número de informações sobre o seu rebanho -, tinha o propósito de coletar o maior número de informações sobre a prosperidade do Estado e de seus habitantes. Já o dispositivo

Em outras palavras, agovernamentalidade, numa perspectiva moderna, relaciona-se com o exercício de gestão das coisas e das pessoas e seu fim último é a população³⁴, a qual o Estado deve gerir. Foucault (1978a) define tal termo, ainda, como um dispositivo³⁵ de poder administrativo “[...] que tem por alvo principal a população, por principal forma desaber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1978a, p. 143).

No modelo atual de sociedade, a saber, o modelo neoliberal, a governamentalidade caracteriza-se pela busca por proporcionar condições para uma concorrência econômica verdadeira e eficiente, procurando, para tanto, operar uma ordem social equitativa; e o papel do Estado é o de assegurar a liberdade econômica, protegendo a propriedade privada. De acordo com Foucault, “o problema do neoliberalismo é [...] saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado”. Trata-se, ainda segundo Foucault, de “relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 1978b, p. 181).

Todavia, considerando que todo discurso nunca se encerra nele mesmo, apontando sempre para outros discursos, ditos antes, em outros lugares, reconhecemos que os discursos que fundamentam tais noções se ligam a tantos outros discursos, que são ora apagados, ora reconfigurados. Dessa forma, no próximo capítulo, interessa-nos analisar alguns discursos que fundamentaram a constituição dos termos “governo” e “governamentalidade”, observando quais as configurações e reconfigurações dos mesmos que permeiam a constituição dos discursos em circulação na contemporaneidade, a fim de compreendermos qual(is) imagem(ns)

diplomático militar, ideia de origem italiana tal qual a razão de Estado, foi um sistema estabelecido no fim da Guerra dos Trinta Anos, e tinha por objetivo o equilíbrio da Europa, definida como certa divisão geográfica bem limitada, não hierárquica, de Estados mais ou menos subordinados uns aos outros, que culminaria na formação de um império. Para alcançar esse equilíbrio europeu, foram considerados, de acordo com Foucault (1978a), três vias entre os séculos XVII e XVIII: (i) a restrição do número de estados mais fortes, a fim de equilibrar a força de cada um deles; (ii) limitar descompassos entre os Estados; e (iii) estabelecer a possibilidade de combinação de força dos mais fracos para contrabalançar com a força dos mais fortes.

³⁴ Foucault (1999) chama de população um conjunto de seres humanos reunidos em um mesmo espaço, com base em um copertencimento; este conceito foi construído para dar conta da dimensão coletiva e não mais individual dos homens, os quais deixam de ser corpos segmentados para tornarem-se um único corpo, todavia, um corpo múltiplo, com inúmeras cabeças; a população torna-se um objeto o qual é preciso conhecer para que se possa controlar e é tanto um alvo, como um instrumento em uma relação de poder.

³⁵ O dispositivo, para Foucault (1979a, p. 364), é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas”. Em resumo, Foucault assevera que os elementos do dispositivo são o dito e o não dito e que o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses dois elementos.

de bom governante circula(m) na sociedade atual e quais discursos atravessam a construção de tal(is) imagem(ns).

3 GOVERNOS NO ESPELHO: REFLEXOS DOS MODELOS DE GOVERNAMENTALIDADE NA IMAGEM DO BOM GOVERNANTE CONTEMPORÂNEO

Anoção de governo só começa a adquirir sentido político a partir do século XVI, pois, de acordo com Foucault (1978a), do século XIII até o século XV, a palavra “governar” abrangia um grande número de significados³⁶ com carga semântica ampla, nas quais, todavia, “nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (FOUCAULT, 1978a, p. 164). Para Foucault, esse discurso segundo o qual os governados são os homens não pode ser uma ideia nem grega e nem romana, pois estes povos designam como objeto do governo as cidades, em suas unidades e realidades substanciais e não os indivíduos³⁷. Por isso, ele defende que o entendimento de que pode haver um governo dos homens (e de que os homens podem ser governados) configurou-se, primeiro, num oriente pré-cristão, em seguida, no oriente cristão e, posteriormente, estendeu-se por todo o território no qual o Cristianismo se estabeleceu. Isso se deu sob duas formas: primeiro, sob a forma tanto da ideia

³⁶ De acordo com Foucault (1978a, p. 162-164), “Primeiro encontramos o sentido puramente material, físico, espacial de dirigir, de fazer ir em frente, ou até o sentido de a própria pessoa ir em frente num caminho, numa estrada. ‘Governar’ é seguir um caminho ou fazer seguir um caminho. [...] Tem também o sentido material, porém muito mais amplo, de sustentar assegurando a subsistência [...]. Temos agora os significados de ordem moral. ‘Governar’ pode querer dizer ‘conduzir alguém’, seja no sentido, propriamente espiritual, do ‘governo das almas’ [...], seja de uma maneira ligeiramente defasada em relação a isso, ‘governar’ pode querer dizer impor um regime a um doente: o médico governa o doente, ou o doente que se impõe um certo número de cuidados se governa. [...] ‘Governar’ ou ‘governo’ pode se referir então à conduta no sentido propriamente moral do termo: uma mulher era de ‘mau governo’, isto é, de má conduta. ‘Governar’ pode se referir também a uma relação entre indivíduos, relação que pode assumir várias formas, seja relação de mando e chefia: dirigir alguém, controla-lo. Ou também ter uma relação com alguém, uma relação verbal: ‘governar alguém’ pode querer dizer ‘falar com alguém’, ‘entretê-lo’ no sentido que pessoas se entretêm numa conversa. [...] Mas também pode se referir a um contexto sexual: ‘um sujeito que governa a mulher do vizinho e ia ter com ela frequentemente’. Tudo isso é uma referência ao mesmo tempo empírica, não científica, feita com dicionários e remissões diversas”.

³⁷ A partir dessa reflexão sobre o texto *O Político*, Foucault (1978a), procura apontar os motivos pelos quais o tema do pastor não é valorizado no pensamento político clássico grego. Para tanto, utiliza como exemplo de maior relevância, Platão, a quem ele considera o maior autor da filosofia grega, afirmando que este faz referência à temática do pastor em suas obras *Crítias*, *A República*, *Leis* e *O Político*. Foucault, todavia, separa os demais textos de *O Político*, afirmando que é neste último que se encontra a visão mais consistente sobre a figura do pastor na obra de Platão. Nesse livro, Platão defende que não é possível caracterizar a própria natureza do poder político (o magistrado por excelência) a partir do modelo de ação e do poder do pastor sobre o rebanho, apresentando uma rejeição da metáfora do pastor para determinar as atividades de condução da vida política, o que não quer dizer que tal metáfora não possa ser utilizada nas atividades menores, porém necessárias à cidade, as quais estão subordinadas em relação à ordem política, como as atividades do médico, do agricultor, etc. Tal rejeição é ancorada na compreensão de que o homem político só pode ser definido pelo conhecimento específico e pela arte particular as quais permitem a ele exercer efetivamente suas ações. Essa arte, esse conhecimento, que caracteriza o homem político, é a arte de prescrever, a arte de comandar. Mas esses homens que se encarregam de comandar os outros homens não estão acima do “rebanho”, logo, não é possível serem considerados como pastores.

quanto da formação de um poder do tipo pastoral e, segundo, sob a forma da direção da consciência, da direção das almas.

Cabe ressaltar, ainda segundo Foucault (1978a), que essa arte de governar os homens, esse “jogo de governo de uns pelos outros”, foi durante quinze séculos entendido como sendo a arte por excelência, o saber de todos os saberes, a arte de todas as artes: *aaartium, regimemanimarum*, isto é, o “regime das almas”, “o governo das almas”. Foucault acredita que:

[...] esse pastorado, esse poder pastoral não pode ser assimilado ou confundido com os procedimentos utilizados para submeter os homens a uma lei ou a um soberano. Também pouco pode ser assimilado às receitas que são utilizadas para convencer os homens, persuadi-los, arrastá-los mais ou menos contra a vontade deles. Em suma, o pastorado não coincide nem com a política, nem com a pedagogia, nem com a retórica. É uma coisa totalmente diferente. É uma arte de governar os homens, e é por aí que devemos procurar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade cuja entrada na política assinala, entre fins do século XVI, século XVII-XVIII, o limiar do Estado moderno (FOUCAULT, 1978a, p. 219).

É nesta perspectiva que Foucault afirma que o Estado moderno apresenta a combinação de uma dualidade estrutural, tendo, de um lado, a governamentalidade pastoral, e de outro as estruturas da razão de Estado, que começam a se desenvolver a partir do século XVI e se estende até início do século XVIII, tendo como problema central estabelecer o tipo de racionalidade, conduzido pelo poder soberano, que deveria orientar o governo dos homens.

3.1 DO PENSAMENTO HEBRAICO AO PASTORADO CRISTÃO

De acordo com Foucault, para que se entenda o fenômeno do pastorado, pano de fundo histórico para a noção de governamentalidade, faz-se necessário abordar esse tema sob duas vertentes, contemplando a noção de organização do poder pastoral e a da direção das almas. Por isso, o referido autor dedica diversas aulas do seu *Curso Segurança, Território e População* para discutir esse tema e é com base nessas discussões foucaultianas que elaboramos nossas reflexões acerca do poder pastoral a fim de chegarmos à noção de governamentalidade.

A organização pastoral foi um tema bastante frequente em todo o oriente mediterrâneo, podendo ser encontrado entre diferentes povos, como os egípcios, mesopotâmicos e, principalmente, entre os hebreus. De acordo com Foucault (1978a):

O faraó, por exemplo, no momento da sua coroação, na cerimônia da sua coroação, recebe as insígnias do pastor. Dão-lhe o cajado de pastor e declaram que ele é efetivamente o pastor dos homens. O título de pastor dos homens faz

parte da titulação real dos monarcas babilônicos. Era igualmente um termo que designava a relação dos deuses ou do deus com os homens. O deus é O pastor dos homens. [...] Enfim, essa metáfora do pastor, essa referência ao pastorado permite designar certo tipo de relação entre o soberano e o deus, na medida em que, se Deus é o pastor dos homens, se o rei também é o pastor dos homens, o rei é de certo modo o pastor subalterno a que Deus confiou o rebanho dos homens e que deve, ao fim do dia e ao fim do seu reinado, restituir a Deus o rebanho que lhe foi confiado. O pastorado é um tipo de relação fundamental entre Deus e os homens, e o rei de certo modo participa dessa estrutura pastoral da relação entre Deus e os homens. (FOUCAULT, 1978a, p. 166-167)

Assim, o pastor pode ser definido como o líder – o governante – que estabelece com a divindade uma espécie de acordo de representação, uma vez que o reino seria confiado ao rei pela divindade, a qual lhe confere o direito de representar e de administrar as suas vontades na terra, detendo, para tanto, total poder sobre “as ovelhas”, conduzindo-as com zelo, mas segundo a sua vontade. Podemos falar, portanto, de uma relação de transferência de funções, uma vez que nessas sociedades transmitia-se aos governantes/reis (os pastores) a responsabilidade pelo cuidado com o povo (o rebanho).

A noção de pastorado se desenvolveu de forma mais intensa entre os hebreus, pois, para esse povo, a relação pastor/rebanho era fundamentalmente religiosa. Todavia, Foucault (1978a) observa que, entre o referido povo, o termo pastor era reservado a Deus, sendo que os profetas e reis designados por essa expressão, na verdade, eram vistos como tendo recebido das mãos de Deus um rebanho, do qual eles deveriam cuidar e depois devolver; nessa perspectiva, quando um rei, por exemplo, era considerado um mau monarca, ele era considerado também um mau pastor, que não foi capaz de cumprir a missão que lhe foi confiada por Deus: cuidar do seu rebanho, zelar por ele, e levá-lo de volta à sua terra. Assim, para os hebreus, entre os homens havia aqueles que recebiam de Deus a missão de cuidar de seu rebanho, como pastores, mas o único pastor verdadeiro era Deus. Na bíblia, por exemplo, vemos diversas passagens em que aparece essa noção de pastorado.

1) Deus é o pastor:

Ele é nosso Deus; nós somos o povo de que ele é o pastor, as ovelhas que as suas mãos conduzem. Oxalá ouvísseis hoje a sua voz (BÍBLIA. Salmos, 95:7).

2) Deus deixa o rebanho aos cuidados de outro, mas as ovelhas continuam sendo suas:

Cuidem de vocês mesmos e de todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo os designou como bispos, para pastorearem a igreja de Deus, que ele comprou com o seu próprio sangue. (BÍBLIA. Ato dos Apóstolos, 20:28).

3) Aqueles que não cuidam bem das ovelhas, são maus pastores:

Portanto assim diz o Senhor Deus de Israel, contra os pastores que apascentam o meu povo: Vós dispersastes as minhas ovelhas, e as afugentastes, e não as visitastes; eis que visitarei sobre vós a maldade das vossas ações, diz o Senhor. (Bíblia – Jeremias, 23:2).

Ovelhas perdidas têm sido o meu povo, os seus pastores as fizeram errar, para os montes as desviaram; de monte para outeiro andaram, esqueceram-se do lugar do seu repouso (BÍBLIA. Jeremias, 50:6).

Tem-se, portanto, no poder pastoral a compreensão de que Deus conduz os homens, traço que reforça a tese de Foucault segundo a qual o poder pastoral não pode ter sido fundamentado a partir do conceito de poder governamental, típico dos gregos e dos romanos.

O poder pastoral é exercido sobre o indivíduo, e, sobretudo, sobre um grupo de indivíduos (o rebanho) em movimento. Esse poder vai de um ponto a outro, não estando, portanto, atrelado à territorialidade; assim, o Deus hebraico é um Deus que se movimenta e acompanha o seu rebanho em deslocamentos, para protegê-los, seu poder está em determinar para o rebanho quais caminhos seguir. O objeto da ação do deus grego, ao contrário, é o território (seja esse território sua cidade ou seu templo), de modo que os indivíduos são governados apenas indiretamente; a ação do deus grego está territorialmente delimitada, estando ligado à cidade que ajudou a fundar e reaparecendo sempre que necessário para defender essa cidade.

O poder pastoral é um poder fundamentalmente “benfazejo”, pois não tem outro objetivo senão fazer o bem, assegurando a salvação do rebanho; tal salvação está relacionada a um objetivo bastante específico: trata-se dos meios de subsistência – os bons pastos (mas, com o cristianismo, tais meios passam a ser relacionados à salvação da alma). O deus grego, por outro lado, tem esse bem-fazer apenas como uma de suas muitas características, pois o seu poder vai ser definido de acordo com a sua capacidade de triunfar sobre os inimigos e derrotá-los, de reduzi-los a escravos. Sua finalidade é a salvação da pátria.

A figura central no poder pastoral é o pastor, que é aquele que zela pelo rebanho, afastando os perigos; o mau pastor é aquele que só pensa no pasto para seu próprio lucro, enquanto o bom pastor pensa apenas no seu rebanho. Assim, o pastor (sendo esse o rei-pastor ou o Deus-pastor) está sempre a serviço do seu rebanho. Existe também uma relação de dependência entre pastor e rebanho, uma vez que, para que o rebanho exista, é necessário que

tenha um pastor para reuni-lo, guiá-lo e protegê-lo; por outro lado, o rebanho é a razão de ser do pastor, uma vez que cuidar das ovelhas é o que justifica a existência do pastor.

Acrescenta-se, ainda, que o poder pastoral é totalizante, uma vez que o pastor deve cuidar de todo o seu rebanho, mas é, ao mesmo tempo, principalmente, individualizante, pois é preciso que ele lance um olhar particular para cada uma delas, zelando individualmente por cada ovelha a fim de encaminhá-la para a salvação e livrá-la dos percalços e perigos que possam surgir no caminho. Este conhecimento sobre o rebanho é que permite ao pastor os elementos necessários para assegurar o seu poder sobre o rebanho.

Além de todas essas características, Foucault (1978a) assevera que o pastor hebraico deve estar disposto a sacrificar-se pelo rebanho:

E, depois, de maneira ainda mais intensa, no problema do sacrifício do pastor em relação ao seu rebanho, sacrifício dele próprio pela totalidade do rebanho, sacrifício da totalidade do rebanho por cada uma das ovelhas. Quero dizer o seguinte: o pastor, nessa temática hebraica do rebanho, o pastor deve tudo ao seu rebanho, a ponto de aceitar sacrificar-se pela salvação do rebanho. [...] Estamos aí no centro do desafio, do paradoxo moral e religioso do pastor, enfim do que podemos chamar de paradoxo do pastor: sacrifício de um pelo todo, sacrifício do todo por um, que vai estar no cerne da problemática cristã do pastorado (FOUCAULT, 1978a, p. 172-173).

Em síntese, para os hebreus, muito mais do que para os outros povos, o tema do pastor era importante, pois se ligava à vida religiosa, à percepção histórica que esse povo tinha de si mesmo. “Tudo se desenrolava na forma pastoral, pois Deus era o pastor e as errâncias do povo judeu eram as errâncias do rebanho em busca do seu pastor. Tudo, em certo sentido, era pastoral” (FOUCAULT, 1978a, p. 200-201). Todavia, essa relação pastor-rebanho era apenas um dos múltiplos aspectos da complexa relação entre homem e Deus, pois, além de pastor, Deus era outra coisa, como legislador, ou mesmo abandonava o rebanho à própria sorte, num movimento de cólera. Assim, entre os hebreus, fora de Deus, não há pastor, pois não havia entre eles uma instituição pastoral propriamente dita, de forma que, no interior da sociedade hebraica, ninguém era pastor em relação aos outros, tendo em vista que até mesmo os reis do povo hebreu não eram designados como pastores dos homens³⁸.

³⁸ A essa afirmação, excetua-se o rei Davi, considerado pela tradição cristã como o grande e maior rei de Israel, fundador da monarquia davidiana e de cuja descendência teria nascido Jesus Cristo. Segundo a tradição bíblica, Davi foi um jovem pastor de ovelhas, que cuidava primorosamente de cada uma delas, arriscando a sua própria vida para proteger o seu rebanho sempre que necessário e amando a cada uma delas como a sua própria vida. Davi foi escolhido por Deus para suceder Saul no reinado sobre Israel, pois Deus não estava satisfeito com as posturas do então rei, o qual constantemente agia de encontro à vontade divina, por isso, irou-se contra ele e decidiu por fim a sua dinastia. Davi então foi ungido pelo profeta Samuel, em nome de Deus, para que no futuro se tornasse rei de Israel e, a partir daquele dia, o Espírito Santo de Deus teria se apossado do seu ser, conforme consta no livro

O cristianismo foi herdeiro dessa tradição hebraica e o principal difusor do pastorado. Contudo, Foucault (1978a) assevera que o termo “cristianismo”, por abranger uma série de realidades diferentes, não é um termo exato, por isso, ter-se-ia mais exatidão em dizer que a história do pastorado enquanto modelo ou matriz de procedimentos de governo dos homens tem início no momento em que uma religião, isto é, uma comunidade religiosa se constitui como Igreja, expressão definida por Foucault como “uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los à vida eterna no outro mundo, e isso na escala não apenas de um grupo definido, de uma cidade, mas de toda a humanidade” (FOUCAULT, 1978a, p. 196).

Esse processo de institucionalização de uma religião, ainda de acordo com o referido autor, é absolutamente único, pois não há nenhum outro exemplo disso na história das sociedades. Cabe ressaltar, ainda, que foi a partir de tal processo que se formou um dispositivo³⁹ de poder que não parou de se desenvolver e de se aperfeiçoar ao longo de quinze séculos (desde os séculos II, III d.C até o século XVIII d.C). Tal dispositivo de poder passou por consideráveis transformações durante esse período, sendo deslocado, transformado, integrado a outros mecanismos de poder, mas nunca verdadeiramente abolido.

Assim, é na Igreja Católica que o tema do pastorado ganha mais autonomia em relação aos demais temas envolvendo a relação homem-Deus, deixando de ser apenas mais um aspecto da referida relação. Torna-se, então, uma relação essencial, que envolve todas as outras, institucionalizando-se em um pastorado que tem suas regras, leis, técnicas e procedimentos. As relações de autoridade dentro da Igreja são baseadas nos privilégios e, ao mesmo tempo, nas obrigações que o pastor tem para com o seu rebanho. Foucault defende que a Igreja Cristã foi a responsável por organizar e implantar o dispositivo de poder pastoral dentro do Império Romano, organizando, no interior desse império, um tipo de poder desconhecido por todas as outras civilizações. O poder que as igrejas possuem se organiza e se justifica como poder do pastor em relação ao rebanho. O poder sacramental ou do batismo, por exemplo, é o chamado das ovelhas para fazerem parte do rebanho; o poder da comunhão é dar o alimento espiritual às ovelhas; o poder pela penitência é o de reintegrar as ovelhas que se desgarram do rebanho; por

bíblico de Samuel. Davi foi, dessa forma, escolhido para guiar o povo de Israel, o rebanho de Deus que estava perdendo-se diante das más ações do rei Saul. Assim, de acordo com a tradição bíblica, Davi teve seu caráter forjado como pastor de ovelhas para que, no futuro, pudesse guiar o povo de Israel, cuidando deste como cuidava de suas ovelhas e respeitando as vontades de Deus. O reinado de Davi foi longo e deu origem a uma longa descendência e dinastia de reinado, como promessa do próprio Deus: “A tua casa, porém, e o teu reino serão firmados para sempre diante de ti; teu trono será estabelecido para sempre” (BÍBLIA, Samuel, 7:16).

³⁹ Foucault (1979a) chama de “dispositivo” à rede de relações passíveis de serem estabelecidas entre um conjunto de elementos heterogêneos: leis, enunciados científicos, medidas administrativas, discursos, arquitetura, proposições filosóficas, morais, o dito e o não dito.

fim, o poder de jurisdição é um poder de pastor, pois é o poder que permite ao bispo, como pastor, por exemplo, expulsar uma ovelha danosa ao rebanho.

Foucault assevera ainda que esse poder pastoral seguiu, ao longo do cristianismo, distinguindo-se do poder político, embora isso não queira dizer que o poder pastoral nunca tenha se encarregado de tarefas distintas das almas dos indivíduos, ao contrário, o poder pastoral só se encarrega da condução das almas dos indivíduos na medida em que isso implica uma intervenção contínua na vida cotidiana, praticando uma gestão das vidas, dos bens, das riquezas e das coisas, não dizendo respeito, portanto, apenas ao indivíduo, mas à coletividade. Todavia, há uma série de interferências, apoios, intermediações e conflitos, entre o poder pastoral e o poder político, de modo que o entrecruzamento do poder pastoral e do poder político é efetivamente uma realidade histórica no ocidente. Porém, apesar de tudo isso, apesar de estabelecerem entre si todas as formas de aliança possíveis, o poder pastoral permanecerá absolutamente diferente e específico em relação ao poder político pelo menos até o século XVIII, de modo que o rei continua sendo rei, aquele que exerce seu poder no mundo imperial, e o pastor continua sendo pastor, aquele que exerce seu poder no mundo místico.

A fim de realizar a direção da consciência e a economia ou governo das almas, o pastorado cristão utiliza diferentes práticas, que vão desde o exame de consciência até a confissão das faltas e pecados, numa relação de reflexão individual e interior, estruturada sobre a busca da verdade. Dessa forma, esse poder está, pois, relacionado através de três questões: (i) à salvação, pois tem por objetivo essencial conduzir os indivíduos, permitindo que esses avancem e progredam no caminho da salvação, guiando-os pela verdade da salvação; (ii) à lei, já que deve zelar para que os indivíduos se submetam de forma efetiva ao que é ordem, mandamento, vontade de Deus, a fim de alcançarem a salvação; e (iii) à verdade, uma vez que aceitar, acreditar e professar a verdade é condição para que se possa alcançar a salvação. Em síntese, “o pastor guia para a salvação, prescreve a lei, ensina a verdade” (FOUCAULT, 1978a, p. 221). Porém, segundo Foucault (1978a), não é a relação com a verdade, com a lei e com a salvação que caracteriza essencialmente o pastorado cristão. Este é, essencialmente, uma forma de poder que:

[...] pegando o problema da salvação em sua temática geral, vai introduzir no interior dessa relação toda uma economia, toda uma técnica de circulação, de transferência, de inversão dos méritos, e é isso que é seu ponto fundamental. Tal como em relação à lei, o cristianismo, o pastorado cristão não vai simplesmente ser um instrumento da aceitação ou da generalização da lei, o pastorado cristão, de certo modo, tangenciando a relação com a lei, vai instaurar um tipo de relação de obediência individual, exaustiva, total e

permanente. [...]. E, enfim, em relação à verdade, embora o cristianismo, o pastorado cristão, de fato ensine a verdade, embora obrigue os homens, as ovelhas, a aceitar certa verdade, o pastorado cristão inova absolutamente ao implantar uma estrutura, uma técnica, ao mesmo tempo de poder e de investigação, de exame de si e de outros, pelo qual se exercerá o poder do pastor, pelo qual se exercitará a obediência, será assegurada a relação de obediência integral, e através do que passará justamente a economia dos méritos e deméritos. Essas novas relações dos méritos e deméritos, da obediência absoluta, da produção das verdades ocultas, é isso que, ao meu ver, constitui o essencial, a originalidade e a especificidade do cristianismo, e não a salvação, não a lei, não a verdade (FOUCAULT, 1978a, p. 241-242).

Ainda segundo Foucault, com o pastorado cristão nasce uma forma de poder absolutamente nova e se esboçam modos de individualização totalmente específicos, que nada têm a ver com o nascimento do indivíduo ou com a beleza de seus atos, mas que podem ser apreendidos justamente no que diz respeito à salvação, à lei e à verdade, definindo-se de três maneiras:

Primeiro, por um jogo de decomposição que define a cada instante o equilíbrio, o jogo e a circulação dos méritos e dos deméritos. [...]. Em segundo lugar, é uma individualização que vai se dar não pela designação, pela marcação de um lugar hierárquico do indivíduo. [...] [mas] por toda uma rede de servidões, que implica a servidão geral de todo o mundo em relação a todo mundo, e ao mesmo tempo a exclusão do egoísmo como forma central, nuclear do indivíduo. É portanto uma individualização por sujeição. Enfim, em terceiro lugar, é uma individualização que não vai ser adquirida pela relação com uma verdade reconhecida, que, ao contrário, vai ser adquirida pela produção de uma verdade interior, secreta e oculta (FOUCAULT, 1978a, p. 243).

O tema da “salvação” é comum ao pensamento hebraico. O destino do rebanho ou de certa comunidade envolve também o de seu chefe ou guia, pois, se o guia permite que o rebanho se desgarre, ele perde o rebanho, ou, se o magistrado não dirige bem a cidade, ele perde a cidade. Dessa forma, eles se salvam juntos ou se perdem juntos, baseados no que Foucault (1978a) chama de “reciprocidade moral”, no sentido de que é de responsabilidade do pastor ou do rei tudo o que se abater sobre o rebanho ou sobre a cidade. Tal relação de reciprocidade também existe no cristianismo, porém, ocorre de forma bem mais complexa. O pastor cristão está ligado ao rebanho por relações de responsabilidade que Foucault (1978a) nomeia como integrais e paradoxalmente distributivas. Seriam integrais porque o pastor deve assegurar a salvação a toda comunidade, mas também aos indivíduos como unidades. É justamente neste aspecto que reside o paradoxo distributivo: a necessidade de salvar a toda a comunidade vai implicar na possibilidade de ser necessário sacrificar uma ovelha que venha a colocar em risco o rebanho

como um todo, mas, por outro lado, a salvação de uma só ovelha deve ter, para o pastor, a mesma importância do que a salvação de todo o rebanho, de modo que não há ovelha pela qual ele não deva abandonar todo o seu rebanho para tentar resgatá-la⁴⁰.

Esse paradoxo também já estava formulado na literatura hebraica. Mas, Foucault mostra, ainda, que o cristianismo acrescentou, ao princípio da distributividade integral e paradoxal do poder pastoral, quatro princípios absolutamente específicos, os quais não podiam ser encontrados antes: (i) princípio da responsabilidade analítica: o pastor, seja no fim do dia ou no fim da vida do mundo, precisará prestar contas de todas as suas ovelhas, tanto em relação ao número quanto ao comportamento delas, dando satisfação a Deus acerca de tudo de bom ou de mau que cada uma delas possa ter feito; (ii) princípio da transferência exaustiva e instantânea: cada um dos méritos ou deméritos de cada ovelha será transferido ao pastor, e este deverá prestar conta de cada um deles como se fossem seus; (iii) princípio da inversão do sacrifício: o pastor não apenas se perde com suas ovelhas, caso os atos destas sejam maus, ele também tem por obrigação se perder por e no lugar delas, aceitando, inclusive, morrer para salvá-las, se necessário for⁴¹; (iv) princípio da correspondência alternada: atribui uma correspondência direta entre as fraquezas das ovelhas com o mérito do pastor, estabelecendo que: quando as ovelhas são fáceis de conduzir, pequeno é o mérito do pastor; do mesmo modo, se o pastor possui muitas fraquezas, isso contribui para a salvação das ovelhas. Por isso, embora o pastor precise ser perfeito, tendo em vista que o seu exemplo é essencial para a virtude, o mérito e a salvação do rebanho, é necessário também que o pastor reconheça e demonstre suas fraquezas diante de Deus, para que possa partilhar com suas ovelhas as fraquezas destas. Assim, se por um lado as fraquezas do rebanho fazem o mérito e asseguram a salvação do pastor, por outro, as faltas do pastor são elementos de edificação das ovelhas e de condução das mesmas para o processo de salvação. A esse processo de trocas, introduzido pelo cristianismo, Foucault chamou de “economia dos méritos e deméritos”.

⁴⁰ Esta temática é recorrente na Bíblia e pode ser exemplificada na *Parábola da ovelha perdida*: “Que homem dentre vós, tendo cem ovelhas, e perdendo uma delas, não deixa no deserto as noventa e nove, e vai atrás a perdida até que venha a achá-la?/ E achando-a, a põe sobre os seus ombros, jubiloso; E, chegando a casa, convoca os amigos e vizinhos, dizendo-lhes:/ Alegrai-vos comigo, porque já achei a minha ovelha perdida.” (BÍBLIA, Lucas 15:4-6)

⁴¹ Vemos essa relação na seguinte passagem bíblica da *Parábola do bom pastor*: “Eu sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido./ Assim como o Pai me conhece a mim, também eu conheço o Pai, e dou a minha vida pelas ovelhas./ Ainda tenho outras ovelhas que não são deste aprisco; também me convém agregar estas, e elas ouvirão a minha voz, e haverá um rebanho e um Pastor./ [...] As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu conheço-as, e elas me seguem;/ E dou-lhes a vida eterna, e nunca hão de perecer, e ninguém as arrebatará da minha mão./ Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos; e ninguém pode arrebatá-las da mão de meu Pai.” (BÍBLIA, João 10:14-29)

No que diz respeito às “leis”, Foucault (1978a) assevera que o pastorado cristão se organiza de uma forma bem específica, definida como “instância da obediência pura”, na qual a razão de ser da obediência reside nela mesma. Assim, o cristianismo não pode ser definido como uma religião de lei, pois é, na verdade, uma religião da vontade de Deus. Portanto, ao pastor também não caberia ser um homem de lei ou um representante desta, pois a ele cabe fazer com que o rebanho conheça a vontade de Deus e cabe também zelar para que cada uma dessas ovelhas não se afaste dessa vontade. Tal questão não se distancia muito do pensamento hebraico, mas o que é próprio do pastorado cristão, ainda segundo Foucault (1978a), é relação da ovelha com o pastor, que é uma relação de “dependência integral”.

Essa relação de dependência integramaterializa-se da seguinte forma:(i)trata-se de uma relação de submissão de um indivíduoem relação a outro e não a uma lei ou a uma ordem, é uma relação de um indivíduo que dirige com outro que édirigido e se coloca em um vínculode completa dependência em relação ao primeiro; (ii) é uma relação não “finalizada”, pois, ao contrário do que ocorria entre os gregos, quando as relações de submissão buscavam sempre um fim específico (como o conhecimento de um ofício ou de um assunto, a cura, etc.) e sempre se realizavamapenas durante um período determinando; entre os cristãos não há finalidade específica e, tampouco, tempo determinado para a duraçãode obediência, pois esta deve ser por toda a vida, com a finalidade apenas de ser obediente: “obedece-se [...] para alcançar um estado de obediência” (FOUCAULT, 1978a, p. 234),desse modo, abre-se mão da própria vontade e reconhece-se que esta é ruim, até se chegar ao ponto de se ter vontade apenas de não se ter vontade⁴²; (iii)faz surgir uma relação de servidão-serviço, na qual quem é dirigido deve viver numa relação de servidão integral com quem o dirige,todavia, quem dirige também deve ser, inversamente, servidor daqueles a quem dirige (suas ovelhas), estando a serviço deles nos assuntos de ordem espiritual.

Por fim, em relação ao problema da “verdade”, Foucault (1978a) afirma que a relação da verdade com o pastorado não se afasta muito do que podia ser o ensino grego, uma vez que o pastor devia ensinar, por seu exemplo, por sua vida, ensino de forma não generalizada, pois a cada indivíduo (o solteiro e o casado, o saudável e o enfermo, o rico e o pobre, etc.) se ensina de uma forma. Todavia, a essa concepção tradicional de ensino, o cristianismo acrescenta duas

⁴²Essa anulação da própria vontade é, de acordo com Foucault (1978a),um dado muito importante, uma vez que diz respeito tanto ao que concerne à moral cristã na história das ideias quanto à própria institucionalização do pastorado cristão, e também a todos os problemas do que se chama de “carne” no cristianismo. Trata-se, portanto, para Foucault, da diferença de sentido que se deu à palavra *apatheia*: a *apatheia* grega é a obediência dos discípulos ao mestre com o objetivo de chegar a ausência das paixões, garantindo o controle de si, pois é renunciando que o indivíduo se torna mestre; já, no cristianismo, o sentido da palavra *apatheia* sofre uma reconfiguração, pois diz respeito à renúncia aos prazeres e aos desejos da carne.

novidades. A primeira é que a forma desse ensino deve ser por meio de uma direção da conduta cotidiana, não se tratando, portanto, de ensinar o que se deve saber e fazer, mas sim de uma “modulação cotidiana”. Esse ensino, segundo Foucault, deve “passar por uma observação, uma vigilância, uma direção exercida a cada instante e da mesma maneira menos descontínua possível sobre a conduta integral, total das ovelhas” (FOUCAULT, 1978a, p. 238-239). A segunda novidade diz respeito à direção da consciência, segundo a qual o pastor não deve apenas ensinar a verdade, mas também, dirigir a consciência do rebanho. Essa política de direção da consciência, de acordo com Foucault (1978a) já existia entre os gregos, mas era algo exercido de forma voluntária, circunstancial e episódica, pois era realizada a pedido do próprio dirigido, que, muitas vezes, pagava para isso. Essa direção da consciência ocorria por um período determinado e para alguma circunstância específica da vida, com o objetivo de que o indivíduo se examinasse a fim de assumir o controle de si, podia torná-lo senhor de si.

Na prática cristã, a prática de direção das consciências distancia-se muito da prática grega, primeiro porque, no caso da prática cristã, a direção da consciência não é voluntária e, tampouco, circunstancial, tendo em vista que ocorre de forma permanente, por toda a vida, e a propósito de todas as coisas; e segundo porque sua função não é assegurar ao indivíduo o controle de si, mas sim o inverso disso. Conforme Foucault:

Você só examina a sua consciência para poder ir dizer ao diretor o que você fez, o que você é, o que você sentiu, as tentações a que foi submetido, os maus pensamentos que deixou em si, ou seja, é para melhor marcar, para ancorar melhor ainda a relação de dependência ao outro que se faz o exame de consciência, o exame de consciência na antiguidade clássica era um instrumento de controle, aqui vai ser ao contrário, um instrumento de dependência. E o indivíduo vai formar de si, a cada instante, pelo exame da consciência, certo discurso de verdade, que vai ser aquilo através do que vai estar ligado àquele que dirige sua consciência (FOUCAULT, 1978a, p. 241).

Dessa forma, Foucault (1978a) mostra que também a relação com a verdade no pastorado cristão não é a mesma encontrada na antiguidade greco-romana e nem a mesma esboçada na temática do pastorado hebraico. Todavia, a partir do século XVI, como mostraremos no próximo tópico, o pastorado cristão também foi dando lugar a outras formas de condução dos indivíduos, a toda uma arte de direção dos homens, envolvendo toda a história dos procedimentos de individualização humana, e esboçando, portanto, o prelúdio da governamentalidade. Por fim, é válido ressaltar, ainda, que, para Foucault, se de fato há nas sociedades modernas uma relação entre religião e política, essa relação talvez não passe essencialmente pelo jogo entre Igreja e Estado, mas sim, pelo jogo entre pastorado e governo.

3.2 DO REGIME DAS ALMAS AO GOVERNO DOS HOMENS

O conjunto de técnicas e de procedimentos que caracterizam o pastorado recebeu do pensador grego Gregório Nazianzeno o nome de “economia das almas”, o que os latinos traduziram como *regimenanimarum*, ou seja, regime das almas. Essa noção grega de economia era encontrada em Aristóteles para designar a gestão particular da família, dos bens, da riqueza, dos escravos, da mulher, ou mesmo da clientela. Todavia, para o pastorado cristão, essa noção de economia adquire outra dimensão, indo muito além da família, uma vez que a economia das almas incidirá sobre todos os cristãos, como uma coletividade, e sobre cada cristão, individualmente.

Porém, como dito anteriormente, a partir do século XVI, o pastorado cristão foi dando lugar a outras formas de condução dos indivíduos, levando a uma passagem da economia das almas ao governo dos homens e das populações. Esta passagem dever ser situada, segundo Foucault, no contexto em que houve, primeiramente, a grande revolta ou, antes, a grande série de revoltas pastorais dos séculos XV e XVI, o que este autor chama de “insurreição da Conduta”. Todavia, ainda que seja possível dizer que em fins do século XV, início do século XVI, as insurreições de conduta foram a dimensão principal dos grandes processos políticos e sociais de subversão, é preciso lembrar que, mesmo nos processos de subversão, processos revolucionários que tinham objetivos bem diferentes, a dimensão da insurreição de conduta sempre esteve presente, como ocorreu nas revoluções Inglesa, Francesa e Russa. Além disso, problemas políticos ou econômicos, como os que surgiram na Idade Média (como os movimentos de reforma urbana, de reforma camponesa, os conflitos entre feudalismo e burguesia mercantil), traduziram-se em temas com formas religiosas e com preocupações religiosas que acabaram por levar à explosão da Reforma, a grande crise religiosa do século XVI. Todavia, não é objetivo deste trabalho esboçar os detalhes das transformações pelas quais se passou da economia das almas ao governo dos homens e das populações. Indicaremos apenas alguns pontos que são mais relevantes para a nossa pesquisa.

Inicialmente, é preciso destacar que o conceito de economia das almas foi reconfigurado a partir da inserção da noção de “conduta”. Tal palavra, ainda de acordo com Foucault (1978a), a partir do fim do século XVII e início do século XVIII, refere-se a duas coisas:

A conduta é, de fato, a atividade que consiste em conduzir, a condução, se vocês quiserem, mas é também a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal

de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução. Conduta das almas, creio que é assim que talvez pudéssemos traduzir essa *oiknomíapsykhôn* [economia das almas] de que falava São Gregório Nazianzeno e penso que essa noção de conduta, com o campo que ela abarca, é sem dúvida um dos elementos fundamentais introduzidos pelo pastorado cristão na sociedade ocidental (FOUCAULT, 1978a, p. 254).

O pastorado é, portanto, um tipo de poder bem específico que tem por objeto a conduta dos homens. Correlativamente a isso, conforme mostra Foucault (1978a), apareceram movimentos de resistência, de insubmissão à forma de conduta preconizada pelo pastorado cristão, o que Foucault chama de “revoltas específicas de condutas”, pois:

São movimentos que têm como objetivo outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos, por meio de outros procedimentos e de outros métodos. São movimentos que também procuraram eventualmente em todo caso, escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a maneira de se conduzir (FOUCAULT, 1978a, p. 257).

Essas contracondutas surgiram da insatisfação com as técnicas, os procedimentos pastorais e com sua institucionalização que se deu de forma extremamente rígida e rigorosa. Entre os motivos de insatisfação estava a formação de uma estrutura binária no interior do pastorado, opondo o clérigo e os leigos. Essas duas categorias de indivíduos eram bem distintas, pois não possuíam as mesmas obrigações e nem os mesmos privilégios civis e espirituais, uma vez que os clérigos, além de deter os privilégios econômicos e civis, estavam mais próximos da salvação e do céu. Essa diferenciação, esse dimorfismo, introduziu um mal estar na comunidade cristã e foi um dos grandes pontos de sustentação da contra conduta pastoral.

Foucault (1978a) aponta, ainda, que, nesse processo de institucionalização do pastorado, a definição de uma teoria e prática do poder sacramental dos padres se deu de forma relativamente tardia, uma vez que nas primeiras comunidades cristãs não havia um poder sacramental, o qual se configurou apenas após uma série de modificações, quando o pastor, ou bispo, recebeu o poder de ministrar sacramentos, passando o seu próprio gesto, as suas palavras, a ter uma eficácia direta na salvação das ovelhas. Essa transformação ocorreu de um ponto de vista estritamente religioso, porém também ocorreram mudanças externas, como o entrelaçamento do pastorado cristão com o poder civil e político, e a feudalização da Igreja católica e dos cleros secular e regular.

Destaca-se, ainda, que dentro da evolução interna - religiosa, e externa - política e econômica, surgiu, em torno dos séculos XI e XII, a prática da confissão, baseada no modelo

estritamente laico que era o judicial. Desenvolveu-se, também, a crença no purgatório, um sistema de pena de caráter provisório no qual a justiça, isto é, o pastorado, desempenha-se relacionado ao aparecimento das indulgências, as quais dão ao pastor, ou à Igreja, a possibilidade de atenuar as penas previstas mediante certo número de condições, que eram essencialmente financeiras. Essa inserção do modelo judicial na Igreja foi, a partir do século XII, uma das grandes razões das lutas antipastorais.

Foucault (1978a) afirma que é possível medir a importância, o vigor e a profundidade da implantação do pastorado justamente pela intensidade e variedade das batalhas, revoltas, descontentamentos etc. que se desenvolveram em torno do cristianismo, pois todas as lutas que perpassaram a Igreja e o mundo cristão entre os séculos XIII e XVIII tiveram como motivo principal o poder pastoral, com vistas a disputar o direito de governar os homens. Essas lutas, ainda segundo Foucault, eram lutas para saber quem teria efetivamente o direito de governar os homens. Nesse sentido, buscava-se governar os homens em sua vida cotidiana, nos detalhes e na materialidade que constituem a existência deles, para saber quem tem esse poder, de quem o recebe, como o exerce, quais os graus de autonomia para cada um, qual a qualificação para os que exercem esse poder, qual o limite de sua jurisdição, que recurso se pode ter contra eles, que controle há de uns sobre os outros. (FOUCAULT, 2008, p. 198)

Toda essa multiplicidade de batalhas, que perpassou o Ocidente do século XIII ao século XVIII, não levou à liquidação do pastorado, ao contrário, levou a uma reflexão que acabou por permitir uma profunda reorganização do poder pastoral e possibilitar o seu fortalecimento, o qual se deu de duas formas: o movimento da Reforma Protestante, com um pastorado mais metódico e mais flexível hierarquicamente; e, em oposição a este, o pastorado da Contrarreforma, como reação da Igreja Católica, com um pastorado completamente controlado, reforçando a hierarquia em forma de pirâmide, tornando a referida Igreja fortemente centralizada. Além disso, de acordo com Foucault (1978a), com a intensificação e expansão da extensão do pastorado sobre o plano temporal, este se secularizou. Tal secularização, ainda de acordo com o referido autor, iniciou-se a partir do momento em que o pastorado assumiu para si questões relativas à vida material e temporal dos indivíduos, bem como problemas relacionados aos bens e propriedades destes e à educação das crianças. Este processo começou a ganhar força a partir do século XVI, com a discussão acerca dos problemas relacionados à condução e ao governo, ligados tanto à conduta privada e ao governo particular, como a problemas de condução e de governo de ordem pública. Assim, segundo Foucault, não ocorreu uma passagem do pastorado cristão para uma forma totalmente nova de direção e conduta dos

homens, mas sim uma ampliação das questões relacionadas às técnicas de condução e de governo de si e do outro.

O problema da condução adquiriu uma intensidade maior por estar no ponto em que se cruzam as diferentes formas de condução: condução de si e da família, condução religiosa, condução pública aos cuidados ou sob o controle do governo etc. Essa multiplicidade de formas de governo e de condução se deu a partir da crise do poder pastoral, mas esse mesmo movimento, que permitiu essa variedade de formas de governo, permitiu também que o modelo do pastorado se espalhasse, tomando a dimensão de uma nova racionalidade política, expressa por Foucault como “governamentalidade”. A pastoral permanece viva no modelo moderno de governo político. Igreja e Estado, essas duas instâncias de condução e governo dos homens, estão, de certa forma, entrelaçadas, de modo que uma age sobre a outra. Por isso, não podemos falar de uma passagem do pastorado cristão para o governo político. Todavia, embora haja similaridades entre as técnicas de condutas guardadas por ambas – Igreja e Estado -, no campo das práticas governamentais, há diferentes modos de aplicação desses procedimentos. Houve, segundo Foucault (1978a), uma espécie de adaptação das técnicas do pastorado para o campo da governamentalidade, o que permitiu a transmissão das atividades próprias do pastor ao conjunto das ações dos governantes.

3.3 DOS ESPELHOS DE PRÍNCIPE À RAZÃO DE ESTADO

Como vimos, no século XVI, o problema do governo aparece relacionado a problemas bem diferentes: problema do governo de si, problema do governo das almas e das condutas, problema do governo das crianças - problemática central da pedagogia, que aparecerá e se desenvolverá no século XVI, e, enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes: como governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível etc.

Todos esses problemas, com a intensidade e multiplicidade tão características do século XVI, se situam na convergência de dois processos: processo que, superando a estrutura feudal, começa a instaurar os grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais; processo, inteiramente diverso mas que se relaciona com o primeiro, que, com a Reforma e em seguida com a Contrarreforma, questiona o modo como se quer ser espiritualmente dirigido para alcançar a salvação. Por um lado, movimento de concentração estatal, por outro, de dispersão e dissidência religiosa: é no encontro desses dois movimentos que se coloca, com intensidade particular no século XVI, o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo,

com qual método etc. Problemática geral do governo em geral (FOUCAULT, 1979a, p. 408).

Diante desses inúmeros problemas acerca da condução e da vasta literatura produzida sobre esses temas, destacamos a modalidade que fornece aos príncipes elementos de racionalidade pedagógica para o bom governo dos homens, esclarecendo como o governante deveria agir para governar. Essa questão acerca da boa condução dos governantes foi tema de inúmeros tratados, tanto na Antiguidade greco-romana, como durante a Idade Média, já dentro do cristianismo. Em ambos, tinha-se como objetivo oferecer conselhos ao príncipe acerca da melhor maneira de conduzir-se, de exercer o seu poder, de se fazer respeitar pelos súditos, estabelecer uma relação de obediência com Deus, etc. Essas “artes de governar”, designam, de acordo com Senellart (2006, p. 47), “uma multiplicidade não apenas de artes, de técnicas, de sistemas de regras, de modelos de ação, mas também de definições de governos”, e tiveram, até o século XVI, a forma de espelhos, sendo denominados *Specula Principum*, isto é, espelhos de príncipe⁴³.

As primeiras formulações desse gênero datam, segundo Buescu (1997), da Antiguidade Clássica. Todavia, ainda de acordo com a referida autora, foi na Idade Média que o gênero foi fixado de forma definitiva, chegando aos séculos XVI e XVII com diversas publicações. No século XVI, nasce uma nova perspectiva de governo, aliado não somente aos fins morais⁴⁴, mas à conservação do Estado. Perspectiva que pode ser encontrada na obra “O Príncipe”, de Maquiavel (escrita por volta de 1523 e publicada em 1532), a qual pode ser vista como uma inversão dos espelhos de príncipe medievais, pois seus conselhos observam, principalmente, a

⁴³De acordo com Hansen (2006, p. 144), os espelhos de príncipes estão incluídos “na longa duração retórica do gênero deliberativo, que aconselha quanto ao futuro, e do epidítico ou demonstrativo, que elogia o bem e vitupera o mal”, e muitas vezes são escritos, também, sob os gêneros do diálogo, da epistola, da carta e do tratado político. Estes espelhos, conhecidos na Idade Média como *Speculum* ou *Specula Principum*, têm por característica principal apresentar as virtudes cristãs que permitem o bom governo, ordenando, assim, o modelo ético-político do “príncipe prudente”, fundamentado tanto na metafísica, como na escolástica e na neoescolástica. Esse modelo pressupõe a repetição do costume tradicional, pois, representando as formulações éticas, que eram ordenadas pela retórica, os autores dos espelhos de príncipe reciclam padrões antigos, gregos, latinos, patrísticos e medievais, adaptando-os à centralização realizada pela monarquia dos séculos XVI e XVII, caracterizada, principalmente, pela transformação da antiga “nobreza de armas” – que era orgulhosa do seu sangue, da sua força guerreira e da sua ignorância – em uma nobreza de letras – agora civilizada e erudita -, cada vez mais subordinada ao rei em uma corte (HANSEN, 2006, p. 34-35).

⁴⁴A partir dos séculos XII e XIII os espelhos eram caracterizados por apresentar aconselhamentos e exemplos de personagens clássicos e cristãos que embasavam uma prática de governo centrada na moralidade. A tradição imposta nos espelhos nesse período era a tradição bíblico-religiosa que se baseava na teoria política-teológica desenvolvida por São Tomás de Aquino e Egidio Romano. Assim, na produção especular ibérica, a religião era elemento indispensável para a reflexão política; os aspectos políticos e religiosos se interpenetravam e a política nunca era autônoma em relação à fundamentação religiosa, pois os espelhos medievais propunham que as leis preexistiam ao poder como lei natural que refletiam a lei eterna de Deus, de forma que, se o monarca mantinha as leis religiosas, era considerado um rei justo e, por outro lado, se não as considerava, era tido como um rei tirano.

utilidade prática a partir das necessidades postas pelo exercício do poder, realizando, assim, uma ruptura entre a prática política e a moral cristã. Dada a importância dessa obra para os estudos da governamentalidade, trataremos dela mais detidamente no próximo capítulo.

É também na Idade Média que os manuais dos jesuítas escritos pelos monarcas ibéricos indicam uma articulação entre a ideologia política e uma teoria do estado integrada à política católica, apontando, nitidamente, o repúdio às teses maquiavélicas e também às teses protestantes apresentadas por Lutero. Essas tensões, associadas ao pensamento da contrarreforma, também apareceram entre os escritores do século XVII. Assim, segundo Hansen:

A política católica é definida, nos espelhos [séc. XVII], como uma arte que mantém a unidade e a segurança do reino contra seus inimigos internos e externos. Combatendo ferozmente a tese maquiavélica de que o poder é artifício dissociado da ética visando o triunfo nas competições da cidade, a doutrina contra-reformada caracteriza-se antes de tudo por supor Deus como fundamento *mediato* da ação política, associando o princípio transcendente à redefinição da velha ética aristocrática a ser interiorizada e aplicada ao domínio do corpo político do Estado pelos que detêm o poder (HANSEN, 2006, p.140).

Dessa forma, o gênero espelho de príncipe, de modo geral, prescreve que o bom governante deve honrar a Igreja e temer a Deus acima de todas as coisas, pautando suas ações em quatro virtudes cardeais: a prudência, a magnanimidade, a temperança e a justiça. Todavia, entre esses tratados, estavam os escritos de Nicolai Maquiavel, que fugiam ao modelo teológico-cristão de condução dos homens e defendiam uma nova forma de governo. Entre os textos maquiavélicos, *O Príncipe*, escrito por Maquiavel em 1513, merece a nossa atenção.

Essa nova forma de governo, proposta⁴⁵ em *O Príncipe* de Maquiavel, era pautada na conquista, manutenção e expansão do poder e funcionava como uma espécie de fundamento para o modelo de governamentalidade que ficou conhecido como Razão de Estado. Dessa forma, a ética católica dá lugar a uma primazia das coisas efetivas, segundo a qual os fins sempre justificam os meios:

Cuide, pois, o príncipe de vencer e manter o poder: os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas, e não há no mundo senão o vulgo; a minoria não tem vez quando a maioria tem onde se apoiar (MAQUIAVEL, 1532, p. 85-86).

⁴⁵É preciso salientar que Maquiavel não “criou” ou “fundou” uma nova forma de governar. Ele materializou em suas obras discursos que estavam em circulação nesse período, ainda que de forma periférica.

Nessa perspectiva, Maquiavel defendia que o príncipe deveria ter coragem e inteligência a fim de garantir a manutenção do seu principado, do seu governo, da sua soberania, que deveria ser o fim último de suas ações. Assim, o príncipe poderia abandonar as virtudes, se necessário fosse, para atingir os seus objetivos. Outra característica do príncipe, para Maquiavel, é que ele deveria imitar as ações dos exemplos dos grandes príncipes da história e aprender com os erros daqueles que não tiveram sucesso; era preciso, além disso, evitar o ódio de seus súditos, abstando-se, para tanto, de se apoderar das riquezas e das mulheres destes. Maquiavel destaca, ainda, a astúcia como virtude, definida como a artimanha, a necessidade de controlar as paixões e a necessidade da dissimulação, pois defendia a necessidade de o príncipe parecer virtuoso, ainda que necessariamente não o fosse.

A um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas, mas é indispensável parecer tê-las. Aliás, ousarei dizer que, se as tiver e utilizar sempre, serão danosas, enquanto, se parecer tê-las, serão úteis. Assim, deves parecer clemente, fiel, humano, íntegro, religioso – e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres, de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário (MAQUIAVEL, 1532,p. 215).

Esse texto, segundo Foucault (1978a), constitui um ponto de repulsão, implícito ou explícito, em relação ao qual se situa a literatura do governo e, embora não tenha sido imediatamente abominado, pois foi, ao contrário, reverenciado por seus contemporâneos e, também, no início do século XIX; entre esses dois momentos, *O Príncipe* suscitou fortes discussões, as quais deram origem a uma longa tradição antimachiavélica. Essa literatura antimachiavélica realizava, ainda segundo Foucault, uma leitura invertida desta obra, partindo do princípio de que, “para Maquiavel, o príncipe está em relação de singularidade e de exterioridade, de transcendência em relação a seu principado” (FOUCAULT, 1978a, p. 122). Em diferentes textos dessa literatura antimachiavélica, de forma implícita ou explícita, *O Príncipe* aparece, essencialmente, como um tratado que cuida da habilidade do príncipe de conservar o seu principado, de forma que o exercício do poder deve ser o de manter, de fortalecer o principado, que, segundo Foucault, não se trata do conjunto de súditos ou do território, mas:

[...] vai se tratar de proteger esse principado na medida em que ele é a relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu, com os súditos que lhe são submissos. É esse principado como relação do príncipe com seus súditos e seu território, é isso que se trata de proteger, e não

diretamente, ou imediatamente, ou fundamentalmente, ou primeiramente, o território e seus habitantes. É esse vínculo frágil do príncipe com seu principado que a arte de governar, a arte de ser príncipe apresentada por Maquiavel deve ter como objetivo (FOUCAULT, 1978a, p. 122-123).

É isso justamente que Foucault acredita que a literatura antiMaquiavel quer substituir por algo diferente e novo, que seria uma arte de governar, pois, para eles, “ser hábil em conservar seu principado não é, em absoluto, possuir a arte de governar. A arte de governar é outra coisa”(FOUCAULT, 1978a, p. 123).

Como exemplo desses escritos da tradição antimachiavélica, está o texto *O Herói*, publicado em 1637, de autoria jesuíta espanhol Baltasar Gracian. Esse texto ajuda a entender como se apresenta a literatura antimachiavélica a partir da ratificação da fulcralidade da ética cristã na conduta política. Ao longo desta obra, o autor mostra quais devem ser as virtudes principais de um príncipe, destacando o entendimento e a coragem. Segundo ele, o príncipe, acima de tudo, precisa ter um grande entendimento, pois é a agudeza, e não somente as armas, que garante a vitória em uma batalha. No entanto, ele ressalta que de nada vale o entendimento, se a coragem não o seguir, utilizando a metáfora “Coração de Rei” como alegoria para representar a coragem máxima, isto é, a disposição para lutar contra os inimigos associada à coragem para vencê-los. Por fim, Gracian não nega a importância de se pensar na efetividade das coisas, mas defende que, ainda assim, não se pode abrir mão dos valores cristãos, tendo em vista que “*Ser Heroedel mundo, poco, o nada és; serlodelcielo, es mucho, à cujo gran Monarca sealaalabanza, seala honra, seala gloria*” (GRACIAN, 1639, p. 99). Nesta perspectiva, para se manter o domínio político –e, neste caso, também religioso –, conceitos como humildade, pecado e salvação não poderiam ser abandonados, como ocorre em *O Príncipe*, de Maquiavel. Por isso, Gracian criticava Maquiavel, sobretudo em relação ao seu princípio da primazia da efetividade das coisas em detrimento de qualquer ética religiosa.

Todavia, esses tratados sobre as artes de governar, excluindo ou não a temática da salvação das almas, tinham um ponto em comum: apontavam para a necessidade de uma problematização da coisa pública, pois o objeto da ação do príncipe já não podia ser o mesmo atribuído ao pastor. Era, portanto, necessário descobrir qual o melhor e mais eficiente modo de governar, o que permitiu, a partir do século XVI, a elaboração de diferentes formas de governo e do que Foucault chama de governamentalidade.

Segundo Foucault (1978a), o primeiro grande modelo de governamentalidade foi a razão de Estado. Esta nova racionalidade não coloca propriamente um fim ao poder pastoral, pois, não há um desaparecimento do pastorado, mas sim, uma transferência das funções

pastorais da Igreja para o Estado. E, mesmo tendo no pensamento de Maquiavel uma espécie de fundamento, contraria-o, em certa medida, pois, enquanto toda análise de Maquiavel buscava definir o que conserva o laço entre o príncipe e o Estado, o problema em voga na razão de Estado era o da existência e da natureza do próprio Estado.

De acordo com Foucault, a ideia de razão de Estado se configurou a partir dos pensamentos em circulação na Idade Clássica. Esta deve ser considerada, além de um momento de grandes produções científicas, como o momento da elaboração de diferentes formas de governo que precisaram, para garantir sua eficiência, fazer funcionar uma série de aparelhos administrativos e de instituições políticas. A partir de então, é preciso pensar em que medida quem exerceu o poder soberano deve encarregar-se agora do governo dos homens, o que suscita dois problemas:

[...] que tipo de pensamento será possível governar os homens no âmbito da soberania? Problema do tipo de racionalidade, portanto. Em segundo lugar, problema do domínio e dos objetos: o que, especificamente, deve ser objeto desse governo dos homens, que não é o da Igreja, que não é o do pastorado religioso, que não é de ordem privada, mas que é da incumbência e da alçada do soberano político? (FOUCAULT, 1978a, p. 311).

A ação do príncipe já não tinha os mesmos objetos atribuídos antes ao pastor. Portanto, segundo Foucault, já não se trata mais de realizar um *ratiopastoralis*, mas sim de descobrir qual modelo de *ratiogubernatoria* seria o mais eficiente. Ainda segundo Foucault, o mundo governado segundo o poder pastoral, segundo uma economia da salvação, de uma obediência irrestrita e de uma verdade absoluta começa a ruir entre os séculos XVI e XVII. Isso ocorre, por um lado, devido a uma série de movimentos antipastorais, desencadeados contra a Igreja, mas que, contudo, não significaram o desaparecimento do sistema pastoral; e, por outro lado, pelo golpe que o pastorado sofreu por meio da produção e circulação das ideias científicas, as quais promoveram o rompimento direto da ligação existente entre Deus e o mundo. Essa mudança de visão de mundo também afeta a maneira como eram pensados os aspectos relativos ao governo, levando o soberano a precisar buscar as especificidades do nível e da forma do governo. Tal postura pode ser ilustrada, no fim do século XVI, com base na problematização da coisa pública, *a res publica*, surgindo assim a governamentalização da coisa pública. Dessa forma, o soberano, mais do que simplesmente exercer a soberania ou desempenhar as funções de pastoreio, deveria ser um especialista nas artes de governar um Estado e um conjunto de indivíduos. É justamente a questão da definição dessa arte de governar que está em jogo no século XVI. O governo deve buscar sua razão, a *ratio status*, isto é, a razão de Estado.

Foucault (1978a) define razão como um meio de conhecimento, e também algo que permite que a vontade se pautem pelo que ela conhece, pela própria essência das coisas. Por outro lado, a palavra “Estado” possui, ainda segundo o referido autor, quatro sentidos: primeiro, diz respeito a um domínio, um território; segundo, refere-se a uma jurisdição (isto é, o conjunto de leis, regras, costumes – ou, uma instituição); terceiro, determina uma condição de vida (de certo modo, um estatuto individual – o estado magistral, o estado civil, o estado religioso); e quarto, define uma condição de ser: é a qualidade da coisa que se opõe ao movimento, à mudança, que permite que a coisa seja exatamente como é, sem precisar sofrer alterações, ainda que não se torne totalmente imóvel.

A República é um estado nos quatro sentidos da palavra, pois é, antes de tudo, um domínio, um território, e uma jurisdição, de leis, regras, costumes. Trata-se, portanto, de um conjunto de indivíduos que se definem por seus estatutos e, enfim, possui certa estabilidade, definida por esses três precedentes: domínio, jurisdição e instituição ou estatuto dos indivíduos. Dessa forma, o que vai ser chamado de “razão de Estado” é o que é necessário e suficiente para se conservar a integridade da República nos quatro sentidos da palavra Estado. Tudo nessa razão de Estado se refere ao próprio Estado. Nesse sentido, a razão de Estado é a própria essência do Estado, ela trata essencialmente de uma coisa: identificar o que é necessário e suficiente para que o Estado exista e se mantenha em sua integridade. Ela é conservadora, pois não há nada anterior, exterior e ulterior ao próprio Estado. A finalidade do governo não é mais o domínio de certa área territorial a fim de agir sobre os homens para levá-los à felicidade terrestre e à salvação divina, como ocorria no poder pastoral, mas sim o próprio Estado e sua manutenção. Dessa forma, o governo político não tem mais o objetivo de conduzir à salvação, mas o de estabelecer um reino soberano a partir de suas regras e singularidades. O objetivo do príncipe deve ser governar o reino segundo as necessidades do momento, tendo, por fim último, a manutenção do seu território e a conservação de tudo quanto nele existe.

Foucault (1978a) apresenta algumas características da arte de governar, segundo o modelo pastoral e segundo a razão de Estado, retomando o problema da salvação, da obediência, da lei e da busca pela verdade. A temática da salvação, que no pastorado referia-se à salvação da alma, foi substituída pela preservação do Estado, do principado. Com esse objetivo, é preciso assegurar a produtividade, a segurança e a felicidade de todos, proporcionando prosperidade e bem estar à população, a fim de impedir o descontentamento dos governados. Nessa perspectiva, o estado foi ampliando sua influência através dos instrumentos de “polícia”. Esta nova tecnologia tinha como atribuição regulamentar as práticas e o comportamento dos indivíduos em todos os níveis de sua vida (seja no que concerne à

religião, seja oferecendo alimentação, saúde, moradia, conhecimento, segurança etc.). Nada deveria escapar dos olhares da polícia, pois nunca se governa demais.

Ao discutir a questão da salvação, Foucault (1978a) estabelece um paralelo com a prática do “golpe de Estado”, o qual não deve ser pensado como contrário à razão de Estado, isto é, contrária ao ideal de necessidade de manutenção do Estado, pois a razão de Estado não é um sistema homogêneo de legalidade e legitimidade, uma vez que nela não se comanda segundo as leis, mas sim, se comanda as próprias leis que regem o Estado. Ademais, quando o golpe de Estado se efetiva, ele visa a salvação do próprio Estado e de suas estruturas governamentais. Esta ideia de golpe de Estado, segundo Foucault (1978a), é uma atualização da “salvação pastoral”, mas numa outra perspectiva, pois transforma o discurso acerca da salvação das almas em um discurso segundo o qual se deve aceitar os sacrifícios individuais para garantir a salvação do Estado. Dessa forma, há uma superação da lei pela necessidade, pois a lei maior, que é a salvação do Estado, deve prevalecer sobre todas as outras, excedendo, inclusive, o direito divino. Foucault destaca também que a natureza do golpe de Estado é ser violento, embora em seu exercício ordinário, habitual, não o seja, agindo com violência apenas quando a necessidade assim determina.

Quanto ao problema da obediência, Foucault (1978a) destaca a necessidade de uma boa gestão dos governantes em relação aos governados para que estes sejam obedientes, pois o bom governante é aquele que considera a economia e a opinião pública, associando-os às causas materiais e às causas ocasionais. Se o povo estiver descontente com o governante por conta de questões materiais (descontentamento que pode ou não ter relação com o grau de pobreza, com o cidadão estar em estado de indigência etc.), esse mesmo povo pode deflagrar algum tipo de agitação. Do mesmo modo ocorrerá se ele estiver insatisfeito com causas ocasionais, como uma mudança no regime tributário, uma mudança na religião, uma mudança nos privilégios, a escassez de cereais etc. Quando se produz o mesmo descontentamento em pessoas diferentes, ainda que seus interesses sejam divergentes, elas se unem. Por fim, todos esses descontentamentos têm causas e têm “remédios”; é preciso descobrir, então, qual o remédio adequado para se controlar a causa e assim evitar qualquer possibilidade de revolta.

Em terceiro lugar, Foucault (1978a) cita o problema da verdade e da Razão de Estado. Segundo ele, a racionalidade, que é, assim como o pastorado, intrínseca à arte de governar, implica certa produção de verdade, todavia, muito diferente do que ocorre no pastorado. No pastorado, tinha de haver uma “economia da verdade”, que se caracteriza, como mostramos no capítulo anterior, pelo seguinte funcionamento: o pastor precisava conhecer o que acontecia com o seu rebanho e cada ovelha precisava descobrir em si uma verdade trazida à luz pelo

pastor e da qual ele é avalista, testemunha perpétua. Na razão de Estado, temos um campo de verdade totalmente diferente. Tal diferenciação ocorre, primeiramente, quanto ao conteúdo, pois, para governar, o soberano tinha que ser sábio e prudente, ter conhecimento das leis, ser virtuoso. O governante precisava ainda:

[...] conhecer os elementos que vão possibilitar a manutenção do Estado, a manutenção do Estado em sua força ou o desenvolvimento necessário da força do Estado, para que ele não seja dominado pelos outros e não perca sua existência perdendo sua força ou sua força relativa. Ou seja, o saber necessário ao soberano será muito mais um conhecimento das coisas do que um conhecimento da lei, e essas coisas que o soberano deve conhecer, essas coisas que são a própria realidade do Estado é precisamente o que na época se chama de “estatística” (FOUCAULT, 1978a, p. 365).

Ainda sobre o problema da verdade, Foucault destaca que a razão de Estado age sobre a consciência das pessoas não apenas para lhes impor certo número de crenças que podem ser verdadeiras ou falsas, mas de forma a fazer com que a opinião dos sujeitos em geral, juntamente com a opinião e com o comportamento dos sujeitos políticos e econômicos, seja modificada.

Diversos aspectos dos discursos apresentados até aqui são retomados/(re)atualizados nos discursos que circulam na sociedade atual acerca do governo do Estado, conforme verificasse no tópico a seguir.

3.4 FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA ATUAL IMAGEM DE UM BOM GOVERNANTE

No capítulo anterior, verificamos que os discursos em circulação nos veículos de mídia ora analisados apontaram para a existência de discursos segundo os quais o governo Dilma Rousseff está isolado politicamente, enfrenta crises com seus aliados, tem sua imagem vinculada, direta ou indiretamente, a diversos casos de corrupção e não consegue controlar a economia do país, que estaria passando por graves problemas. A repetição contínua de tais discursos nos permitem afirmar que os mesmos colocam em circulação uma imagem negativa do referido governo, imagem essa que já está socialmente construída. Uma vez que essa imagem negativa está em circulação, ela vai aparecer de forma recorrente em diversos outros discursos, conforme mostramos neste tópico, em que analisamos outros excertos postos em circulação nos veículos de mídia que compõem o nosso *corpus* e que se relacionam com o tema proposto no início desta dissertação. Nesses excertos, além de verificarmos a recorrência das imagens apresentadas no capítulo anterior, procuramos identificar as marcas discursivas que remetem

aos discursos do poder Pastoral, das artes de governar, enquanto nova forma de racionalidade, e da razão de Estado propriamente dita, que compõem a governamentalidade no Estado moderno. Nossa análise considera que o discurso, conforme já discutimos, nunca se encerra nele mesmo, sempre trazendo em si marcas de diversos outros discursos. Da mesma forma, não é possível falarmos de “morte” ou “nascimento” de um discurso, pois o que há são sempre novas configurações e reconfigurações.

Nos discursos que circulam na atualidade acerca da noção de governo, vemos que, por meio de diferentes marcas discursivas, diferentes retomadas e atualizações de discursos outros, o poder pastoral é retomado e atualizado em diferentes aspectos dentro do tema da salvação e da verdade; em relação à salvação, vemos, também em funcionamento dos *princípios da reciprocidade moral e das responsabilidades integral e analítica*, porém tais princípios aparecem reconfigurados.

Segundo o princípio da reciprocidade moral, tudo o que se abater sobre o rebanho é de responsabilidade do pastor. Do mesmo modo, o governante é o responsável por assegurar o bem estar do Estado, sendo de sua responsabilidade tudo o que o atingir; o princípio da responsabilidade integral amplia essa responsabilidade do pastor, direcionando-a a cada uma das ovelhas individualmente; do mesmo modo, o governante deve proporcionar a cada um dos cidadãos que compõem o estado as condições mínimas (de emprego, saúde e renda) para que estes possam se autogerir. Caso cumpra essa obrigação essencial, será considerado um bom governo, caso contrário, sofrerá com a insatisfação popular. No excerto a seguir, é possível verificar como o não cumprimento dos critérios acima elencados afetam diretamente a imagem do governante:

19. Muita inflação para pouco PIB

Em 12 meses índice acumula alta de 8,13%, a maior desde dezembro de 2003. A inflação oficial continua cobrando os erros da política econômica do Governo Dilma e do ajuste fiscal, que começou no início do ano aumentando as tarifas do consumidor, segundo especialistas (*El País*, seção Brasil, 08/04/2015, grifos nossos).

O primeiro período do excerto (o título) materializa dois pré-construídos: a inflação está alta e o Produto Interno Bruto (PIB) está baixo. Eles são colocados em relação pela preposição “para”, o que remete a uma memória, do campo da economia, segundo a qual o PIB de um Estado é diretamente afetado pela inflação. Verificamos ainda que o enunciador *El País* traz uma comparação temporal (a maior desde dezembro de 2003) para mostrar que o problema está relacionado diretamente ao atual governo; argumento reforçado no período seguinte, quando

lemos que: “A inflação oficial continua cobrando os erros da política econômica do Governo Dilma e do ajuste fiscal”. Nesse caso, a expressão referencial definida “os erros da política econômica do governo Dilma” funciona como um pré-construído, segundo o qual houve erros e que esses são responsabilidade do Governo Dilma Rousseff. Tal argumento é reforçado pela presença da locução verbal “continua cobrando”, que indica, mais uma vez, a “culpa” do governo pelo aumento da inflação. Assim, é possível verificarmos uma responsabilização do governante em relação a tudo aquilo que acontece ao seu país, seja de positivo ou de negativo, assim como rege o princípio da responsabilidade integral.

Dando sequência à discussão acerca das marcas do poder pastoral nos discursos atuais sobre governo, destacamos, ainda, o princípio da responsabilidade analítica, segundo o qual a responsabilidade pelos atos de suas ovelhas é estendida ao pastor; esse princípio relaciona-se com discursos que circulam acerca da figura do líder enquanto aquele que deve bem guiar. Se o líder não faz com que os que o seguem andem pelo caminho adequado ou não consegue fazer-se seguir, é sinal de que há falhas na sua liderança e essas falhas podem trazer sérios problemas para a manutenção de seu governo. Dentro da esfera política, essa relação se mostra, por exemplo, dentro de um partido político, como na relação presidência – direção – filiados, e dentro das próprias instituições governamentais, como na relação presidência-ministérios

De acordo com o princípio da responsabilidade analítica, como vimos, os atos cometidos por suas ovelhas são também de responsabilidade do pastor, devendo este conhecer os passos de cada uma delas a fim de guiá-las pelo caminho adequado. É possível afirmar que tal princípio fundamenta uma memória que circula socialmente segundo a qual o líder tem responsabilidade pelos atos de seus liderados e, por isso, deve ter conhecimento das ações de todos aqueles sob sua liderança. No excerto abaixo, é possível verificarmos como é atribuído a um líder a responsabilidade de determinado ato cometido por aqueles que estão sob sua liderança, ainda que não haja provas que indiquem tal responsabilização.

20. [...] a grande maioria dos brasileiros acha que a presidente sabia do gigantesco esquema de corrupção que acontecia dentro da Petrobras. É o que mostra pesquisa realizada pelo instituto Datafolha e publicada no jornal Folha de São Paulo neste domingo. De cada dez brasileiros, oito acreditam que a presidente Dilma Rousseff tinha conhecimento da corrupção que acontecia na maior empresa estatal do país (*Veja*, Seção Brasil, 20/03/2015).

O excerto acima indica, a partir da expressão “grande maioria”, que circula na sociedade de modo geral um discurso segundo o qual a presidente Dilma Rousseff tinha conhecimento acerca dos desvios de recursos ocorridos na empresa estatal Petrobras. Tal afirmação é

reforçada, por meio da apresentação de dados numéricos de pesquisa de um instituto nacionalmente reconhecido. Essa estratégia discursiva baseia-se na utilização de argumento de autoridade para conferir credibilidade ao que está sendo posto em circulação. Assim, há em circulação um discurso segundo o qual a população, ao afirmar a ciência da presidente acerca dos fatos, ainda que sem provas⁴⁶, responsabiliza-a pelo ocorrido na Petrobras, uma vez que alguém que tem conhecimento da ocorrência de algo ilícito, se não participa diretamente do fato, é conivente com ele ao permitir a continuidade de sua prática. Dessa forma, a presidente, tendo conhecimento do ocorrido, também tem responsabilidade sobre ele. Porém, como é possível que circule na sociedade um discurso de responsabilização da presidente sendo que até então não existe nada de concreto que indique seu envolvimento ou conhecimento acerca dos desvios de recursos na empresa? É possível afirmar que isso ocorre graças a uma retomada/reconfiguração de uma memória acerca do princípio da responsabilidade analítica, pois, sendo a Petrobras uma empresa estatal, a responsabilidade por tudo que acontece a ela é estendida à presidência da república. Segundo esse princípio, não haveria como o líder não tomar conhecimento dos passos de seus liderados, logo, não haveria, segundo essa memória discursiva que retoma e reconfigura uma das características do poder pastoral, meios de a presidente não ter conhecimento de algo que acontece dentro de uma empresa sob seu governo.

Vejamos, agora, o excerto abaixo, que aponta para os problemas que um governante pode enfrentar caso não saiba exercer adequadamente sua liderança sobre os seus liderados, caso ele não saiba “bem guiar” o seu “rebanho”:

21. [...] diante de uma base governista desarticulada e a cada dia mais rebelde, a presidente Dilma Rousseff se reúne nesta quinta-feira, em São Paulo, com seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo do encontro é tentar acertar os ponteiros com seu principal conselheiro e reverter a imagem de que está isolada - e que suas decisões solitárias teriam resultado em inúmeras e repetidas derrotas no Congresso (*Carta Capital*, Seção Governo, 12/02/2015).

Em primeiro lugar, destacamos o uso do substantivo feminino “base”, que indica algo que serve de apoio, de sustentação. No caso de um governo, a base se constitui pelos políticos pertencentes ao partido do governo ou aos partidos que são aliados do governo. Mais ainda, a base deve estar alinhada com as decisões do governo a fim de fortalecê-lo, sendo que este é responsável por conduzi-la. Ao definir o substantivo “base” a partir dos adjetivos

⁴⁶ Até o final do desenvolvimento desta dissertação, não haviam sido apresentadas provas que indicassem o envolvimento ou conhecimento da Presidente Dilma Rousseff acerca dos desvios de recurso na empresa estatal Petrobrás.

“desarticulada” e “rebelde”, o enunciador *Carta Capital* cria o efeito de sentido segundo o qual Dilma Rousseff enfrenta problemas de relacionamento com sua base, com aqueles que deveriam segui-la e ajudá-la. Além disso, a presidente não apenas estaria tendo problemas de articulação com sua “base”, como esta estaria recusando-se a seguir suas orientações. Por fim, no último período do excerto, o enunciador *Carta Capital* materializa um discurso segundo o qual existe em circulação uma imagem de que Dilma está isolada e ainda de que a referida presidente toma “decisões sozinha”. Como consequência desse isolamento, o referido enunciador indica as “inúmeras e repetidas derrotas no Congresso”. Assim, de acordo com o excerto, é possível verificarmos a existência de um discurso que aponta para uma ligação direta entre a relação de um governo com seus liderados e o êxito de suas ações, estando tal discurso em acordo com o princípio da responsabilidade analítica.

Os excertos 19 a 21 mostram como aspectos do poder pastoral são retomados na contemporaneidade. O mesmo ocorre com os discursos que surgiram a partir do século XVI sobre o problema de como conduzir, gerenciar o Estado, que fundamentam, posteriormente, a razão de Estado. De Maquiavel à literatura de oposição a ele, diferentes conselhos foram dados aos príncipes. Maquiavel defendia uma efetividade das coisas, uma atitude racional por parte do príncipe, a fim de assegurar a manutenção do Estado. Segundo esse autor, o príncipe precisa ter coragem e inteligência, seguir os bons modelos da história e afastar-se dos ruins, cifrar suas paixões, seus ímpetos, e dissimular seus comportamentos para mostrar-se como um homem de virtudes, mesmo que não as tivesse de fato, pois, caso não se mostrasse assim, o príncipe correria o risco de perder seu principado. Em oposição ao *Príncipe*, de Maquiavel, citamos o texto *El Herói*, de Gracian, o qual defendia que mesmo que a efetividade das coisas seja essencial, não se pode abrir mão das virtudes. Nesse texto, o herói é apresentado como um varão máximo, sagaz, político, belicoso e cortesão, o qual deve ser *discreto*⁴⁷, sendo senhor de si e dos seus afetos, agindo com prudência e excelência, pois, ainda que não corresponda à perfeição máxima, que implicaria o senhorio de si, deveria, com efeito, construir, meticulosamente uma aparência dessa perfeição, opondo-se sempre ao *vulgar*⁴⁸, que surge aos seus olhos como

⁴⁷ “Nas práticas de representação desse tempo [séculos XVI e XVII], a discrição classificava e especificava a distinção e a superioridade sociais de ações e palavras, aparecendo a figura do *discreto*, um tipo ou uma personagem do processo de interlocução das representações. Etimologicamente, o substantivo *discreto*, como em ‘o *discreto*’, vem do particípio passado do verbo ‘*discernir*’. O termo significa a qualidade intelectual do Juízo capaz de penetrar no mais intrincado dos assuntos, como perspicuidade ou perspicácia, para distinguir o verdadeiro do falso e estabelecer o meio-termo justo que é próprio da prudência. A discrição relacionava-se intimamente ao talento intelectual da invenção, o engenho, o *engenho*, definido nesse tempo como um talento natural onde convergem retórica e dialética, ou seja, capacidade lógico-analítica da avaliação dos assuntos, como *juízo* dialético, que se acompanha de formas sintéticas ou agudas de expressão” (HANSEN, 2006, p. 135, nota de rodapé nº 7).

⁴⁸ De acordo com Santos (2011, p. 1526), o termo *vulgar* diz respeito à qualidade de néscio, de ignorante e impertinente, que permanece apenas na superfície das coisas; assim, o termo *vulgar* opõe-se ao termo *discreto* e

desqualificado, descomedido e ridículo, sendo esse último, portanto, aquele a quem se fecham as portas da cortesia. Por último, a razão de Estado, a qual visava o fortalecimento do próprio Estado em primeiro lugar, buscando, para tanto, os conhecimentos e atitudes necessárias para a sua conservação, como a necessidade de conhecer as necessidades da população para garantir o seu bem estar, evitando, assim, a existência de revoltas e uma gestão eficiente dos governados, que deveria levar em conta os aspectos econômicos e a opinião pública, a fim de assegurar a obediência daqueles que estão sob governo.

O modelo atual de governamentalidade não traz mais a manutenção do Estado, no sentido maquiavélico, como seu fim; longe disso, o objetivo do governo não deve ser a sua soberania, mas sim a população e o seu bem estar, embora ainda existe a necessidade de proteção do Estado enquanto território, como na razão de Estado. Todavia, a racionalidade introduzida por Maquiavel, a necessidade de pensar a política no mundo real e não mais a partir das relações divinas, ainda permanece viva; além disso, na sociedade contemporânea, a sociedade do espetáculo⁴⁹, que, de acordo com Debord (1967), prefere a imagem à coisa ou ao ser e a representação à realidade, atualiza, de certa forma, a noção de dissimulação defendida por Maquiavel, de forma que o homem público precisa parecer ser virtuoso, precisa saber controlar os seus impulsos etc. Por outro lado, essa sociedade reconfigura para o homem público e, sobretudo, para o político/governante as necessidades de prudência, coragem e engenho, defendidas por Gracian. O governante precisa ter controle de si, mostrar prudência no seu comportamento e apresentar-se virtuoso; precisa, ainda, ter coragem e sabedoria, para atuar e gerir a coisa pública.

Ser virtuoso ou, pelo menos, parecer ser virtuoso, aparece como uma das principais características necessárias para que alguém seja considerado como um bom governante, como é possível verificar no excerto abaixo.

22. O Partido dos Trabalhadores começou nesta quarta-feira uma ofensiva para defender sua imagem, gravemente afetada pelas denúncias de corrupção que alcançaram o tesoureiro do partido no início deste mês durante as investigações da Operação Lava Jato. As medidas têm o objetivo de tentar minimizar o impacto das denúncias de corrupção na imagem do PT porque o partido julga que está sendo injustamente "criminalizado". Segundo uma pesquisa Datafolha divulgada no último sábado, o número de entrevistados

diz-se do indivíduo incapaz de dominar suas paixões e de encobrir tal limitação. Dessa forma, ele acabasendo, vergonhosamente, arrastado por elas, restando-lhe apenas o riso fácil e satírico e o mais manifesto desprezo.

⁴⁹De acordo com Debord, "O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como um *instrumento de unificação*. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato de esse setor estar *separado*, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão somente a linguagem oficial da separação generalizada" (DEBORD, 1967, p. 14).

que consideravam o governo de Rousseff bom ou ótimo despencou de 42% para 23%, entre dezembro e o início deste mês. Os que achavam sua gestão ruim ou péssima passaram de 23% para 44% (*El País*, seção Brasil, 11/02/2015, grifos nossos).

No excerto vinte e dois, ao usar o substantivo “ofensiva” para nomear as ações do PT em defesa de sua imagem, o enunciador *El País* cria o efeito de sentido segundo o qual tais ações serão tomadas em forma de um ataque já que esse é uma das paráfrases possíveis para o termo “ofensiva”. Nesse sentido, as ações do PT assumem um efeito marcadamente negativo, uma vez que já circula na sociedade um discurso segundo o qual quem ataca age de forma hostil, intensa e agressiva. Além disso, tem-se o pré-construído segundo o qual a imagem do referido partido está em perigo, uma vez que é necessária “ofensiva” para defendê-la. No período seguinte, a expressão referencial “o impacto das denúncias de corrupção na imagem do PT” também funciona como um pré-construído, pois, para o enunciador, não há dúvidas de que houve um impacto para a imagem do referido partido. A determinação do nome “impacto” pela expressão nominal “das denúncias” confere ao primeiro uma carga semântica negativa, uma vez que o substantivo “denúncia” indica uma acusação acerca de uma falta alheia, apontando, assim, para discursos segundo os quais algo de errado foi feito. Outrossim, os dois últimos períodos designam o que foi anteriormente chamado de “o impacto das denúncias de corrupção na imagem do PT”. Tais períodos fazem menção à queda da aprovação e ao aumento da reprovação do governo Dilma Rousseff. Assim, é possível afirmar que a expressão nominal “Governo Dilma Rousseff”, reativa o nome PT, funcionando como uma anáfora associativa⁵⁰. A partir de tal estratégia de construção textual, é possível afirmar que o modo como é discursivizada a relação entre o sujeito político Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores mostra que ambos são considerados como um mesmo lugar discursivo. Do mesmo modo, a partir de igual relação entre Dilma/PT, a queda da aprovação e o aumento da reprovação do referido governo são apresentados como diretamente associados às denúncias de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores na Operação *Lava Jato*. Assim, é possível afirmarmos que a queda na aprovação do governo Dilma Rousseff está associada à construção de uma imagem negativa do referido governo, pois, ao associar a imagem da presidente às denúncias

⁵⁰ De acordo com Apothéloz (2003), anáforas associativas são sintagmas nominais definidos que, por um lado, apresentam certa dependência interpretativa em relação a um referente anteriormente introduzido/designado, observando, entretanto, que, em alguns casos, esse referente pode ser introduzido *a posteriore*; e, por outro lado, apresentam a ausência de correferência em relação à expressão que introduziram/designaram anteriormente ou posteriormente, conforme o caso.

de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores, o enunciador *El País* fragiliza a imagem de virtuosidade que um governante deve possuir.

Além da necessidade ser/parecer ser virtuoso, vemos reatualizados nos discursos contemporâneos também a necessidade de saber considerar a opinião pública, a opinião daqueles que estão sob seu governo, sob pena de por em risco sua governança caso assim não o faça, conforme preconizava a razão de Estado. Vejamos como isso se materializa no excerto 23:

23. Mais isolada, presidenta vive seu pior momento com dois meses de segundo mandato

A ilustração reflete razoavelmente bem a atual situação política da presidenta: isolada, só, protegida em sua residência de Brasília e a cada dia com menos apoios com os quais contar. [...] No Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual ela pertence, ouvem-se vozes críticas diariamente. O senador Walter Pinheiro, personagem histórico do partido, condenou o Governo por não saber reconhecer os erros e escutar a sociedade (*El País*, seção Brasil, 16/03/2015).

O título da reportagem apresenta um pré-construído, materializado na/pela expressão “mais isolada”. Tal pré-construído remete a uma memória segundo a qual a presidente já esteve isolada em outro(s) momento(s), mas este isolamento foi intensificado. A expressão referencial definida⁵¹ “seu pior momento com dois meses de segundo mandato” indica que essa intensificação do isolamento ocorreu em um período determinado: os dois primeiros meses do segundo mandato de Dilma Rousseff, e que isso refletiu negativamente para a imagem da referida presidente. Também é possível afirmar que a expressão nominal definida “seu pior momento” funciona como uma rotulação prospectiva⁵² da seguinte enumeração: “isolada, só, protegida em sua residência de Brasília e a cada dia com menos apoios com os quais contar”. Nesse sentido, são esses itens enumerados que determinam o pior momento vivido pelo governo Dilma Rousseff desde a sua primeira eleição. Além disso, a expressão “protegida em sua residência”, indica, a partir do adjetivo “protegida”, uma falta de coragem da presidente, uma vez que só há necessidade de se proteger em casa, quando se tem medo que algo aconteça. No período seguinte, “e a cada dia com menos apoios com os quais contar”, verificamos um efeito de sentido que indica a continuidade e intensificação desse suposto isolamento, que estaria

⁵¹ Segundo Cavalcante (2013, p. 98), expressões referenciais são expressões linguísticas que tem por fim específico a construção de referentes (objetos do discurso).

⁵² De acordo com Francis (2003), o rótulo é “um elemento nominal inerentemente não específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado [...]. Os rótulos podem funcionar tanto cataforicamente (para frente), quanto anaforicamente (para trás). Quando o rótulo preceder sua lexicalização, será chamado de rótulo prospectivo; quando seguir sua lexicalização, será chamado de rótulo retrospectivo (MILNER, 2003, p. 192, grifos do autor).

ocorrendo dentro do próprio partido da qual a presidente faz parte (o PT), criando-se o efeito de sentido segundo o qual até mesmo aqueles que deveriam estar ao lado da presidente, estão insatisfeitos com a sua forma de governar. No último período do excerto, é apresentado uma das razões para esse isolamento: “não saber reconhecer os erros e escutar a sociedade”. Esse período, além do efeito de sentido segundo o qual o governante Dilma Rousseff é um governo intransigente, que se isola deliberadamente, agindo sozinho, uma vez que “não escuta a sociedade”, traz o pré-construído segundo o qual o referido governo comete erros e aponta para a falta de um exame de consciência e reconhecimento das faltas, que são atitudes necessárias a um bom governante e foram retomadas do modelo pastoral da confissão dos pecados. A partir do discurso materializado no referido excerto, verificamos, mais uma vez, uma fragilização da imagem de virtuosidade do governo, dessa vez, no que diz respeito à coragem e à engenhosidade, uma vez que presidente prefere permanecer “protegida em sua residência”, demonstrando falta de coragem, virtude capital para um governante, e, ainda, falta de inteligência/engenhosidade repetida vezes, pois comete erros e deixa-os transparecer, não sabendosequer dissimular uma virtuosidade; não têm astúcia para mostrar humildade reconhecendo seus erros a fim de dar certa carga positiva a uma situação aparentemente negativa e, ainda, não consegue mostrar-se preocupada com os anseios do povo, não demonstrando inteligência política e astúcia para fazer-se amado; além disso, apresenta uma falta grave na condução de seu governo, que trata-se de não “escutar a sociedade”, condição necessária, segundo a razão de Estado, para que se evite qualquer possibilidade de revolta entre os governados.

A seguir, apresentamos um excerto que aponta para as consequências de um governo não mostrar-se virtuoso:

24. Posição de evidência dentro do PT, percepção popular de que a presidenta governa sozinha e erros cometidos pela própria Dilma explicam por que ela virou alvo central dos protestos. Para especialistas ouvidos pela DW Brasil, um dos motivos centrais é o descontentamento de boa parte dos brasileiros com o PT, que há mais de 12 anos governa o país. Além do desgaste natural de quem está há tanto tempo no poder, o partido se viu envolvido em escândalos de corrupção, como o mensalão, e é apontado como um dos principais beneficiados pelo esquema de desvio de dinheiro na Petrobras (*Carta Capital*, seção Política, 25/03/2015).

O primeiro período do excerto indica as razões para Dilma Rousseff ter se tornado o alvo central dos protestos que aconteceram no Brasil no início do ano de 2015: “Posição de evidência dentro do PT, percepção popular de que a presidenta governa sozinha e erros

cometidos pela própria Dilma explicam por que ela virou alvo central dos protestos”. Essas razões, apontam, como no excerto anterior, para um suposto isolamento da presidente e para a sua incorrência em erros, demonstrando, novamente, a dificuldade da presidente em apresentar-se como uma governante virtuosa. Além disso, entre as razões para o descontentamento popular com a presidente Dilma, este excerto traz um elemento novo: sua “Posição de evidência dentro do PT”. As razões para a posição que Dilma ocupa dentro do PT ser um motivo para a desaprovação popular de seu governo são explicitadas no segundo período do excerto, no qual apresenta a afirmação de que há um descontentamento da população com o referido partido, motivado pelo envolvimento do referido partido em diversos escândalos de corrupção, conforme apresentado no último período do excerto. Assim, ao indicar que Dilma ocupa uma posição de evidência dentro do PT e o que o referido partido se envolveu em casos de corrupção, automaticamente, filia-se a imagem da presidente à imagem de corrupto que cerca o seu partido, logo, a presidente não inspira confiança. Dessa forma, mais uma vez há uma apresentação de uma imagem de uma presidente que tem dificuldade em manter uma imagem virtuosa perante aqueles a quem governa e, como já defendido no século XVI, se o governante não mostra-se virtuoso, o povo não fica satisfeito com o seu governo. Em síntese, os excertos 22 a 24 mostram como aspectos da racionalidade presente na razão de Estado e nas artes de governar apresentadas nos Espelhos de príncipe são retomados a partir da caracterização das dificuldades enfrentadas por um governo que não consegue mostrar-se virtuoso, pois não apresenta características básicas como coragem, engenho e confiança e que não consegue garantir uma boa governança a partir de princípios simples, como ouvir os governados.

Assim como no capítulo anterior, os excertos ora analisados indicaram que há um desgoverno da presidente Dilma Rousseff e que os discursos sobre esse desgoverno são atravessados por discursos anteriores a eles que se constituíram em termos governo e governamentalidade. A partir da espetacularização desse discurso sobre o desgoverno da presidente Dilma Rousseff, constrói-se, socialmente, uma imagem negativa desta enquanto governante. Todavia, essa imagem de “mau governante” é construída em oposição a uma imagem positiva, a imagem de um “bom governante”. Mas, afinal, qual é essa imagem de bom governante que circula na atualidade? Além do mais, se existe uma imagem de bom governante e um governo não consegue segui-la, quais as consequências disso para a continuidade de seu governo? São estas as questões que tentaremos responder no próximo capítulo.

4 O BOM E O MAU GOVERNO NA ATUALIDADE E AS CONSEQUÊNCIAS DE UM DESGOVERNO

Conforme discutido nos capítulos anteriores, os discursos acerca do bom governante vão se (re)configurando com o passar do tempo. Os discursos que circulavam a partir do poder pastoral, das artes de governar e da razão de Estado ainda possuem marcas nos discursos que circulam atualmente na sociedade. Todavia, após esses momentos de produção discursiva, os conceitos de governo e de governamentalidade não permaneceram estáticos, pois passaram por reconfigurações, muitas das quais ainda hoje podem ser percebidas. Por isso, faz-se necessário, ampliarmos a discussão acerca dos deslocamentos e reestruturações pelas quais passaram os conceitos supracitados a fim de que consigamos compreender qual a imagem de bom governante que circula na sociedade atual.

Como já visto, foi a partir do Cristianismo que se pode observar o esboço geral do que Foucault (1978a) chamou de governamentalidade, a qual se constituiu como tal após uma série de reconfigurações de dois modelos governamentais, a saber, a razão de Estado e o Liberalismo. Nesta perspectiva, Foucault define governamentalidade como:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por "governamentalidade" entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco "governamentalizado" (FOUCAULT, 1978a, p. 143-144).

Segundo Foucault (1978a) foi esse processo de governamentalização que permitiu a sobrevivência do Estado. Por isso, é graças a essa governamentalidade, que lhe é, ao mesmo tempo, interior e exterior, que o Estado existe. Interior e exterior porque são táticas de governo que permitem a cada instante a definição do que deve e do que não deve ser do âmbito do Estado, do que deve ser público e do que deve ser privado.

Conforme já discutido, Foucault assevera que a primeira grande forma de governamentalidade foi a razão de Estado, a qual apresentou a primeira forma de racionalidade

de Estado e permitiu a elaboração de diferentes formas de governo que possibilitassem a eficiência e a manutenção do Estado. Ainda de acordo com o autor, após a razão de Estado (a partir da combinação das estruturas desta com a governamentalidade pastoral), o Estado moderno apresentou dois novos modelos de governamentalidade, sobre os quais discutiremos a partir de agora a fim de verificarmos como os discursos acerca do bom governante, que se (re)configuram com o passar do tempo, estão em circulação na contemporaneidade.

4.1 PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE GOVERNAMENTALIDADE: LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO

A partir da metade do século XVIII a economia política surge como uma limitação da razão de Estado, dando lugar a uma nova racionalidade que representava uma forma de reflexão acerca da organização e da distribuição dos poderes em uma sociedade, pautada no princípio da limitação das artes de governar. Essa nova governamentalidade é, segundo Foucault (1978a), introduzida pelos economistas e recebe o nome de Liberalismo, o qual irá sofrer um processo de alteração e intensificação até dar lugar ao neoliberalismo, no começo do século XX.

As mudanças na ideia de um governo máximo, cujo fim último era conservação do Estado, tiveram início por volta de meados do século XVIII, período em que houve uma importante alteração das formas de governamentalidade, que consistiu na emergência de um conceito limitador da razão governamental, a economia política, surgida no contexto do mercantilismo. A partir de então, o governo do Estado não era mais ilimitado, pois foi introduzido um novo princípio: o do equilíbrio entre o máximo e o mínimo da arte de governar (FOUCAULT, 1978b, p. 24). O problema a ser posto a partir de então era se o governo está agindo de acordo com as necessidades inerentes à própria ação de governar. Esse modelo de governamentalidade, chamado liberalismo, que almeja a construção de um “governo econômico”, emergiu como “a razão do governo mínimo como princípio da organização da própria razão de Estado” (FOUCAULT, 1978b, p. 40), colocando-se, assim, em oposição ao Estado de Polícia, o que não significa, todavia, que os mecanismos da razão de Estado, como a polícia e o dispositivo diplomático-militar, deixaram de existir, eles foram apenas reconfigurados.

O Estado de polícia começou a se enfraquecer e a desarticular-se a partir da crise causada pela escassez de alimentos que começou no início do século XVIII, devido a uma série de problemas econômicos, ligados, em particular, a forma de circulação de cereais. Foucault explica que “os limites implícitos do sistema de polícia, limites que haviam sido estabelecidos

pelo privilégio urbano, esses limites estouram e desembocam no problema do campo, da agricultura” (FOUCAULT, 1978a, p. 461). Novas formas de problemas da população começam a aparecer como uma realidade específica (no que diz respeito as leis de transformação e deslocamento e aos processos naturais de riqueza) e, ao mesmo tempo, como uma realidade relativa (aos salários, às possibilidades de trabalho, aos preços, etc.). Assim, o liberalismo⁵³ surge como uma atitude crítica frente à razão de Estado, pois ao contrário desta, a qual tinha os princípios externos de limitação de sua soberania pautados nos elementos jurídicos do direito, na razão governamental liberal, a crítica e a limitação acontecem por meio de mecanismos internos. Dessa forma, o liberalismo rompe com o modelo teológico da Idade Média, propondo o estabelecimento de princípios racionais e de cálculos, introduzindo, por meio dos economistas, uma nova forma de governamentalidade, pautada não mais na razão de Estado e em seus dispositivos de polícia e diplomático militar, mas sim na economia e nas práticas de mercado. Todavia, cabe ressaltar que a “razão econômica está, não substituindo a razão de Estado, mas dando um novo conteúdo à ela e dando, por conseguinte, novas formas de racionalidade de Estado” (FOUCAULT, 1978a, p. 468).

Entre os fatores que tornam possível essa operacionalização do liberalismo, enquanto um empreendimento crítico da racionalidade, está a emergência da economia política, no século XVIII, e o surgimento do *homo economicus*⁵⁴ e da *sociedade civil*⁵⁵, consolidados nos séculos XIX e XX. Na perspectiva liberal, um governante só pode realizar um bom governo - isto é, um

⁵³ De acordo com Senellart (2008), “A palavra liberalismo se justifica pelo papel que a liberdade desempenha na arte liberal de governar: liberdade garantida, sem dúvida, mas também produzida por essa arte, que para alcançar seus fins necessita suscitar-la, mantê-la e enquadrá-la permanentemente. Assim, o liberalismo pode ser definido como o cálculo do risco - o livre jogo dos interesses individuais - compatível com o interesse de cada um e de todos. É por isso que a incitação a ‘viver perigosamente’ implica o estabelecimento de múltiplos mecanismos de segurança. Liberdade e segurança: os procedimentos de controle e as formas de intervenção estatal requeridas por essa dupla exigência e que constituem o paradoxo do liberalismo e que estão na origem das ‘crises de governamentalidade’ que ele vem conhecendo há dois séculos” (SENELLART, 2008, p. 525).

⁵⁴ O *homo economicus* é, segundo Foucault (1978b, p. 369), “aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros”. Esse *homo economicus* deve ser visto como um sujeito livre, um sujeito de interesse, que fará suas escolhas de acordo com os seus interesses.

⁵⁵ De acordo com Foucault, “a sociedade civil é [...] um conceito de tecnologia governamental, ou antes, o correlativo de uma tecnologia de governo cuja medida racional deve indexar-se juridicamente a uma econômica entendida como processo de produção e de troca. A economia jurídica de uma governamentalidade indexada a economia econômica: é esse o problema da sociedade civil e creio que a sociedade civil, aquilo que aliás logo se chamara de sociedade, o que se chamara no fim do século XVIII de nação, aliás, tudo isso é que vai possibilitar a uma prática governamental e a uma arte de governar, a uma reflexão sobre essa arte de governar, logo a uma tecnologia governamental, uma autolimitação que não infringe nem as leis da economia nem os princípios do direito, que não infringe tampouco nem sua exigência de generalidade governamental nem a necessidade de uma onipresença do governo. Um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil, que administrará a nação, que administrará a sociedade, que administrará o social” (FOUCAULT, 1978b, p. 402-403).

governo eficiente e próspero, capaz de proporcionar a cada um dos indivíduos que governa o máximo de bem estar - se houver uma troca constante entre os diversos campos especializados da ciência e do saber, como a política e a economia. Esses dois elementos, a sociedade civil e o *homo economicus* são indispensáveis à crítica liberal da racionalidade política. Essa sociedade civil é capaz de autoproduzir suas próprias condições de ordem e de prosperidade. Conforme Senellart:

[...] a sociedade representa o princípio em nome do qual o governo liberal tende a se auto limitar. Ela o obriga a se indagar sem cessar se ele não governa demais e, desse ponto de vista, desempenha um papel crítico em relação a todo excesso de governo. Mas também constitui o alvo de uma intervenção governamental permanente, não para restringir no plano prático, as liberdades formalmente concedidas, mas para produzir, multiplicar e garantir essas liberdades de que o sistema liberal necessita. Assim, a sociedade representa ao mesmo tempo o “conjunto das condições do governo mínimo liberal” e a “superfície de transferência da atividade governamental”(SENELLART, 2008, p. 525).

Nessa perspectiva, Foucault (1978b) afirma que, nesse modelo de governamentalidade, só se pode governar bem se a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados, pois a liberdade é vista como direito dos indivíduos, oposto ao poder e aos abusos dos soberanos ou dos governos. Dessa forma, não respeitar a liberdade é exercer abuso de direitos em relação às leis e, principalmente, é não saber governar. Por isso, a intervenção estatal deve ser limitada, pois o governo deve gerir e não regulamentar. O objetivo essencial dessa “gestão”, segundo Foucault, é garantir a segurança dos fenômenos naturais, que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população, sendo necessário, para tanto, enquadrá-los de tal modo que eles não se desviem ou sejam levados a se desviarem de seus percursos. Sendo assim, do lado da produção de liberdades, está também a criação de mecanismos adequados para controlar essas liberdades.

Por isso, essa nova arte de governar deve se encarregar da produção e da gestão da liberdade levando em conta a “segurança”⁵⁶, que é a responsável por regular os jogos entre os

⁵⁶ De acordo com Foucault, a “regulamentação do território e dos súditos que ainda caracterizava a polícia do século XVII, tudo isso deve ser evidentemente questionado, e vamos ter agora um sistema de certo modo duplo. De um lado, vamos ter toda uma série de mecanismos que são do domínio da economia, que são do domínio da gestão da população e que terão justamente por função fazer crescer as forças do Estado e, de outro lado, certo aparelho ou certo número de instrumentos que vão garantir que a desordem, as irregularidades, os ilegalismos, as delinquências sejam impedidas ou reprimidas. Ou seja, o que era o objeto da polícia, no sentido clássico do termo, no sentido dos séculos XVII-XVIII - fazer a força do Estado crescer respeitando a ordem geral -, esse projeto unitário vai se desarticular, ou antes, vai tomar corpo agora em instituições ou em mecanismos diferentes. De um lado, teremos os grandes mecanismos de incentivo-regulação dos fenômenos: vai ser a economia, vai ser a gestão

interesses individuais e coletivos. “Liberdade e segurança – é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo” (FOUCAULT, 1978b, p. 89). Os dispositivos de segurança, a exemplo do *panóptico*, servem como paradigma dessa arte de governar moderna, uma vez que têm por objetivo o controle da conduta das pessoas no âmbito de determinadas instituições disciplinares. Conforme Foucault (1978b), o *panóptico* é a própria forma do governo liberal, pois este deve funcionar como aquele, dando espaço para existência e para o funcionamento dos comportamentos individuais e de produção econômica e, ao mesmo, tempo, mantendo um olhar vigilante sobre todos, a fim de estar pronto para intervir quando perceber que as ações realizadas não estão sendo convenientes. Essa forma *panóptica* de controle não serve apenas como um contrapeso essencial à liberdade, mas como um princípio motor, e ao mesmo tempo, agente produtor de liberdade. É nesse contexto que, segundo Foucault (1978a), se desenvolveu o “biopoder”, constituído de diversas técnicas de poder (como a condução do poder pastoral, a ação disciplinar sobre os corpos e a racionalização das estratégias políticas da razão de Estado), e cujo objetivo era o controle da população, ou, nas palavras de Foucault, o controle da “espécie humana”. Esse biopoder, em síntese, seria o poder sobre a vida e estaria relacionado a uma articulação da vigilância *panóptica* e uma *sansão* normalizadora, se ocupando dos processos de natalidade, mortalidade, saúde, higiene etc.

Porém, o liberalismo, como toda forma de poder, também enfrentou movimentos de resistência. Entre os séculos XVIII e XX, por muitas vezes, o liberalismo se viu internamente, isto é, dentro do seu próprio sistema de funcionamento, questionado pelo custo das liberdades e pelo custo dos mecanismos de controle compensatórios dessas liberdades, o que levou a uma espécie de crise interna, por meio de reavaliações e novos projetos na arte de governar formulados na Alemanha e nos Estados Unidos, antes e após a Segunda Guerra Mundial, dando origem a um novo modelo de governo, o *neoliberalismo*, que surge não como uma rejeição aos métodos liberais, mas como uma reconfiguração destes. É, por um lado, uma reativação das velhas formas de economia liberal com o objetivo de tentar sanar os diferentes problemas surgidos no século XX, todavia, não se trata apenas disso, pois como alerta Foucault:

da população, etc. De outro, teremos, com funções simplesmente negativas, a instituição da polícia no sentido moderno do termo, que será simplesmente o instrumento pelo qual se impedirá que certo número de desordens se produza. Crescimento dentro da ordem, e todas as funções positivas vão ser asseguradas por toda uma série de instituições, de aparelhos, de mecanismos, etc., e a eliminação da desordem - será essa a função da polícia. Comisso a noção de polícia se altera inteiramente, se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo que conhecemos” (FOUCAULT, 1978a, p. 475-476)

Trata-se na verdade de uma nova programação da governamentalidade liberal. Uma reorganização interna que, mais uma vez, não pergunta ao Estado que liberdade você vai dar a economia, mas pergunta a economia: como a sua liberdade vai poder ter uma função e um papel de estatização, no sentido de que isso permitira fundar efetivamente a legitimidade de um Estado? (FOUCAULT, 1978b, p. 127).

O neoliberalismo, enquanto modelo de governo, foi fundamental para limitar quaisquer excessos de intervencionismo e regulação estatais sobre a sociedade e sobre a vida dos indivíduos. Este modelo de governo procurou limitar constantemente os excessos do governo, apresentando o conceito de Estado como seu mecanismo de resistência, defendendo que, quanto maior for a intensificação dos procedimentos governamentais, maior será a incompatibilidade com o desenvolvimento dos processos econômicos, uma vez que a governamentalidade estatal ignoraria o funcionamento do mercado, que regula preços por meio de seus "mecanismos naturais". Ademais, muito além de propor a necessidade de deixar que o mercado se ordene naturalmente, propõe que os governos sigam regras institucionais e do direito, instaurando uma ordem social regrada economicamente pelo mercado, levando a uma valorização da "empresa" como principal agente econômico e fazendo emergir, ainda de acordo com Foucault (2008), uma nova arte de governar que atenderia ao "capital humano", proporcionando certo nível de emprego, saúde e renda para a população, como princípios necessários ao funcionamento do Estado, e, produzindo também indivíduos aptos a desempenharem o papel de "empreendedores de si mesmos". De acordo com Hamann (2012):

[...] o objetivo central da governamentalidade neoliberal é a produção estratégica de condições sociais que conduzam à constituição do *homo economicus*, uma forma específica de subjetividade com raízes históricas no liberalismo clássico. Contudo, enquanto o liberalismo situa o "homem econômico" como um "homem de troca", o neoliberalismo se esforça em assegurar que os indivíduos são obrigados a assumir valores baseados no mercado em todos os seus julgamentos e práticas para reunir quantidade suficiente de "capital humano" e assim tornarem-se "empreendedores de si". O *homo economicus* neoliberal é um "átomo" de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses. Aqueles que fracassarem em prosperar sob tais condições sociais não podem culpar ninguém nem coisa alguma além de si mesmos (HAMANN, 2012, p. 101).

Hamann (2012) também chama a atenção para a confusão entre as distinções tradicionais entre público e privado, político e pessoal, que, segundo ele, no neoliberalismo estariam turvadas, invertidas ou mesmo deixariam de existir. Há um aumento da exposição dos

domínios privados e pessoais, que se dá não apenas pela vigilância governamental (como a polícia) e corporativa (como as empresas de telecomunicações), mas também por meio de formas mais sutis, porém muito significativas, pelas quais atividades que eram realizadas tipicamente em espaços públicos estão sendo realizadas, cada vez mais, nos espaços privados, como ocorre com o tele trabalho, o telemarketing, as compras *online*, os *reality shows*, as redes sociais, os *blogs* confessionais.

Foucault (1978b) analisou o ordoliberalismo⁵⁷ da Alemanha Ocidental, surgido entre os anos 1942 e 1962, o qual se constituiu como uma crítica ao poder nazista; e estudou também o liberalismo americano da Escola de Chicago, desenvolvido posteriormente, como reação ao “Estado de bem-estar do New Deal⁵⁸”, que foi considerado pelos liberais, excessivamente amplo, e sua interferência nos mecanismos de mercado. Desde o início, essas duas escolas eram formas de “razão crítica governamental” ou de racionalidade política que defendiam o governo auto limitante em relação às suas atividades primárias de sustentação econômica. Foucault (1978b) mostra, ainda, que o liberalismo da Escola de Chicago enfatizou o modelo neoliberal americano, que se distinguiu do modelo alemão pela sua expansão, a partir do campo social e do empreendimento liberal. Isso porque o modelo americano acreditava que era obrigação do governo fomentar a competição por meio da instalação de mecanismos de mercado que limitassem e condicionassem as ações individuais, institucionais e populacionais. Dessa forma, por meio da relação custo-benefício da economia máxima, os liberais americanos buscavam reduzir o poder do Estado ao máximo; mas, reconheciam que a viabilidade do mercado só pode ser mantida caso haja um suporte ativo governamental e legal. Defendiam, ainda, que a competição entre os indivíduos necessitava de mecanismos sociais para se manter. Mecanismos esses que permitissem sua codificação, avaliação e ordenação a partir de valores de mercado.

Em síntese, no modelo neoliberal de governamentalidade, a economia deixa de ser vista como uma análise dos processos, passando a ser vista como uma análise da programação estratégica da atividade dos indivíduos. Ademais, o *homo economicus* deixa de ser visto

⁵⁷ O ordo liberalismo alemão, que se dá de forma mais acentuada entre os anos de 1948 e 1960, de acordo com Klein (2012, p. 105), “previa uma espécie de fusão entre o socialismo alemão do oeste e o liberalismo, que programou o chamado ‘Milagre Econômico Alemão’ na década de 1960. Essa teoria prevê que o mercado deve ser controlado, e não ser livre totalmente como previsto pelo liberalismo clássico, mas sim, o Estado deveria ser o seu provedor de forma a garantir a concorrência e a estabilidade monetária”.

⁵⁸ O New Deal, cuja tradução literal em português seria “novo acordo” foi o nome dado a uma série de programas que foram implementados nos Estados Unidos, entre os anos de 1933 e 1937, como tentativa de minimizar o desequilíbrio econômico e mundial, ocasionado pela crise de 1929, que levou à queda da bolsa de valores de Nova Iorque. Esse “novo acordo” consistiu em uma série de investimentos em obras públicas, em medidas para equilibrar o sistema financeiro, em ações para regular a produção agrícola etc.

como “o homem de troca” - o qual estruturava seu comportamento e modo de ser em razão de suas necessidades, levando-o, ainda segundo Foucault (1978b), a engajar-se em um processo utilitário de troca - e passa a ser definido a partir de então como “um sujeito que deve ser produzido por meio de uma forma de conhecimento e de relações de poder que buscam encorajar e reforçar práticas individuais de subjetivação” (HAMANN, 2012, p. 107). Trata-se de uma espécie de “empreendedor de si”, sendo ele mesmo o seu próprio capitale a origem de seus próprios ganhos, e, portanto, o responsável pela sua própria satisfação.

Assim, é possível afirmarmos que, enquanto no Liberalismo a figura do bom governante aparecia como aquele capaz de demonstrar eficiência na administração do estado, garantindo a liberdade econômica e, ao mesmo, tempo proporcionando a cada indivíduo o máximo de bem estar e segurança, no Neoliberalismo, o bom governo é aquele que cria condições para que o *homo economicus* possa, ele mesmo, garantir o seu bem estar, devendo o governo, assegurar as condições mínimas necessárias para o funcionamento do Estado, como saúde, emprego e renda para a população, bem como garantir a viabilidade do mercado, dando-lhe suporte ativo governamental e legal, sem, contudo, interferir na independência dos processos econômicos.

4.2 GOVERNO E GOVERNAMENTALIDADE NA SOCIEDADE ATUAL

O Neoliberalismo não eliminou o Liberalismo - assim como não eliminou as demais formas de governamentalidade que o antecederam -, mas apenas reconfigurou suas práticas. É por esta razão que, ao analisarmos os discursos em circulação na sociedade atual sob a ótica do que seria o bom governo na perspectiva neoliberal, nos deparamos com a retomada de diversos discursos que estiveram em circulação antes da governamentalidade que se estruturou a partir do Neoliberalismo. Para verificarmos como ocorre, na prática discursiva, a emergência de uma noção de governamentalidade que se (re)configura a partir dos diferentes discursos já apresentados nesta dissertação, observamos mais alguns excertos presentes nos textos que compõem o *nossocorpus*:

25. Contração do PIB, desemprego, queda da renda, cortes orçamentários, juros nas alturas.[...] O arrocho é repudiado até mesmo pela manifestação convocada pela CUT, MST e UNE, que reuniu 40 mil pessoas debaixo de chuva na tarde paulistana do último dia 13. [...] A insatisfação popular com Dilma, seu governo e seu partido ainda não atingiu o pico. Com a deterioração da situação econômica, o desalento e a insatisfação podem se transformar em raiva (*Carta Capital*, seção Política, 31/03/2015).

Os problemas econômicos descritos no primeiro período do excerto são encapsulados a partir do substantivo “arrocho”. Tal expressão linguística indica, de modo geral, que houve um excessivo aperto e, no cenário político econômico, aponta para um crescimento econômico muito abaixo da inflação, o que diminui o poder aquisitivo da população e gera a necessidade dessa mesma população viver com menos recursos. Dessa forma, cria-se o efeito de sentido de que o Brasil está sofrendo um grande “aperto” realizado por seus governantes nas questões que dizem respeito à economia brasileira. O período seguinte mostra como a insatisfação popular cresce quando o governo não assegura a manutenção do bem estar social a partir da estabilidade de emprego e renda. Tal afirmação é reforçada, por meio do advérbio “até”, que, no texto ora analisado, indica a inclusão de entidades socialmente reconhecidas como aliadas do governo (CUT, MST e UNE) no grupo dos que estão insatisfeitos com as medidas econômicas adotadas pelo governo. Tal insatisfação é expressa por meio do verbo transitivo “repudiam”, o qual mais do que uma insatisfação, indica uma rejeição em relação a tais medidas. No período seguinte (“A insatisfação popular com Dilma, seu governo e seu partido ainda não atingiu o pico”), o enunciador retoma o discurso de que há uma insatisfação popular e indica que essa insatisfação está em uma linha crescente e poderá aumentar muito, uma vez que ainda não atingiu o seu “pico”, isto é, seu auge, seu ponto máximo de crescimento. Por fim, o último período (“Com a deterioração da situação econômica, o desalento e a insatisfação podem se transformar em raiva”) reforça a tese de existência de problemas econômicos, classificando-os, dessa vez, de forma mais enfática, a partir do substantivo feminino “deterioração”, criando, assim, o efeito de sentido segundo o qual a situação econômica do país sofreu um grande dano. Além disso, o referido período retoma o discurso sobre a contrariedade popular relacionada aos problemas econômicos do país, criando, a partir dos substantivos “desalento” e “raiva”, o efeito de sentido de que há um aumento do descontentamento com as políticas econômicas adotadas pelo governo, levando a população, primeiramente, a um estado de desânimo, e podendo leva-la, em seguida, a um estágio de descontentamento maior e mais perigoso, que é a “raiva”, uma vez que, de acordo com uma memória que já circula, uma população com raiva é capaz, inclusive, de cometer atos de violência, como os denominados “quebra-quebras” e os incêndios que aconteceram em diversas manifestações promovidas em julho de 2014 contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. Em linhas gerais, esse excerto faz referência à existência de uma insatisfação popular com o Governo Dilma Rousseff como reflexo de problemas na economia brasileira, cuja responsabilidade é atribuída à presidente.

Os discursos ora materializados retomam um dos aspectos primordiais do Neoliberalismo: atender ao "capital humano", proporcionando certo nível de emprego, saúde e

renda para a população, a fim de produzir indivíduos aptos a desempenharem o papel de "empreendedores de si mesmos" e assegurar os princípios necessários ao funcionamento do Estado. Quando o governo não é capaz de atender as necessidades desse “capital humano”, ele provoca a insatisfação de seus governados. Esse discurso “neoliberal” retoma aspectos presentes no poder pastoral, como o princípio da responsabilidade analítica, atribuindo a culpa pela situação do país e dos governados à presidência, e, em certa medida, o discurso presente na razão de Estado e reconfigurado no Liberalismo que responsabiliza o Governo pela garantia do bem estar da população. Ainda como reconfiguração de um discurso em circulação na razão de Estado, vemos retomado, ao final do excerto, o discurso segundo o qual quando o governo não é capaz de garantir o bem estar da população, esta revolta-se.

Nos próximos excertos, verificamos, mais uma vez, a emergência de discursos que apontam para a existência de uma insatisfação popular relacionada a não manutenção do bem estar social referente a questões econômicas.

26. A presidente Dilma Rousseff foi alvo de protestos na manhã desta terça-feira (3) em Campo Grande (MS), na primeira viagem oficial da petista a um município brasileiro desde que iniciou o segundo mandato, em janeiro. Não é a primeira vez que Dilma é vaiada em Campo Grande. Em 2013, ela recebeu vaias de ruralistas em protesto contra a demarcação de terras indígenas. [...] Desde sua reeleição, em outubro passado, o governo baixou medidas impopulares, como redução de benefícios trabalhistas e previdenciários, aumento de impostos e corte de gastos (*Folha de S. Paulo*, seção Poder, 03/02/2015).

27. Um Governo sob vaias

Presidenta Dilma vaiada a abertura de um evento em São Paulo. Em Brasília, coletiva do ministro cancelada depois do protesto contra ajuste fiscal. Mal refeita do painel surpresa do último domingo a presidenta Dilma Rousseff encarou mais um teste de impopularidade na manhã desta terça-feira, em São Paulo, durante a abertura do Salão Internacional de Construção (*El País*, seção Brasil, 10/03/2015, grifos nossos).

No excerto 26, o substantivo “alvo” é apresentado como predicação para “presidente Dilma Rousseff” dentro de um espaço temporal determinado por uma construção dêitica (manhã desta terça-feira); o nome “alvo” produz, por uma ação da memória sobre a atualidade, o efeito de sentido de um lugar que todos buscam atingir, o que faz do “alvo” o centro de ataques. Destacamos, também, a oração apositiva “na primeira viagem oficial da petista a um município brasileiro desde que iniciou o segundo mandato”, pois tal oração mostra que o descontentamento popular já aparece nos primeiros dias do mandato de Dilma Rousseff. A frase

negativa “não é a primeira vez que Dilma é vaiada” indica que as vaias direcionadas à presidente são recorrentes. As informações temporais, que reforçam dois momentos de manifestações populares contrários à presidente, um no início do segundo mandato e outro em 2013, quando a presidente ainda estava em seu primeiro mandato, mostram que o descontentamento popular é algo que está presente desde o primeiro mandato, o que reforça o discurso segundo o qual há uma forte e antiga rejeição da população em relação ao governo de Dilma Rousseff. No último período, são apresentadas as razões para as vaias da “terça-feira”, mas, antes mesmo de elencar os referidos motivos, o enunciador *Folha de S. Paulo* os rotula de “medidas impopulares”, o que reforça, ainda mais, o efeito de sentido de insatisfação da população em relação ao referido governo. Tais medidas são apresentadas na expressão seguinte (“redução de benefícios trabalhistas e previdenciários, aumento de impostos e corte de gastos”) e dizem respeito, todas elas, a questões de cunho econômico, questão central para que um governo seja considerado bom ou ruim dentro do modelo de governamentalidade Neoliberal, que retoma, como já vimos, outros discursos acerca da temática do bem estar econômico.

O mesmo ocorre no excerto 27, que, já na chamada do texto, (“Um governo sob vaias”), materializa um discurso segundo o qual o Governo da presidente Dilma Rousseff está constantemente sofrendo com a desaprovação da população, uma vez que as vaias funcionam como sinal de insatisfação, portanto se elas são constantes é porque a insatisfação é também uma constante no que diz respeito ao governo Dilma Rousseff. Tal efeito é reforçado pela oração “Mal refeita do painel surpresa do último domingo a presidenta Dilma Rousseff encarou mais um teste de impopularidade”, em que a expressão “mal refeita” retoma o acontecimento anterior (o painel⁵⁹) e reforça o desgaste de tal acontecimento, pois mostra que o governo (e, conseqüentemente, a presidente) ainda não conseguiu se recuperar dos efeitos do referido “painel”; já a expressão “mais um” indica a recorrência do “teste de impopularidade”, o que produz o efeito de sentido de que a presidente Dilma Rousseff está sofrendo testes de impopularidade e que estes ocorrem repetidamente.

A materialização de discursos acerca de uma suposta insatisfação popular em relação ao governo Dilma Rousseff se repete no excerto seguinte. Vejamos:

28. Apenas três meses e meio depois do segundo turno, o país assiste à mais rápida e profunda deterioração política desde o governo Collor

Segundo pesquisa Datafolha, a queda abrupta de popularidade arrasta a presidente Dilma Rousseff (PT) [...] para a vala comum da rejeição. [...] A

⁵⁹ Durante o pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff, que ocorreu no dia 8 de março de 2015, em rede nacional de televisão, diversas pessoas em todo o país foram para as janelas de suas residências bater painéis e proferir vaias como forma de protesto contra o referido governo. Tal ação se repetiu em 06 de agosto de 2015.

conjuntura sombria resulta da confluência do escândalo da Petrobras com a acentuada piora das expectativas sobre a economia (Folha de S. Paulo, seção Poder, 07/02/2015, grifos nossos).

Nesse excerto, identificamos, mais uma vez, uma série de nomeações que apontam para certo funcionamento discursivo. As expressões referenciais grifadas (“a mais rápida e profunda deterioração política desde o governo Collor”; “a queda abrupta de popularidade”; “a vala comum da rejeição”; “a conjuntura sombria”; “o escândalo da Petrobras”) materializam um discurso segundo o qual o governo Dilma Rousseff está em franco declínio e não pode mais se recuperar. Ainda nesse sentido, verificamos que nomes como “deterioração”, “queda” e “vala” estão em uma mesma rede parasfrástica⁶⁰ e indicam, por um efeito da memória sobre a atualidade, que o referido governo está no “fundo do poço”. O efeito de sentido negativo desses substantivos é ainda intensificado pelos adjetivos “rápida”, “profunda”, “abrupta” e pela expressão “comum da rejeição”; tudo isso mostra, como dito, que o governo Dilma Rousseff está em uma situação de caos e que não tem mais condições de se reerguer. Além disso, a comparação com o Governo Collor produz um efeito da memória sobre a atualidade, o que reforça a impossibilidade de reversão da situação, uma vez que o ex-presidente Fernando Collor de Melo sofreu *impeachment*. Nesse sentido, o enunciador *Folha de S. Paulo* mostra que a única solução, assim como no caso Collor, seria o *impeachment* de Dilma Rousseff. Nesse excerto, assim como no anterior, são apresentadas pistas para a queda da popularidade de Dilma, ou seja, sua rejeição, que, nesse caso, seria “uma conjuntura sombria” (que materializa, por meio da memória, o efeito de sentido de algo ruim e perigoso), que foi resultado da soma de duas ações: “o escândalo da Petrobras” e “a acentuada piora das expectativas sobre a economia”. Assim como nos excertos anteriores, o discurso ora materializado também é atravessado por discursos outros. Em primeiro lugar, destacamos a aproximação da imagem da presidente Dilma Rousseff com a imagem do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Essa aproximação não apenas indica que a situação política de Dilma Rousseff é irreversível assim como a de Collor, como retoma o discurso presente em Maquiavel no qual se defendia a necessidade de se afastar dos maus modelos de governantes da história e se aproximar apenas dos bons modelos. Ao se aproximar de um modelo de governante ruim, a presidente Dilma Rousseff, acaba, por um efeito da memória sobre a atualidade, sendo considerada uma governante ruim. Ademais, destacamos que a menção ao “escândalo da Petrobras”, além de relacionar a imagem da presidente à falta

⁶⁰A expressão “rede parasfrástica” pode ser definida como uma rede de sentidos regida pelo procedimento discursivo da repetição. A paráfrase, segundo Orlandi relaciona-se com a ideia de que “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2001, p. 36), representado, dessa forma, um retorno ao já-dito.

de virtude, como já vimos em exemplos discutidos nos capítulos anteriores, aponta para uma desvalorização econômica empresarial, ferindo, assim, um dos pilares do Neoliberalismo, segundo o qual a empresa deve ser valorizada como principal agente econômico.

No exemplo seguinte, repete-se o discurso de descontentamento com o governo como sendo o grande fomentador de manifestações, mas, dessa vez, tais manifestações partem da própria base aliada do referido governo.

29. Sindicatos e movimentos sociais promovem ato pró-democracia

Confederações de trabalhadores, sem-teto e sem-terra promovem manifestação dois dias antes de um ato que pede o impeachment da presidenta. Dois dias antes do ato que pedirá o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, lideranças sindicais promovem protestos nesta sexta-feira nas 27 capitais do país em apoio à Petrobras, a favor da democracia, e contra o chamado golpismo. Apesar de refutar a pauta dos protestos de domingo, que visam pedir o impeachment de Dilma, as centrais vão cobrar a derrubada das medidas provisórias, que estão alterando as regras de acesso ao salário desemprego e a benefícios como pensão por morte de cônjuge, e fazem parte do plano de ajuste fiscal da presidenta (El País, seção Brasil, 13/03/2015, grifos nossos).

Nesse exemplo, mais uma vez, as nomeações contribuem para materialização de diferentes efeitos de sentido. É o que ocorre, por exemplo, na nomeação “Sindicatos e movimentos sociais”, que figura no título da notícia e que depois, no corpo da notícia, é retomada pela expressão “Confederações de trabalhadores, sem-teto e sem-terra”. Essas duas expressões materializam o efeito de que há, por parte daqueles que historicamente apoiaram o PT e o governo Dilma, “cobranças” (vão cobrar) em relação às medidas provisórias do referido governo. Além disso, o enunciador materializado no excerto refere-se à ação dos “sindicatos e movimentos sociais”, chamando-a de “manifestação”, enquanto que, ao se referir à ação daqueles que pedem o impeachment, o termo usado é “ato”. Essas duas formas distintas de nomear ações, em princípio semelhantes mostra que há, para esse enunciador, uma diferença entre a “manifestação”, termo historicamente vinculado às ações realizadas por grupos de esquerda; e o “ato”, termo menos marcado ideologicamente, pois pode caracterizar qualquer ação, política ou não; o que cria, portanto, um efeito de neutralidade⁶¹. Vale salientar ainda que, enquanto os agentes que realizarão a manifestação são identificados duas vezes no texto (uma

⁶¹ É importante esclarecer que não defendemos a existência de uma suposta neutralidade vinculada ao termo “ato”, pois defendemos que não existem palavras ou expressões neutras. Trata-se de um efeito de neutralidade, que surge pela seleção de um termo e não de outro. A esse respeito, remetemos o leitor aos textos de Conte (2003) e Francis (2003). Esses autores tratam do fenômeno da “rotulação anafórica” e mostram que a seleção de uma expressão referencial ou de um nome como rótulo de uma porção de texto depende de diferentes fatores textuais e/ou discursivos.

como “Sindicatos e movimentos sociais”; e outra como “Confederações de trabalhadores, sem-teto e sem-terra”), os que farão o “ato que pede o impeachment” não são nomeados, o que produz um efeito de generalização, ou seja, é como se, com exceção dos que farão parte da “manifestação” e que já foram devidamente identificados, todo o restante da população, ou boa parte desta, constituísse o grupo dos que pedem o *impeachment*. Em síntese, o principal efeito de sentido materializado nesse excerto é o de que mesmo os setores que apoiam o governo Dilma Rousseff, não estão totalmente satisfeitos com ele, reforçando o discurso segundo o qual o atual governo do Brasil enfrenta uma insatisfação popular generalizada em todas as camadas da sociedade, ainda que haja uma discordância em relação à questão do *impeachment*. Esse discurso de uma unidade no sentimento de insatisfação que leva a manifestações contra medidas adotadas pelo governo, mesmo pelos setores que historicamente o apoiam, retoma o discurso presente em Maquiavel segundo o qual quando se produz o mesmo descontentamento em pessoas diferentes, ainda que seus interesses sejam divergentes, estas se unem no sentimento de revolta. Por fim, cabe ressaltar que, assim como nos excertos anteriores, a questão econômica aparece como motriz da insatisfação popular com o governo, reforçando as características de um modelo de governamentalidade neoliberal em circulação na sociedade atual.

As análises realizadas neste tópico reforçam o resultado da análise empreendida no capítulo 2, as quais indicam a circulação de uma imagem negativa de Dilma Rousseff fundamentada em três questões centrais: corrupção, problemas de gestão econômica e inabilidade política. Neste capítulo, vimos a emergência dessas mesmas questões, porém, agora as analisamos em contraponto com os discursos acerca da governamentalidade neoliberal, o que nos permitiu verificar que essa imagem em circulação acerca do Governo Dilma Rousseff a leva a ser considerada um mau governante justamente por não atender às exigências desse novo modelo de governamentalidade, conforme verificamos até aqui. Interessa-nos, a partir de agora, discutir quais as consequências para um governo que se distancia do ideal de um bom governante socialmente construído e exigido.

4.3 GOVERNO, ÉTICA E CONTROLE DE SI: AS CONSEQUÊNCIAS DE UM DESGOVERNO

Ao longo desta dissertação, analisamos uma série de excertos que materializam diferentes discursos acerca da imagem em circulação do Governo brasileiro. Verificamos, no segundo capítulo, que a imagem acerca do Governo Dilma Rousseff, em circulação na sociedade atual, diz respeito a um desgoverno deste sob três viés: econômico (diz respeito aos

problemas na economia do Brasil), administrativo (diz respeito à inabilidade de relacionamento do Governo Dilma Rousseff com seus aliados e com o Congresso) e “ético” (diz respeito aos casos de corrupção, sobretudo, na Petrobrás).

As questões econômicas, relacionadas a uma suposta ingerência de Dilma Rousseff, que levou a um aumento do índice de desemprego e do índice de inflação, deixou a economia em recessão, elevou taxa de juros, etc. (conforme bloco (ii), tópico 2.3 do capítulo 2), constituem o discurso segundo o qual Dilma Rousseff é um mau governo, pois não atende às exigências neoliberais, cuja questão central vincula-se à noção de segurança econômica. Por outro lado, as questões administrativas, inerentes às dificuldades de relacionamento de Dilma Rousseff com a sua base aliada e com o Congresso de modo geral, levando a uma dificuldade de aprovação de seus projetos políticos (conforme bloco (iii), tópico 2.3 do capítulo 2), contribuem para a formação de uma imagem negativa do governo Dilma Rousseff, pois mostram uma falta de controle do governante Dilma Rousseff em relação a seus governados e indicam também uma falta de habilidade desta em conduzir situações que necessitam de engenhosidade. Por último, a questão ética, que se relaciona com os casos de corrupção envolvendo membros do PT e de outros partidos da base aliada do governo, sobretudo o caso de corrupção na Petrobrás, e que são vinculados direta ou indiretamente à imagem da presidente do Brasil (conforme bloco (i), tópico 2.3 do capítulo 2), aparece como central para a desaprovação do governo Dilma Rousseff. A questão “ética” ganha tamanha relevância em razão da espetacularização dos casos de corrupção, pois, “na espetacularização midiática da política no Brasil, acentuada nos anos 90 do século XX, a encenação discursiva da corrupção apresenta-se de maneira ostensiva e com caráter “escandaloso” (FONSECA-SILVA, 2008, p. 1) e, por isso, acaba por ocupar maior espaço no cenário político. Nessa perspectiva, a espetacularização de casos de corrupção repetidamente associada a uma imagem de político leva a construção de um discurso associado à falta de ética, o que terá implicações relacionadas à capacidade de gestão deste governo.

O termo ética deriva do grego *ethos*, isto é, “a imagem de si, o caráter, a personalidade, os traços de comportamento, a escolha de vida e dos fins” (Meyer, 2007). Atualmente, o sentido do termo ética que circula em nossa sociedade (segundo o senso comum, que se fundamenta em muitos dos discursos sobre tal termo produzidos socialmente, ao longo da história⁶²), diz

⁶²A ética passou por muitos deslizamentos de sentido, muitos dos quais ainda podem ser encontrados, ainda que reconfigurados, nos discursos que circulam hoje em nossa sociedade. Segundo Valls (1994), a antiguidade contou com diversas expressões da noção de ética, como os pensamentos de Sócrates, Platão, Aristóteles, dos sofistas, dos epicuristas e dos estoicos. Para Sócrates, por exemplo, a ética era fundamentalmente moral, assim, o ideal ético estava na ideia de virtude, que era tomada como conhecimento, uma vez que, para ele, quem conhece o bem não age mal. Na Idade Média ocidental, deu-se o desenvolvimento de uma ética baseada em uma moral feudal e cristã. Essa ética religiosa estava fundamentada em um conjunto de verdades que teriam sido reveladas aos homens

respeito a um conjunto de regras/valores/princípios morais que norteiam a conduta do homem na sociedade, servindo para o equilíbrio e bom funcionamento social, a fim de que nenhum indivíduo seja prejudicado em suas relações sociais. Trata-se, portanto, de uma espécie de regulação da conduta humana pautada sempre no bem, de acordo os princípios morais da sociedade. A moral, de um modo geral, diz respeito a um conjunto de valores e de regras de conduta propostas aos indivíduos (ou grupos) por meio de diversos aparelhos prescritivos de sua cultura, como a família, as instituições educativas etc. (FOUCAULT, 1983, p. 205)⁶³. Nessa perspectiva, quando se trata de corrupção, seria mais adequado falarmos em desvio moral do que em desvio ético.

Ao ter a sua imagem relacionada a um caso de corrupção, o qual fere os princípios morais e legais instituídos em nossa sociedade, um governante vê questionada a sua capacidade de governar a “coisa pública”, de governar o outro e para o outro, uma vez que a corrupção prejudica os indivíduos membros da sociedade em que ela ocorre. Por essa razão, a questão de uma suposta falta ética (ou moral) foi tão importante para a constituição da imagem de Dilma Rousseff como má governante, tendo por consequência a insatisfação popular, conforme podemos observar nos excertos abaixo:

30. Segundo levantamento do instituto Datafolha, publicado nesta quarta-feira pela Folha de S. Paulo, 62% dos entrevistados classificam o governo Dilma como ruim ou péssimo (*Veja*, seção Brasil, 18/03/2015).

por Deus. Ainda segundo essa ética, as atitudes dos governantes e dos Estados deveriam estar subordinadas a uma lei superior e a vida humana era destinada à salvação da alma. O crescimento da burguesia (assim como já havia ocorrido a partir do pensamento de Maquiavel no século XVI) alterou a noção de ética fundamentada na moral cristã. Emergiu uma moral que valorizava “a ideia de livre arbítrio” na relação homem/Deus, a estrutura jurídico-político-Militar do Estado como pré-condição da defesa dos direitos naturais (a vida, a liberdade e a propriedade) e a condição social humana como decorrente do talento e do mérito de cada um. E, com a crise do liberalismo, no final do século XIX, surgiu uma nova classe, o proletariado. Por meio da luta de classes, nasceram ou se consolidaram o anarquismo moderno e o socialismo, que criticavam e contestavam o capitalismo, colocando-se radicalmente contra a primazia do lucro sobre a vida e o bem estar do homem, defendendo uma ética que consideravam verdadeiramente humana e universal, necessária para a transformação social e que exigia responsabilidade e o compromisso para com a luta contra a barbárie social. Por fim, a ética contemporânea, segundo Valls (1994), de encontro às tendências que tratavam a moral de forma individualista, aprendeu a preocupar-se com o julgamento do sistema econômico em sua totalidade, de modo que o bem e o mal deixam de existir apenas nas consciências individuais para habitar, também, as próprias estruturas institucionalizadas de um sistema. Por outro lado, Foucault (1983), apresenta outra concepção de ética, que diz respeito à maneira pela qual cada um se constitui em si mesmo enquanto sujeito moral, destacando que: “dado um código de condutas e para um determinado tipo de ações (que pode ser definido por seu grau de concordância ou divergência, em relação a esse código), há diferentes maneiras de o indivíduo “se conduzir” moralmente, diferentes maneiras para o indivíduo, ao agir, não operar simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação” (FOUCAULT, 1983a, p. 206).

⁶³ Foucault (1983, p. 205) chama esse conjunto prescritivo de “código moral” e afirma que moral diz respeito, ainda, ao comportamento real dos indivíduos em sua relação com as regras/valores propostos, designando, assim, a maneira pela qual os indivíduos se submetem mais ou menos a um princípio de conduta, pela qual se submetem mais ou menos a uma prescrição, pela qual negligenciam ou respeitam um conjunto de valores etc. Trata-se do que o autor chama de “moralidade dos comportamentos”.

31. Os três primeiros meses do segundo Governo de Dilma Rousseff, que passa por uma grave crise política em meio a um escândalo de corrupção na Petrobras e uma rebelião na base aliada, derrubaram a popularidade da mandatária. Mas uma pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada nesta quarta-feira mostra que há um dado ainda mais preocupante para o Governo: a queda na aprovação da presidente não se restringe aos eleitores do tucano Aécio Neves, seu principal rival nas eleições passadas. Entre os que alegaram ter votado em Dilma no segundo turno em 2014, a aprovação de seu Governo caiu de 80% em dezembro para 34% em março. Entre os partidários de Aécio caiu de 16% para 3% no mesmo período. O levantamento divulgado no dia 23 de março pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e realizado pelo Instituto MDA chega a conclusões semelhantes: 64,8% dos entrevistados reprovaram o Governo [...] (*El País*, seção Brasil, 01/04/2015).

Nos dois excertos acima, os enunciadores *Veja* e *El País* utilizam dados de institutos nacionalmente reconhecidos como argumento de autoridade que funcionam como estratégia de legitimação do discurso segundo o qual há uma grande desaprovação da população em relação ao governo Dilma Rousseff. Todavia, enquanto o excerto 30 aponta apenas uma desaprovação do governo Dilma Rousseff de maneira geral, o exceto 31 destrincha essa desaprovação entre os que votaram em Dilma Rousseff e os que votaram no candidato Aécio Neves no segundo turnos das eleições de 2014. Essa estratégia discursiva reforça os discursos segundo os quais o governo Dilma Rousseff gera insatisfação mesmo entre aqueles que o apoiavam. Além disso, o referido excerto traz, logo em seu início, a afirmação de que o governo brasileiro está passando por uma crise política, levando, por meio da utilização do substantivo “crise”, à materialização de um efeito de sentido segundo o qual o referido governo está vivenciando um momento político complicado e delicado. As razões para essa “crise” são apresentadas pelo o enunciador *El País* a partir das expressões referenciais “o escândalo de corrupção da Petrobrás” e “uma rebelião na base aliada”. Vale ressaltar, ainda, que a expressão adverbial “Os três primeiros meses do segundo Governo de Dilma Rousseff” usada como marca temporal para indicar em quanto tempo de governo a popularidade de Dilma Rousseff caiu, materializar o efeito de sentido de que a queda da popularidade do governo Dilma Rousseff aconteceu de forma rápida, abrupta, tendo em vista que três meses representa uma parcela de tempo de governo muito pequeno em um país onde se fica no poder por 48 meses. A partir dos nossos dados e análises, é possível afirmar que essa insatisfação popular com o governo Dilma Rousseff, pautada no discurso de que este é um mau governo, levou às manifestações que vêm ocorrendo no país contra o referido governo e que motivaram o desenvolvimento desta dissertação. É o que mostra também o próximo excerto:

32. Da CPI da Petrobras às vaias dirigidas a Dilma Rousseff, em São Paulo, tudo parece conspirar contra a presidente. Pesquisas internas [do Planalto] mostram uma deterioração maior da imagem de Dilma. Sua popularidade está em queda livre e, com apenas dois meses e meio de segundo mandato, ela perde apoio em todas as camadas da população, e não só na classe média. O receio do governo, nas manifestações de hoje, é com o quebra-quebra, o vandalismo e o aumento do tom contra Dilma (*Veja*, seção Brasil, 15/03/2015, grifos nossos).

No primeiro período desse excerto, destacamos o uso do pronome indefinido “tudo”, que é parcialmente designado pelo enunciado “da CPI da Petrobras às vaias dirigidas a Dilma Rousseff, em São Paulo”, mas deixa uma lacuna entre esses dois fatos, indicando que há outros que também “parece(m) conspirar contra a presidente”. No período seguinte, a expressão “queda livre” indica que a popularidade da presidente está caindo rapidamente e sem que qualquer obstáculo a impeça; a utilização da expressão “todas”, pronome indefinido, cujo escopo é “as camadas da população”, mostra que tal queda de popularidade ocorre de forma generalizada. Ademais, ao destacar que essa queda é “não só na classe média”, o enunciador *Veja* refuta outros discursos segundo os quais essa queda de popularidade só ocorreria na classe média. Por fim, o último período do excerto traz o pré-construído de que mais uma manifestação contra o governo Dilma irá ocorrer e, ainda, cria o efeito de sentido de que há uma revolta por parte da população que já é de conhecimento de todos, uma vez que há no governo o receio de ocorra “quebra-quebra”, “vandalismo” e, ainda, um “aumento do tom contra Dilma”.

Essas manifestações contra o governo Dilma Rousseff podem ser relacionadas, em alguma medida, ao que Foucault (1978a, p. 477) chama de “contracondutas no sistema moderno de governamentalidade”. Foucault defende que, assim como na Idade Média, com a pastoral e o governo dos homens, se desenvolveram com intensidade certo número de contracondutas, é possível se dizer o mesmo em relação à governamentalidade moderna. Segundo Foucault:

[...] no fundo as contracondutas que vemos se desenvolver em correlação com a governamentalidade moderna têm como objeto os mesmos elementos dessa governamentalidade, e que vimos se desenvolver, a partir de meados do século XVIII toda uma série de contracondutas que têm essencialmente por objetivo, precisamente, recusar a razão de Estado e as exigências fundamentais dessa razão de Estado e que vão se apoiar naquilo mesmo que essa razão de Estado, através das transformações que eu lhes havia indicado, havia terminado por fazer surgir, ou seja, justamente nestes elementos que são a sociedade oposta ao Estado, a verdade econômica em relação ao erro, a incompreensão, a cegueira, o interesse de todos em oposição ao interesse particular, o valor absoluto da população como realidade natural e viva, a segurança em relação

à insegurança e ao perigo, a liberdade em relação à regulamentação (FOUCAULT, 1978a, p. 477-488).

Assim, é possível pensarmos as manifestações que vêm ocorrendo em crítica ao governo são uma forma de oposição da sociedade ao Estado, a qual recusa a forma de condução que este vem exercendo. Isso é possível, porque, ainda de acordo com Foucault (1978a), o ato de condução do outro não implica em uma atitude passiva ou em uma anulação da liberdade de quem é conduzido. Os governados têm direito a limitar os excessos dos diferentes modos de governo (seja de ordem política, de ordem familiar, de ordem pedagógica, de ordem médica etc.). Diante das diferentes relações de governo existentes, as contracondutas designam um cuidado político de si, uma vez que o sujeito se constitui como tal em razão da relação política entre o governo dos outros e o governo de si. Em sua dimensão política, este cuidado de si vai situar-se na relação de forças entre si e o outro, no momento em que se efetiva as contracondutas como recusa de ser governado a partir de certos métodos, práticas etc., que funcionam, segundo Foucault, como relações de poder.

[...] acho que é preciso distinguir as relações de poder como jogos estratégicos entre liberdades – jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando que sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta de outros (FOUCAULT, 1984b, p. 278).

Essa recusa a ser governado segundo determinadas práticas e métodos aparece materializada nos discursos que circulam acerca das manifestações ocorridas em 2015, conforme os excertos abaixo:

33. Entre gritos de “fora PT” e “Viva a PM”, uma multidão marcha para contestar o resultado da eleição. O objetivo: promover um movimento que consiga o impeachment de Dilma. [...]. O escândalo na petroleira estatal, após se desvelar um suposto esquema de desvio de dinheiro para políticos, é o principal palanque dos manifestantes (*El País*, seção Brasil, 01/11/2014, grifos nossos).

Destacamos, primeiramente, o enunciado “uma multidão marcha para contestar o resultado da eleição”. Aqui, a expressão “uma multidão”, em vez de “um grande número de pessoas” ou de “muita gente”, por exemplo, indica uma direção argumentativa. Afinal, nenhum desses termos mostra de forma precisa quantas pessoas estavam na rua, eles apenas permitem

ao enunciador assumir certa direção argumentativa⁶⁴. Nesse caso, a expressão “uma multidão”, além de conferir legitimidade ao suposto pleito pelo “impeachment de Dilma”, pois mostra que esse é o desejo de “uma multidão”, produz um efeito da memória sobre a atualidade, pois “multidão” remete a outros acontecimentos históricos em que um grande número de pessoas se reuniu em prol de um objetivo comum. Esse efeito de memória é reforçado pelo verbo “marcha”, que, ao determinar a ação da “multidão”, reforça a memória de luta popular por um objetivo em comum, que nesse caso é definido, primeiro como “contestar o resultado da eleição” e depois como “promover um movimento que consiga o impeachment de Dilma”. Assim, essas duas predicções são apresentadas numa relação de paráfrase, sendo ambas apontadas como o “objetivo da multidão”. Ainda em relação ao excerto 22, destacamos o enunciado “O escândalo na petroleira estatal é o principal palanque dos manifestantes”. Nesse caso, o nome palanque, muito comum nos espaços de disputa política, indica o palco, o lugar de visibilidade onde os sujeitos envolvidos em uma disputa eleitoral, por exemplo, se apresentam, se mostram. Nesse sentido, ao relacionar a expressão referencial “O escândalo na petroleira estatal” com o predicativo “principal palanque dos manifestantes”, o enunciador *El Pais* cria o efeito de sentido de que esse fato tem grande importância e visibilidade, sendo apresentado como um motivo suficientemente forte para se constituir como palanque dos manifestantes, que não apenas discordam do resultado das eleições, como pedem a saída do PT do governo e, conseqüentemente, da Presidente Dilma Rousseff. Tal comportamento dos manifestantes se relaciona com a questão da ética/moral como condição para governar o outro/o que é do outro. Essa insatisfação inicial que levou a uma contestação do resultado das eleições na primeira manifestação, nas manifestações seguintes se (re)configura como pedido de impeachment:

34. Se o impeachment dependesse somente do apoio popular, Dilma Rousseff perderia o cargo. [...] *para 81% dos entrevistados [em pesquisa Datafolha], a*

⁶⁴ No texto “*Pouco*” e “*um pouco*”, Ducrot (1977) mostra que algumas expressões, como é o caso de “pouco” e de “um pouco” não apresentam uma distinção de grau, mas situam-se em eixos semânticos distintos, por permitirem relações argumentativas diversas. Nesse sentido, Ducrot (1977) propõe “uma descrição radicalmente diferente [daquela que se fundamenta na distinção de grau], fundada num conceito semântico de uma espécie totalmente diversa (DUCROT, 1977, p. 204). Em um texto mais recente, Ducrot (2009) defende, com base na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), desenvolvida por ele e por Marion Carel, que numa frase, como “Pedro trabalhou pouco, ele vai, portanto, reprovar” ou “Pedro trabalhou um pouco, ele vai, portanto, conseguir”, “ninguém jamais encontrou diferença factual, quantitativa, entre *pouco* e *um pouco*. A única diferença entre essas duas expressões reside nos tipos de encadeamentos possíveis a partir delas mesmas. /.../, o argumento A já anuncia a conclusão no sentido de que a própria significação de *pouco* ou *um pouco* comporta a indicação do que é possível encadear às proposições que contêm tais palavras. Desse modo, não há raciocínio, progresso cognitivo, transmissão de verdade, já que o *portanto*C já faz parte do sentido de A (DUCROT, 2009, p. 22-23). Esses dois textos mostram que expressões, como “pouco” e “um pouco”, ou, no caso da análise do excerto 33, “uma multidão”, que parecem, em princípio, indicar quantidades, indicam, na verdade, a direção argumentativa assumida pelo enunciador.

presidente Dilma Rousseff não está cumprindo com o que prometeu nesses primeiros meses de atuação. [...] Entre aqueles que acompanham ou já ouviram falar, 68,9% consideram que a presidente Dilma é culpada pela corrupção que está sendo investigada na Operação Lava Jato (*Carta Capital*, seção Política, 23/03/2015, grifos nossos).

35. [Pesquisa Ibope indica que]77,7% [dos entrevistados] desaprovaram [o Governo Dilma Rousseff] . A pesquisa traz ainda outra má notícia para o Planalto: para 68,9% dos entrevistados, Dilma é culpada pelo esquema de corrupção na Petrobras e 59,7% aprovam o impeachment da mandatária do Brasil (*El País*, seção Brasil, 01/04/2015).

No excerto 34, a primeira oração (“Se o impeachment dependesse somente do apoio popular”) é apresentada como condição para a segunda (“Dilma Rousseff perderia o cargo”). Tal relação materializa um efeito de sentido segundo o qual Dilma Rousseff não tem apoio popular. Nesse sentido, as orações seguintes dão pistas para a suposta falta de apoio, pois mostram que a referida falta de apoio popular ao governo deve-se: i) ao não cumprimento de promessas (para 81% dos entrevistados); e ii) à corrupção na Petrobras, pela qual Dilma Rousseff é considerada culpada (para 69% dos entrevistados). A apresentação de dados de pesquisa funciona como mecanismo de validação do discurso, como argumento de autoridade, e a apresentação dos números percentuais serve para reforçar a tese apresentada no primeiro período, segundo a qual Dilma Rousseff não tem apoio da população. O excerto 35 utiliza as mesmas estratégias de validação discursiva que o excerto anterior, assim como também indica a falta de apoio popular de Dilma Rousseff e relaciona os pedidos de impeachment feitos pelos manifestantes com o caso de corrupção na Petrobrás.

Verificamos, ao longo dos excertos analisados nesta dissertação, um discurso que aponta para um desgoverno de Dilma Rousseff. Estão em circulação discursos que mostram que há, em relação à referida presidente, uma falta de preparo para governar o outro, o que se materializa não apenas na ingerência do dinheiro público (como no caso da corrupção), mas também nos problemas econômicos e administrativos que são atribuídos ao governo Dilma. Esse desgoverno está materializado nos discursos postos em circulação nos veículos de mídia aqui analisados e tem como consequência para a referida presidente não apenas a construção de uma imagem negativa de seu governo, mas, também, leva a um descontentamento popular tão acentuado que chega a pedir a sua saída do seu governo. Esse pedido de saída de Dilma Rousseff da presidência encontra sustentação na imagem de bom governante construída a partir da governamentalidade neoliberal e, ainda, no discursos sobre a ética na política.

Por outro lado, até o momento de finalização desta dissertação, não foi encontrada nenhuma evidência de envolvimento de Dilma Rousseff nos casos de corrupção e, ainda que os

textos analisamos até aqui apontem para um desgoverno no que se refere às questões econômicas às relações políticas, não há nada na conduta do sujeito político Dilma Rousseff, até agora, que aponte para o desgoverno sobre si mesma, um descontrole sobre as suas próprias condutas pessoais enquanto sujeito. Assim, Dilma Rousseff ainda apresenta uma das condições mais importantes, segundo Foucault, para que alguém possa exercer o governo sobre os outros: o governo sobre si mesma. De acordo com Foucault, para que alguém fosse considerado apto a ocupar uma posição de destaque – como, por exemplo, a posição de governador de uma cidade – ele necessitava ser reconhecidamente senhor de si mesmo. De acordo com Foucault:

[...] quem deve comandar os outros é aquele que deve ser capaz de exercer uma autoridade perfeita sobre si mesmo: ao mesmo tempo porque, em sua posição e com o poder que ele exerce, lhe seria fácil satisfazer todos os seus desejos e, portanto, entregar-se a eles, como também porque as desordens de sua conduta têm efeitos sobre todos e na vida coletiva da cidade. Para não ser excessivo e não fazer violência, para escapar à dupla constituída pela autoridade tirânica (sobre ou outros) e pela alma tiranizada (por seus próprios desejos), o exercício do poder político exigirá como seu próprio princípio de regulação interna o poder sobre si (FOUCAULT, 1984a, p. 96).

Assim, é nesse controle sobre si mesma que Dilma Rousseff encontra sustentação para a manutenção de seu governo. Todavia, a imagem de governante da presidente já está afetada pelos discursos em circulação sobre o seu desgoverno em relação à administração política e econômica do país, e, sobretudo, pelo desvio ético envolvendo seu partido e integrantes de seu governo. O desenrolar da situação de Dilma Rousseff a frente do governo brasileiro ainda é uma incógnita⁶⁵, mas é certo que a trajetória complexa de seu governo pode servir de *corpus* para muitas outras pesquisas.

⁶⁵ Em 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, aceitou o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, protocolado por partidos de oposição, todavia, o pedido não foi analisado até a conclusão desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi motivado pela inquietação suscitada pela emergência de uma série de manifestações e discursos contra o governo Dilma Rousseff e se desenvolveu a partir da análise de discursos postos em circulação em diferentes veículos de mídia escrita *online*. A partir da análise desses discursos, realizada no segundo capítulo, após breve discussão acerca de alguns conceitos da Análise de Discurso e os conceitos de mídia e política, verificamos que estava em circulação um discurso que apontava para o desgoverno de Dilma Rousseff e constituía uma imagem negativa desta como má governante. A materialização dessa imagem do Governo Dilma Rousseff como um mau governo só foi possível porque já circula na memória discursiva da sociedade um discurso acerca do que seria a imagem de um “bom governante”. Esse discurso, como todos os outros, não se encerra nele mesmo, pois aponta sempre para outras vozes, estando, pois, carregado de tantos outros discursos que permitem a elaboração de seu sentido. Por esta razão, no capítulo três, iniciamos uma discussão acerca das noções de governo e governamentalidade, a fim de verificar os caminhos da configuração destas noções, apresentando as retomadas, as atualizações e os apagamentos dos discursos presentes no Poder Pastoral, nas artes de governar e na razão de Estado, para, em seguida, verificar, a partir da análise de alguns excertos, como esses discursos são atualizados na contemporaneidade. Posteriormente, no quarto capítulo, partimos para uma discussão dos modelos político-econômicos de governo no mundo ocidental contemporâneo, configurados a partir de retomadas e (re)atualizações do poder pastoral e da razão de Estado – o liberalismo e Neoliberalismo -, para, em seguida, verificarmos na prática como esses modelos político-econômicos se materializam nos discursos postos em circulação na nossa sociedade acerca do Governo Dilma Rousseff.

Essas análises acerca de como a noção de governamentalidade se (re)configurou nos modelos político-econômicos do mundo ocidental nos permitiram verificar que os três modelos apresentados por Foucault (1978a) (a razão de Estado, o Liberalismo e o Neoliberalismo) carregam em si marcas do poder pastoral e dos discursos surgidos nos séculos XVI acerca de como conduzir, como gerenciar o Estado, exemplificados nesta dissertação por meio de textos de Nicolai Maquiavel e Baltazar Gracian. Todavia, não é possível falar em um *continuum* evolutivo da referida noção dentro dos modelos citados. Cada um desses modelos apresentados por Foucault foi constituído a partir dos discursos que já estavam em circulação em diferentes momentos temporais e, ainda, de novos discursos, configurados a partir de outras condições de possibilidade. Assim, não podemos falar da superação de um modelo para a aparição de outro,

ou mesmo da transformação de um modelo em outro para pensarmos a governamentalidade na sociedade contemporânea. Ao contrário, é necessário analisar a coexistência de diversos aspectos de cada um desses três modelos, os quais ora são esquecidos, ora são atualizados.

Dessa forma, é possível afirmar que vivemos hoje em estado de governo econômico, cujo princípio de governamentalidade é o neoliberalismo, mas que não abandonou os modelos anteriores. Pelo contrário, cada modelo de governamentalidade carrega em si os discursos que os antecedem e também os discursos que os sucedem. Por isso, não é possível pensarmos na imagem do político atual sem observarmos as imagens que circularam antes e em outros lugares. Por isso, dentro desse modelo neoliberal - em que deve prevalecer a liberdade e a seguridade econômica, asseguradas por um Estado mínimo, porém eficiente -, vemos a construção da imagem do bom político a partir de diferentes atualizações discursivas, num jogo entre paráfrase e polissemia, isto é, relações estabelecidas entre o dizer e a memória que possibilitam a emergência de uma multiplicidade de efeitos de sentido (ORLANDI, 2001, p. 36).

Da razão de Estado, vemos reconfiguradas a necessidade de manutenção e proteção do território do Estado como responsabilidade do governo e os dispositivos de “polícia” enquanto mecanismo de vigilância e de controle do Estado, sob a justificativa de manutenção do bem estar social; do liberalismo, retomamos/reconfiguramos discursos acerca da economia política, da sociedade civil e do *homo economicus*, capazes de produzir suas próprias condições de ordem e de prosperidade; esses discursos liberais, como vimos, são reconfigurados com base no modelo neoliberal, modelo atual de governo. Tal reconfiguração ocorre por meio da introdução da noção de redução do poder do Estado ao mínimo possível de intervenção. Esse modelo de governamentalidade, como mostramos no tópico 4.1, além de apresentar, como uma de suas bases, a produção estratégica de condições sociais que possibilitem ao homem econômico gerir a si mesmo, faz emergir uma confusão entre as esferas públicas e privadas, resultado também dessa sociedade do espetáculo⁶⁶.

Essa confusão ocorre a partir da reconfiguração dos mecanismos de polícia, no sentido amplo que possuía na razão de Estado, dizendo respeito, portanto, a reconfiguração dos mecanismos de vigilância. Agora, não mais o Estado é responsável por vigiar os seus governados, mas há uma multiplicidade de olhares vigilantes de todos com todos e, sobretudo,

⁶⁶Vemos, nessa sociedade do espetáculo, uma primazia da aparência e aumento da exposição dos domínios privados e pessoais não apenas pela vigilância governamental e corporativa, mas, principalmente, pela publicização de rotinas essencialmente privadas a partir de mecanismos como o telemarketing, as compras *online*, os *reality shows*, as redes sociais, os *blogs* confessionais.

do indivíduo para com o Estado, para com o homem público, vigiando, inclusive, sua vida particular, sua conduta privada. Uma das formas mais efetivas dessa vigilância se dá por meio dos veículos de mídia, que buscam atuar como agentes políticos capazes de revelar ao público tudo que ocorre nos bastidores do espetáculo político. Assim, nada escapa aos olhos dessa sociedade vigilante. Essa vigilância tem por consequência o controle: controla-se o que deve e o que não deve ser feito, vestido, falado, consumido; controla-se o que é certo e o que é errado; controla-se o que é lícito e o que é ilícito. Esse governo de si aparece como condição necessária para que se possa governar o outro.

A partir das retomadas, configurações e reconfigurações de aspectos inerentes às diferentes formas de governar, foi possível identificarmos uma imagem de “bom político”, presente na memória discursivada sociedade atual: o bom governante é aquele que cuida para que nada de ruim se abata sobre o Estado; é aquele capaz de gerir o Estado sem interferir na economia, ao mesmo tempo em que cuida para que haja boas condições de desenvolvimento desta; é aquele que proporciona aos indivíduos que governa condições de saúde, educação, moradia, trabalho, a fim de possibilitar que estes possam ser sujeitos de si, controladores de suas próprias vidas e responsáveis por seus sucessos ou fracassos; é aquele que sabe e consegue conduzir adequadamente aqueles que estão sob sua liderança, que fazem parte do seu governo; é aquele que tem coragem e inteligência, que domina as questões necessárias para uma boa administração, mas que também não se intimida caso tenha que defendê-las; é aquele que sabe argumentar, que consegue articular uma boa fala; é aquele que sabe controlar os seus impulsos, agir com sabedoria e discrição; é aquele que é virtuoso em todas as esferas de sua vida, seja pública ou privada; e é aquele que cuida do bem estar da população sem, contudo, intervir na liberdade dos indivíduos; é aquele que sabe governar a si e, por isso, pode governar os outros. Eis aqui algumas das principais características que definem o bom governante em nossa sociedade, imagem forjada a partir de muitos discursos que a atravessam, levando-nos a um percurso complexo de incursões a diferentes períodos históricos, diferentes discursos, diferentes formas de governamentalidade. Desviar-se dessa imagem é buscar para si uma associação com o oposto, com o que seria socialmente definido como um mau governante e isso leva a sérias consequências, inclusive para a manutenção de seu governo, como vimos ao longo desta dissertação, analisando os discursos em circulação acerca do Governo Dilma Rousseff.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora dinâmica textual. In: CAVALCANTE (et. al.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53-84. Coleção Clássicos da Linguística.
- ALVES, A. E. S. **Qualificação e trabalho bancário no contexto da reestruturação produtiva**. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2005.
- BARBOSA, Leandro Chagas. **Mídia e discursividade; Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção**. orientador: Adilson Ventura da Silva; coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2014. 83f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2014.v2i1.43>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- BUESCU, A. I. **Um discurso sobre o príncipe**: a “pedagogia especular” em Portugal no século XVI. Revista Penélope, p. 33-50, 1997. ISSN: 0871-7486.
- BÍBLIA. Português. Versão online. Disponível em <http://bibliacomentada.com/Busca.aspx?Palavra=ovelha%20pastor#axzz3h1juYICX>.
- BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- CAVALCANTE, M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CONTE, M-E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE (et. al.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177-190. Coleção Clássicos da Linguística.
- COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político: O discurso comunista endereçado aos cristãos**. São carlos: EDUFSCar, 2009.
- COURTINE, J-J. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre (et. al.). **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes – 2 ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.
- DEBORD, G.A **sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].
- DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, nº. 1, 2009, p. 20-25.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. Tradução Eduardo Guimarães. In. **O dizer e o dito**. Campinas/SP: Pontes, 1984.p. 161-219.
- DUCROT, O. “Pouco” e “um pouco”. In: _____. **Dizer, não dizer**: princípios de semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 202-231.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE (et. al.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.p. 191-228. Coleção Clássicos da Linguística.

FONSECA-SILVA, M. C. Entre o verbal e o não verbal: memória e encenação discursiva da corrupção em Veja. In: **XXIII Encontro Nacional da ANPOLL**, 2008, Goiânia. XXIII Encontro Nacional da ANPOLL - Grupo de trabalho em Análise do Discurso, 2008. p. 1-3. Disponível em: <https://d1m.f1lch.usp.br/sites/d1m.f1lch.usp.br/files/Maria%20Fonseca-Silva.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FONSECA-SILVA, M. da C. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 38, p. 193-203, 2009. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf. Acesso em: 15 jul. 2015.

FONSECA-SILVA, M. C.. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: FONSECA-SILVA, M; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e redes memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b. p. 11-37.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. – 1. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014 [1984a].

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. - 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014 [1984b]. p. 258-280.

FOUCAULT, M. O Uso dos prazeres e as técnicas de si. In: _____. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. - 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014 [1983]. p. 187-211.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1979a].

FOUCAULT, M. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 [1979b], p.231-249.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1978a].

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1978b].

FOUCAULT, M. O Olho do Poder. **Ditos e escritos VI: Repensar a política**. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [1977a]. p. 107-125.

FOUCAULT, M. Pode e Saber. In: _____. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Trad. Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015 [1977b]. p. 218-235.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014 [1969].

GRACIAN, B. (1639). *El Herói*. In.: **Baltasar Gracian: Obras Completas**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2011, p. 69-99.

HAMANN, T. H. **Neoliberalismo, governamentalidade e ética**. Revista PUC/ecopolítica. PUC: São Paulo, 2012, p. 99-133. ISSN: 2316-2600

HANSEN, J. A. **Educando príncipes no espelho**. Revista Floema, Ano II, nº 2A, p. 133-169, 2006. ISSN: 2177-3629.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux. In: GADET, F. HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 3. Ed – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997 [1969].

KLEIN, C. O ordoliberalismo alemão expresso no ideário econômico de Roberto de Campos. Revista Historiador. Ano 05, n. 05, 2012. p. 103-118.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad. CécíliaP. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Ediouro, 2002 [1532].

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MILNER, J-C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE (et. al.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130. Coleção Clássicos da Linguística.

ORLANDI, E. P. **Análise De Discurso. Princípios e Procedimentos**. 3ª ed. - Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 3. Ed – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997 [1983a].

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução: EniP. Orlandi, 5 ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2008 [1983b].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. EniPulcinelliOrlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988 [1975].

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD69). In: GADET, F. HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 3. Ed – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997 [1969].

PÊCHEUX, M. Língua, “Linguagens”, Discurso. In. ORLANDI (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012 [1971].

PÊCHEUX & FUCHS. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 3. Ed – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997 [1975].

PINTO, T. **O new deal**. Copyright, 2015. Site Historia do Mundo, Rede Omnia. Disponível em <http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/o-new-deal.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2015.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosario (Org). **Discurso e Mídia: A Cultura do Espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso: ensaios sobre o discurso e o sujeito**. São Paulo: Parábola editora, 2009.

POSSENTI, S. Uma leitura política. In: FONSECA-SILVA, M. da C. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vit. da Conquista: ed. Uesb, 2007.

SANTOS, A. **Glossário e índices**. In: Baltasar Gracian: obras completas. Madrid: Ediciones Cátedra, 2011 - Glossário. p. 1517-1526.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. – 27. Ed. – São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SENELLART, M. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1978a, p. 494-538.

SENELLART, M. **As artes de governar**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2006.

VALLS, Ávaro L. M. **O que é ética?** Editora Brasiliense, 1994.